

Conhecer o período da Ditadura no Brasil vai além do interesse de historiadores, pois toda a população brasileira precisa ter as informações que foram subtraídas pela história oficial, para compreender a importância da defesa das liberdades fundamentais e da democracia, assim como dos esforços de muitos brasileiros que agiram no campo da resistência ao golpe militar, dos que se rebelaram contra o regime antidemocrático, violador dos direitos humanos.

Com o processo de redemocratização, a UFPB vem atuando na área dos direitos humanos desde 1989, com a criação da Comissão de Direitos Humanos; em 2008, com o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos; e, em 2012, com o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, implementando ações de educação em direitos humanos com a comunidade universitária e a sociedade paraibana.

Este livro se apresenta como um recurso de apoio aos(as) educadores(as) da educação básica, para o trabalho na sala de aula com uma importante vertente dos Direitos Humanos - o direito à memória e à verdade - sobre as graves violações ocorridas durante a Ditadura Militar no Brasil.

Prezado(a) educador(a), a proposta deste livro é se constituir em material de apoio didático para capacitações de educadores(as) e de militantes dos Direitos Humanos, com foco no estado da Paraíba. Esta ação faz parte do **Programa Memória, Justiça e Direitos Humanos do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba** e se destina a atender às demandas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), especialmente no que diz respeito ao Eixo Orientador VI - Direito à Memória e à Verdade, e suas diretrizes.

Apesar de algumas dificuldades, a sociedade brasileira tem enfrentado questões ligadas ao período da Ditadura Militar no Brasil, a exemplo da Lei n. 9.140/1995, que reconheceu a responsabilidade do Estado frente aos que foram mortos por combaterem aquele regime; da criação da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em 2001, para promover o reconhecimento da absolvição aos perseguidos políticos e a reparação financeira a eles ou aos familiares; e a implementação da Comissão Nacional da Verdade, no período de 2012 a 2014, com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos entre 1946 e 1988.

As autoras



Ministério da  
Educação



COLEÇÃO  DIREITOS HUMANOS

# DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

## Saberes e práticas docentes

2ª Ed.



Lúcia de Fátima Guerra Ferreira  
Maria de Nazaré Tavares Zenaide  
Vilma de Lurdes Barbosa e Melo



**Lúcia de Fátima Guerra Ferreira**

Possui graduação em Licenciatura Plena em História e Especialização em Cultura Afro-brasileira pela Universidade Federal da Paraíba, Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Lecionou no Ensino Fundamental e Médio e atualmente é professora titular da UFPB, vinculada ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas; e coordena o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos. Integra a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.



**Maria de Nazaré Tavares Zenaide**

Possui graduação em Formação de Psicólogo, Mestrado em Serviço Social na área de concentração em Política Social e Doutorado em Educação na área de concentração em Práticas Educativas pela Universidade Federal da Paraíba. É especialista em Saúde Pública, em Análise Sócio institucional do Serviço Social e em Psicologia Social. É professora adjunto do Departamento de Serviço Social e membro do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB. Foi coordenadora do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Integra a Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa.



**Vilma de Lurdes Barbosa e Melo**

Possui graduação em Licenciatura Plena em História, Especialização em História Econômica e Social do Nordeste Contemporâneo e Mestrado em Educação - Ensino de História pela Universidade Federal da Paraíba; Doutorado em Educação - Ensino de História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; e Pós-Doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais. Foi professora do Ensino Fundamental e Médio e, desde 1993, é docente no Departamento de Metodologia da Educação (CE) e no Programa de Pós-Graduação em História (CCHLA) da UFPB. Coordena o Grupo de Pesquisa em Ensino de História do PPGH, vinculado ao CNPq.

COLEÇÃO



DIREITOS HUMANOS

**DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE:  
Saberes e práticas docentes**



## UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

**Reitora** MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ  
**Vice-Reitora** BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA

### Centro de Comunicação, Turismo e Artes

**Diretor** JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES  
**Vice-Diretor** ULISSES CARVALHO DA SILVA

### Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

**Diretora** MÔNICA NÓBREGA  
**Vice-Diretor** RODRIGO FREIRE

### Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos

**Coordenadora** LÚCIA DE FÁTIMA GUERRA FERREIRA  
**Vice-Coodenadora** MARIA DE NAZARÉ TAVARES ZENAIDE

**Conselho Editorial do NCDH-PPGDH**

- Adelaide Alves Dias (Educação)
- Elio Chaves Flores (História)
- Giuseppe Tosi (Filosofia)
- Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (História)
- Lúcia Lemos Dias (Serviço Social)
- Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (Geografia)
- Marconi José Pimentel Pequeno (Filosofia)
- Maria de Nazaré Tavares Zenaide (Educação)
- Maria Elizete Guimarães Carvalho (Educação)
- Rosa Maria Godoy Silveira (História)
- Rubens Pinto Lyra (Ciência Política)
- Sven Peterke (Direito)
- Fredys Orlando Sorto (Direito)

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira  
Maria de Nazaré Tavares Zenaide  
Vilma de Lurdes Barbosa e Melo

**DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE:  
Saberes e práticas docentes**



EDITORA DO  
CCTA

João Pessoa

2017

**Direitos autorais 2017 – Lúcia de Fátima Guerra Ferreira – Maria de Nazaré Tavares Zenaide – Vilma de Lurdes Barbosa e Melo**

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

É permitida a reprodução total ou parcial desde que sejam indicados os créditos completos do livro.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

**Impresso no Brasil. Printed in Brazil.**

<b>Colaboradores</b>	CARMÉLIO REYNALDO FERREIRA MÁRCIA DE ALBUQUERQUE ALVES
<b>Editoração Eletrônica</b>	MÁRCIA DE ALBUQUERQUE ALVES
<b>Ilustrações</b>	FLÁVIO TAVARES
<b>Capa e Arte</b>	MÁRCIA DE ALBUQUERQUE ALVES

Catálogo na fonte:

Biblioteca Setorial Enzo Melegari, do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos

F723d Ferreira, Lúcia de Fátima Guerra  
Direito à memória e à verdade: Saberes e práticas docentes/  
Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide  
e Vilma de Lurdes Barbosa e Melo. 2. ed.- João Pessoa: CCTA, 2017.  
194p. il. (Coleção Direitos Humanos).  
ISBN: 978-85-67818-47-4  
Inclui bibliografia e índice.

I. Educação em Direitos Humanos. 2. Memória. 3. Regime Militar. 4. Anistia. I. Ferreira, Lúcia de Fátima Guerra. II. Zenaide, Maria de Nazaré Tavares. III. Melo, Vilma de Lurdes Barbosa e.

CDU: 981  
AACR2

**EDITORA DO CCTA Cidade Universitária, Campus I – s/n  
João Pessoa – PB 58.051-970**

Tiragem desta edição: 500 exemplares

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
-------------------	---

## PARTE I

### SABERES DOCENTES E DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

Revisitando o Direito à Memória e à Verdade.....	21
Legislação e Prescrições para o Direito à Memória e à Verdade – Os Marcos Regulatórios.....	37
Sequências Didáticas – Uma Forma de Planejar a Prática Docente para a abordagem do Direito à Memória e à Verdade no Brasil.....	49

## PARTE II

### PRÁTICAS DOCENTES E DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

Arquivo.....	79
Memorial.....	91
Teatro.....	101
Cinema.....	111
Música.....	129
Biblioteca.....	139
Literatura de Cordel.....	151
Depoimento.....	163
Desenho.....	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
SOBRE O(AS) AUTOR(AS).....	193



## APRESENTAÇÃO



Franco Talano 014

Este livro foi produzido pelo Programa de Extensão Memória, Justiça e Direitos Humanos do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, aprovado no Edital de 2013 do Programa de Apoio à Extensão – PROEXT, da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC), com execução nos anos de 2014 a 2016. A sua função precípua é se constituir em material de apoio didático para capacitações de educadores(as) e de militantes dos Direitos Humanos, com foco no estado da Paraíba. O referido Programa contou com três subprojetos, sendo eles:

- ✓ **Memória e Resistência à Ditadura Militar: compartilhando memórias**, com o objetivo de identificar e divulgar acervos sobre a repressão e resistência à Ditadura Militar, bem como registrar depoimentos de militantes sobre esse período e dar visibilidade por meio de debates;
  
- ✓ **Formação em Direitos Humanos: Memória e Verdade**, aproveita a contribuição pessoal e memorialista acima mencionada, e acrescenta oficinas pedagógicas para tratar didaticamente destes temas com educadores(as) fornecendo subsídios para o trabalho na sala de aula, entre eles o livro em pauta, destinado a profissionais que poderão utilizá-lo em quaisquer dos anos da Educação Básica e em todas as modalidades de ensino;

- ✓ **Orientação e Apoio Sócio, Psíquico e Jurídico aos perseguidos políticos e familiares**, com o objetivo de identificar pessoas e familiares que sofreram e ainda sofrem as consequências do regime militar, especialmente camponeses, sem a devida atenção do Estado brasileiro.

Tanto a repressão das forças do Estado quanto a resistência de segmentos da população estão presentes em vários municípios paraibanos, contudo as ações desse programa de formação voltaram-se apenas para alguns, dentre aqueles que apresentaram acontecimentos marcantes durante a Ditadura Militar. São eles: Areia, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, João Pessoa, Rio Tinto e Sapé.

As bases deste livro estão vinculadas às demandas do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3<sup>1</sup>, especialmente no que diz respeito ao Eixo Orientador VI – Direito à Memória e à Verdade, Diretriz 24 – Preservação da memória histórica e construção pública da verdade, que propõe o desenvolvimento de ações educativas a exemplo da elaboração de material didático-pedagógico para a educação básica.

Apesar da sociedade brasileira enfrentar diversos tipos de dificuldades para implementar a Justiça de Transição como outros países da América Latina, a nação tem envidado esforços enfrentando questões ligadas ao período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), a exemplo das mobilizações nacionais com

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/index.html>>

a Campanha pela Anistia no final da década de 1970 e a Campanha das Diretas Já, no início da década de 1980.

Como marco desse processo temos: a Lei de Anistia (nº 6.683/1979); a Constituição Cidadã (1988); a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (Lei nº 9.140/1995), da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça (MP nº 2151-3/2001), e da Comissão Nacional da Verdade (Lei nº 12.528/2011); entre outras ações.

Contudo, esse processo não tem sido tranquilo pela resistência de diversos segmentos da sociedade, como as forças armadas, setores da mídia e do empresariado, que atuam no sentido atrasar a consciência cidadã mantendo uma forte neblina que encobre o conhecimento sobre o período. O governo brasileiro tem atuado na busca e acesso aos arquivos e informações que possam esclarecer os acontecimentos daquela época e principalmente localizar os mortos e desaparecidos políticos, interrompendo assim um ciclo de brutal violência contra a cidadania. A compreensão desse passado é essencial **para que se aprenda a resistir às formas de opressão. Para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça!**

A abertura dos arquivos é um passo fundamental, mas tem sido insuficiente para esclarecer todos os acontecimentos, tendo em vista muitas dificuldades na identificação e acesso, pois grande parte da documentação foi destruída ou se encontra em mãos privadas e não nos arquivos públicos. Nesse sentido, a memória dos militantes e familiares assume um papel significativo, por meio dos depoimentos, com as lembranças e mesmo com os esquecimentos.

No contexto nacional, a Paraíba foi um espaço muito atingido pela repressão, além de constituir em território de

resistências. O movimento das Ligas Camponesas é um exemplo, com mortes e desaparecimento de lideranças do campo, assim como o movimento estudantil e sindical.

Na questão específica da repressão e resistência à Ditadura, a UFPB também tem uma história muito marcada, pois teve o seu Reitor cassado e um interventor assumiu a reitoria, com significativa repressão aos estudantes, professores e servidores técnicos. Em 1998, foi criada uma Comissão de Anistia da UFPB e, em 1999, na comemoração dos 20 anos da Lei da Anistia, a reitoria fez uma retratação pública diante daqueles estudantes, familiares e da comunidade em geral.

Conhecer o período da Ditadura no Brasil vai além do interesse de historiadores, pois toda a população brasileira precisa ter as informações que foram subtraídas pela história oficial, para compreender a importância da defesa das liberdades fundamentais e da democracia, assim como dos esforços de muitos brasileiros que agiram no campo da resistência ao golpe militar, dos que se rebelaram contra o regime antidemocrático, violador dos direitos humanos.



Com o processo de redemocratização, a UFPB vem atuando na área dos direitos humanos desde 1989, com a criação da Comissão de Direitos Humanos; em 2008, com o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos; e, em 2012, com o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, implementando ações de educação em direitos humanos com a comunidade universitária e a sociedade paraibana.

A proposta didática, ora apresentada nesta publicação, busca trabalhar essa temática com diversos públicos, como os defensores de direitos humanos, que atuam nos movimentos e organizações sociais e, especialmente, educadores(as) da rede pública de ensino, contribuindo para ampliar o conhecimento e a reflexão fundamentada e sistematizada sobre essas questões. Além da importância dessa formação, a proposta conta com parcerias que irão contribuir nesse processo de forma bastante qualificada, tais como a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), o Comitê Paraibano Memória, Justiça e Verdade (CPMJV); a Comissão da Verdade do Município de João Pessoa (CV-JP); Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da UFCG e o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH).

Assim, a expectativa da equipe da UFPB e seus parceiros é que esta publicação possa trazer não só contribuições e esclarecimentos sobre determinadas questões, resultados de pesquisas e sistematização do conhecimento, mas a própria execução das ações do programa contará com um protagonismo relevante dos que foram os sujeitos no passado e continuam sendo no presente. E para além do conhecimento por meio dos documentos e publicações, a equipe da universidade terá muito que aprender na relação com estes sujeitos perseguidos (e seus familiares), mas também na relação com outras pessoas que se constituíram em participantes ativos no processo, quer seja nos debates, nas oficinas ou nas rodas de diálogo.

A história recente do Brasil aprofundou algumas desigualdades, resultando na violência endêmica que afeta a

sociedade e instituições, na exclusão social de amplos segmentos da população dos processos decisórios políticos e na concentração da terra e da renda. Esses componentes estruturais da sociedade brasileira dificultam, em tempos de democracia, um processo de desenvolvimento e de políticas públicas com inclusão e justiça social, impossibilitam não só a fruição das riquezas do país, mas também estendem e aprofundam a pobreza e a miséria, reproduzindo velhas e criando outras formas de violências.

No período da Ditadura Militar, além da concentração do poder político pelos militares, as elites econômicas nacionais e estrangeiras viveram momentos de euforia com o chamado “Milagre Brasileiro”. Mas esse regime, além de enfrentar a resistência de movimentos políticos enfrentou também a realidade do aumento da dívida externa e a insustentabilidade por mais tempo do modelo de desenvolvimento econômico adotado, criando possibilidades para o processo de distensão e transição lenta gradual e segura.

Muitos brasileiros não conhecem esse passado recente. A escassez de registros e de informações sobre o período da Ditadura Militar, imposta pela política do sigilo quase eterno e do desaparecimento de documentos, tem levado a grande valorização da memória e, por conseguinte, da sua captação por meio da metodologia da pesquisa baseada na oralidade, que traz à tona o percurso histórico de grupos marginalizados com elementos fundamentais para a construção das identidades.

Abordar coletivamente esse período de forma pedagógica mobiliza emoções e cidadania, uma vez que retira muitas pessoas da condição forçada de silenciamento e isolamento para um lugar de solidariedade e educação

democrática. A lembrança das experiências vividas, por quem rememora ou por seus antepassados, por vezes dolorida, contribui para a elaboração de novos significados no cotidiano das pessoas e dos grupos. Entendendo que esta metodologia é construída em torno de pessoas, não só as das elites, mas alcança principalmente segmentos populares, é possível ampliar substancialmente a visão do passado e do presente, a partir dos depoimentos tanto das lideranças, como da maioria anônima da população.

A complexidade dos processos que envolvem a memória, especialmente a dicotomia lembrança – esquecimento, exige conhecimentos multidisciplinares de quem com ela trabalha nas áreas das ciências biológicas, humanas e sociais.

A valorização da memória ressaltada nas ações desse Programa de Extensão, não significa ausência de crítica, ou a criação de um caminho automático de inversão, na substituição dos heróis dos segmentos sociais dominantes pelos dos dominados, usando as informações da memória para inverter/subverter as dos documentos, mas da construção de uma história com olhares e perspectivas multifacetadas.

Essa discussão do acesso à informação sobre o período ditatorial pode contribuir para questões do presente, tendo em vista os problemas que a população ainda enfrenta como a continuidade da violência institucional, a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, a falta de democratização da comunicação e a falta de transparência do estado burocratizando o acesso aos direitos.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação traz avanços nesse sentido, mas a mobilização da sociedade continua importante para não se

tornar “letra morta”. A temática dos Direitos Humanos tem avançado na educação brasileira, especialmente a partir do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos<sup>2</sup>, que reconhece,

*A educação em direitos humanos, ao longo de todo o processo de redemocratização e de fortalecimento do regime democrático, tem buscado contribuir para dar sustentação às ações de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, e de reparação das violações. A consciência sobre os direitos individuais, coletivos e difusos tem sido possível devido ao conjunto de ações de educação desenvolvidas, nessa perspectiva, pelos atores sociais e pelos(as) agentes institucionais que incorporaram a promoção dos direitos humanos como princípio e diretriz.*

“É direito universal de todas as pessoas possuir, buscar e receber informação sobre todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais”<sup>3</sup>, por isso a educação democrática envolve a formação em direitos humanos.

Ao lado do PNEDH, o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 apresenta a premente necessidade da implementação de políticas voltadas para o Direito à Memória e à Verdade, incluindo a ação educativa e a produção de materiais didáticos para que a juventude tome conhecimento do que ocorreu no Brasil e a sociedade civil se mobilize para o fortalecimento das instituições democráticas e não repetição

---

<sup>2</sup> BRASIL. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: SEDH/PR, 2007, p.18.

<sup>3</sup> ONU. *Declaração das Nações Unidas sobre educação e formação em matéria de direitos humanos*. Resolução das Nações Unidas aprovada em 10/12/2011. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/467/07/PDF/N1146707.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

das violações do período da Ditadura Militar. **É o educar para que nunca mais aconteça...**

Educar com esse objetivo se constitui em desafio tanto na educação formal, junto aos(as) educadores(as) da Educação Básica, como na educação não formal, realizada pelos defensores de direitos humanos nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos grupos comunitários, com suas inúmeras formas de ação educativa e cultural levadas a efeito.

No documentário “Memória para uso diário”, Formaggini<sup>4</sup> destaca o caráter histórico-político, educativo e clínico do processo de reconstrução e ressignificação da memória envolvendo os familiares de mortos, desaparecidos, presos e perseguidos políticos da Ditadura Militar. Foram anos de perseguições e processos de silenciamento que produziram uma geração de crianças, jovens e adultos subjetivamente marcados, como ressalta Mourão<sup>5</sup>:

*A história que nos tem sido imposta seleciona e ordena os fatos segundo alguns critérios e interesses construindo, com isso, zonas de sombras, silêncios e esquecimentos. A história 'oficial' tem construído desconhecimento sobre os embates ocorridos em nosso país, como se os 'vencidos' não tivessem estado presentes ao cenário político, apagando até mesmo seus projetos e utopias.*

Esse material, ora apresentado, procura através da abordagem de conceitos, da historiografia e de propostas

---

4 FORMAGGINI, Beth. *Memória para uso diário*. Rio de Janeiro: Grupo Tortura Nunca Mais, 2007. Vídeo.

5 MOURÃO, J. C. et al. Violência organizada, impunidade e silenciamento. In: RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina (Orgs.) *Clínica política* – subjetividade e violação dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Te Corá e Instituto Franco Basaglia, 2002, p. 55-56.

educativas, prover de forma geral, tanto para aqueles que ocupam as salas de aula das redes de ensino público, como também aos que lidam diariamente com ações educativas em interface com os direitos humanos, uma instrumentalização teórica e metodológica para efetivar a prática docente em memória, verdade e justiça para **educar para que nunca mais aconteça...** arbitrariedade e violação aos direitos humanos.

Esperamos que com este livro, educadores(as) e educandos(as) da Educação Básica, bem como da educação não formal, possam desenvolver os conhecimentos necessários a uma prática que tenha uma perspectiva de resignificação da memória, da verdade e dos direitos humanos.

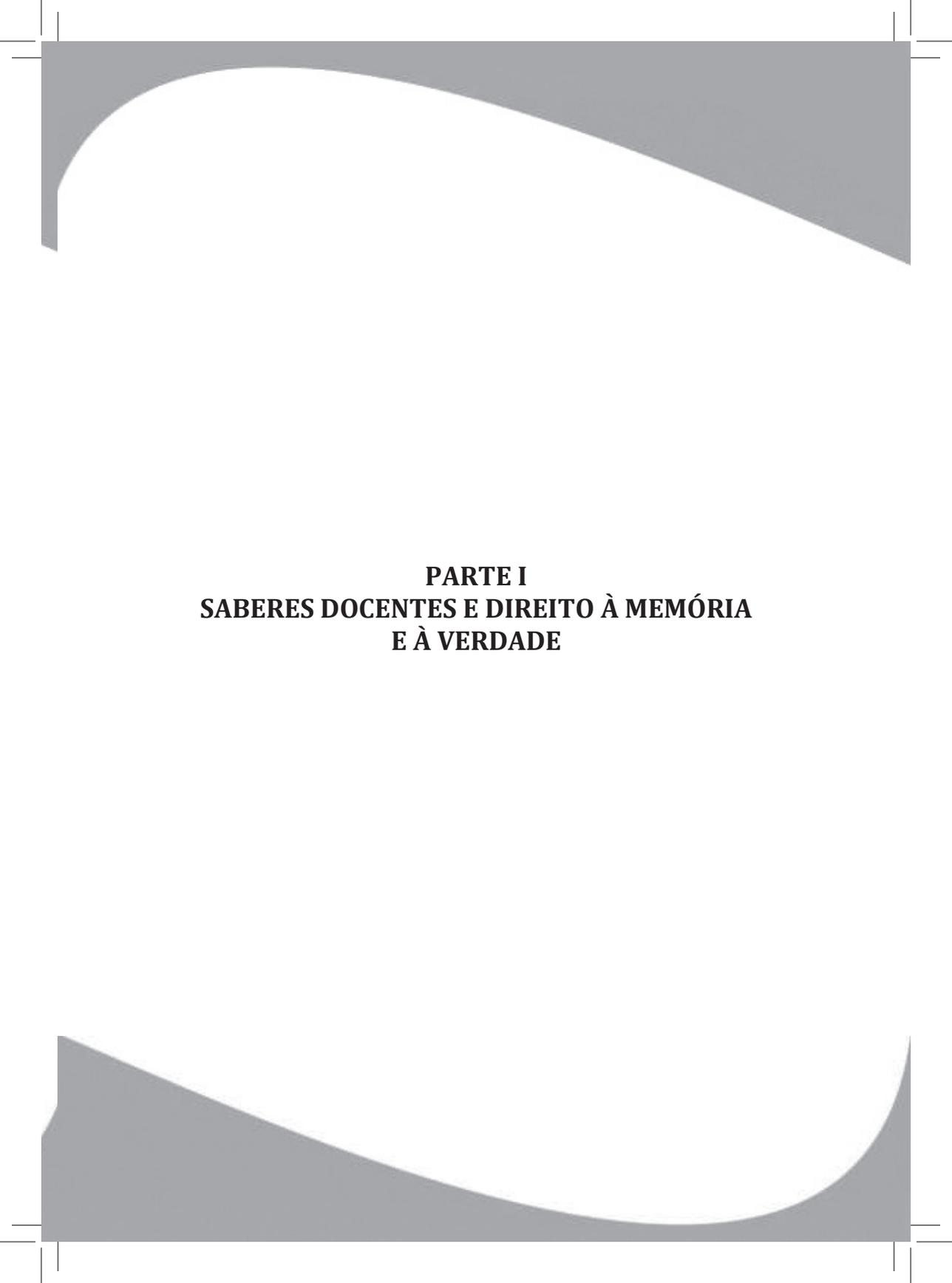
A publicação está dividida em duas partes. A primeira parte “Saberes docentes e direito à memória e à verdade” foi elaborada considerando saberes que dão **suporte teórico** através da reflexão sobre os seguintes elementos: **conhecimentos legais** (legislação e prescrições oficiais) e de **planejamento didático**. A segunda parte “Práticas docentes e direito à memória e à verdade” é composta por **conteúdos e sugestões de atividades**, a serem desenvolvidas com os(as) educandos(as). Trata-se, portanto, de orientações metodológicas que podem ser aplicadas da forma em que estão aqui apresentadas e/ou adaptadas da maneira que o(a) educador(a) entender mais apropriado para a realidade na qual está inserido.

Vale ressaltar a contribuição do artista plástico Flávio Tavares, que criou gravuras especialmente para esta publicação, retratando a dureza da repressão e o sofrimento da resistência durante a Ditadura Militar; ao mesmo tempo que apresenta possibilidades de esperança em tempos melhores.

Por fim, chamamos a atenção para o fato de que a proposta expressa neste livro para os(as) educadores(as), apresenta sugestões para ajudar a refletir sobre a temática e sugere práticas pedagógicas para tratar os direitos humanos na perspectiva da **educação para nunca mais...** com o foco na realidade do estado da Paraíba em sua relação com outros espaços. Não foi pretensão esgotar as possibilidades de trabalho, mas sugerir e delinear variadas formas de abordagem sobre a memória e a verdade nos contextos do regime ditatorial (1964-1985) e no processo de redemocratização brasileiro. As proposições metodológicas podem ser seguidas, modificadas, acrescentadas de maneira que não limite o trabalho. Esperamos que os(as) educadores(as) recriem e reinventem as formas de lidar com as imagens e conteúdos disponibilizados, articulando processos de sensibilização e construção de conhecimento.

Educadores(as), desejamos uma boa leitura e um bom uso deste material!

As autoras.

The page features decorative gray shapes at the top and bottom. The top shape is a dark gray area with a white curved cutout on the left side. The bottom shape is a dark gray area with a white curved cutout on the right side.

**PARTE I**  
**SABERES DOCENTES E DIREITO À MEMÓRIA**  
**E À VERDADE**



## REVISITANDO O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE



No ano de 2009, a Casa Civil da Presidência da República, através do Decreto nº 7.037, aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos 3, conhecido como – PNDH-3<sup>6</sup>. Disposto em seis Eixos Orientadores e, diretrizes variadas para cada um deles. O último dos Eixos (VI) diz respeito ao direito à memória e à verdade e faz remissão ao período da Ditadura Militar (1964-1985).

*Eixo Orientador VI: Direito à Memória e à Verdade:*

*a) Diretriz 23: Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado;*

*b) Diretriz 24: Preservação da memória histórica e construção pública da verdade; e,*

*c) Diretriz 25: Modernização da legislação relacionada com promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia.*

oferecendo visibilidade a acontecimentos vividos na experiência histórica de um regime militar que, a época da elaboração do referido documento, completava 45 anos de implantação e 30 anos do início do processo de anistia política para as vítimas das arbitrariedades daquele regime.

Propomos, na perspectiva deste documento, uma reflexão sobre dois elementos fundamentais aos direitos humanos – **MEMÓRIA E VERDADE**. Eles devem dar suporte a construção da cidadania de **todos** os sujeitos históricos e, no contexto em que foi elaborado o PNDH-3, se apresentou como possibilidade de investigar o passado, resgatar a sua verdade

---

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm)>

Assim, buscar a verdade através da memória individual e coletiva das pessoas que viveram estes momentos e, principalmente, sofreram enquanto vítimas da repressão política advindas de atos do governo de exceção é, sem dúvida, uma experiência ímpar na perspectiva de garantir o **Direito à Memória e à Verdade**. Trata-se, portanto de refletir sobre dois elementos basilares dos direitos humanos e

que **não** devem ser entendidos separadamente, mas unidos pelo que de importante podem elucidar de um período da nossa história recente que deve ser de conhecimento de todos na perspectiva de **educar para nunca mais...**, ou seja, para que nunca mais se esqueça, para que nunca mais aconteça.

*Num tempo  
Página infeliz da nossa história  
Passagem desbotada na  
memória  
Das nossas novas gerações  
Dormia  
A nossa pátria mãe tão  
distráida  
Sem perceber que era  
subtraída  
Em tenebrosas transações.  
Vai passar  
(Chico Buarque e  
Francis Hime, 1984)*

### **Memória(s) através dos registros oficiais e a voz no papel...**

A ausência, bem como a dificuldade de acesso às informações que deveriam ser de domínio público, ainda deixam familiares, pesquisadores(as), educadores(as) e a sociedade em geral sem conhecimento dos fatos e destinos daqueles desaparecidos que sofreram crimes praticados contra sua integridade e vida. Lembrar pode ressignificar o entendimento, os conceitos e o preenchimento de lacunas de um período nefasto da história do Brasil.

O golpe militar e com ele as práticas que geraram violência não podem ser consideradas apenas no nível individual ou familiar daqueles que diretamente sofreram violência física e psicológica e a morte, mas como experiência coletiva de um país que em nome da ordem cívica, tentou criar a imagem de uma identidade nacional para responder e agradar *interesses internacionais*.

*No contexto da chamada Guerra Fria, pós Segunda Guerra Mundial, blocos de países se alinharam entre capitalistas e socialistas. Com a Revolução Cubana na América Latina, os países do bloco capitalista lideraram ações no sentido de barrar ameaças de expansão das ideias socialistas no continente. Isso justificou a implementação de políticas de segurança nacional e internacional impedindo qualquer movimento de reivindicação e, principalmente, combatendo os governos considerados populares. No caso brasileiro, a influência norte americana foi decisiva para a implantação do regime militar ditatorial.*

A Ditadura Militar implementada no país em 1964, teve seu momento de maior repressão a componentes da sociedade civil que a ela se opuseram, nos anos de 1968 a 1978, durante a vigência do AI-5.

*Ato Institucional nº 5, instituído no ano de 1968, conhecido como “o ano que não acabou”, foi a versão mais exata da ditadura militar e vigorou até no ano de 1978. O Ato em si foi cancelado neste ano, mas as suas consequências perduram até hoje e necessitam ser lembradas e desveladas.*

A segurança nacional foi então “garantida” através de cassações políticas, torturas, abusos de autoridade, lesões corporais, estupro, prisões arbitrárias, perseguições, desaparecimentos, exílio e morte para os opositores políticos.

Após ampla mobilização com a criação de Comitês pela Anistia em muitos estados brasileiros e envolvendo vários segmentos da sociedade, em 28 de agosto de 1979, foi aprovada a Lei nº 6.683, conhecida como

Lei da Anistia, destinada a todos que foram atingidos em seus direitos e/ou sofreram, de alguma forma consequência, do que definiam os Atos Institucionais e Complementares, em suas vidas.

Esta lei excetuava aqueles que haviam sido “condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”. Porém, para os agentes do governo que cometeram os atos de repressão através de crimes contra a pessoa, esta lei não emitia nenhuma prescrição, ficando os mesmos impunes, e mais que isso, no anonimato!

O desaparecimento forçado enquanto grave violação aos direitos humanos, ainda é causa de transtorno e sofrimento de inúmeras famílias que durante anos têm vivido a angústia e, por vezes, a esperança de localizar o ente querido, dirimir dúvidas, saber a verdade sobre o que ocorreu com ele e ver a punição dos culpados.

Para esses familiares e parte significativa da sociedade, com o fim da Ditadura Militar (1985), o silêncio, o esquecimento e a ausência de informações a que foram submetidos não se justifica. É necessário recobrar esta memória em busca da verdade!

Durante o processo de transição democrática, o caminho tem sido longo na expectativa de fazer valer os direitos humanos, a definição de políticas para abertura dos arquivos e para a reparação das vítimas. Neste sentido, temos um avanço considerável desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, especialmente no disposto no art. 8º do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)*. Embora a regulamentação deste artigo só tenha ocorrido no ano de 2002 (Lei nº 10.559, de 13 de novembro), com a pressão da

sociedade civil organizada, das próprias vítimas e/ou seus parentes.

*Art. 8º. É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis militares e observados os respectivos regimes jurídicos. (Constituição de 1988. ADCT.)*

Seguiu-se a esta regulamentação várias possibilidades de buscar verdades silenciadas presentes em arquivos e acervos públicos e privados. Adentrar neles tem significado ter acesso a documentos oficiais, ouvir e ressignificar memórias através de fontes repletas de informações. No cotidiano de instituições científicas como as universidades é possível colher depoimentos orais – constituindo novas fontes. Isso se torna então uma alternativa para buscar verdades, que ajudem a tecer a nossa herança histórica e manter viva a

atitude que precisamos tomar no presente, com vistas a uma sociedade mais democrática, participativa e que consolide a democracia.

A última década do século XX pontuou passos que já vêm sendo dados no sentido de abrir arquivos estaduais, que guardam documentos sobre a repressão política ocorrida durante a Ditadura Militar brasileira. No próximo capítulo

deste livro, elaboramos um quadro que expressa a legislação em vigor. Os poderes legislativo e judiciário, através de projetos de lei, pareceres, resoluções e decretos vêm abordando a questão da censura, dos desaparecidos políticos e das torturas. Nesses documentos, percebe-se que por uma mobilização e demanda dos movimentos sociais organizados e dos representantes das comissões parlamentares, esses poderes instituídos têm reconhecido a responsabilidade do Estado brasileiro no processo de implantação e consolidação da Ditadura Militar envolvendo as décadas de 1960, 1970 e 1980.

### **Ativar a memória e buscar a(s) verdade(s)**

*A memória histórica é um terreno de luta ideológica e política fundamental para a construção e resignificação das identidades individuais e coletivas. O que lembrar e o que esquecer?*

Possibilidades de acesso à verdade dos fatos – as acusações, perseguições, resistências, desaparecimentos e mortes – têm um significado importante para que situações como essas não se repitam!

Então educador(a), a sua ação na sociedade é fundamental, pois a educação, em todos os níveis e modalidades, é um dos espaços privilegiados para **educar para nunca mais...**

**Níveis:** Educação Básica (Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio); Ensino Superior.

**Modalidades:** Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Indígena; Educação a Distância; Educação Especial; Educação no Campo; Educação Quilombola.

A verdade que tem emergido dos documentos, nunca antes possíveis de serem acessados, da tomada de depoimentos de vítimas e da coragem dos familiares em expor detalhes do que viveram, como disse o poeta, nesta “página infeliz da nossa história”, corroboram para elucidar episódios, localizar corpos dos desaparecidos e julgar os pedidos de indenização das famílias. Neste caso, sair do silêncio é deixar a penumbra do esquecimento de tantas e tão graves violações aos direitos humanos, é buscar verdades para evitar repetir abusos.

O conhecimento através da reconstituição da memória pode nos levar a atitudes propositivas de compartilhamento, enfrentamento e reparação, não só no caso das atrocidades cometidas durante a Ditadura Militar, mas também nos instrumentaliza para ação diante de outros processos históricos que demandem uma posição da sociedade brasileira, como por exemplo: o trabalho escravo, a questão indígena, a luta dos quilombolas, entre outros.

O Estado brasileiro a partir da segunda metade da década de 2000, iniciou uma série de ações no sentido de reconhecer direitos dos que sofreram pessoalmente e/ou dos familiares das vítimas, especialmente no sentido do direito à memória e à reparação aos danos advindos da Ditadura Militar. Por exemplo:

- ✓ Em 2009 determinou a criação do Memorial da Anistia Política do Brasil, com sede em Belo Horizonte/MG, espaço este destinado pelo Ministro de Estado da Justiça, a recolher, guardar e disponibilizar todo o acervo da Comissão da Anistia.

- ✓ No mesmo ano, o Presidente da República coordenou o ato de lançamento do projeto *Memórias Reveladas*<sup>7</sup>, com a função de interligar digitalmente o acervo recolhido ao Arquivo Nacional após dezembro de 2005, com vários outros arquivos federais sobre a repressão política e com arquivos estaduais de quinze unidades da federação.
- ✓ No ano de 2011, através da Lei nº 12.528, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com a função de esclarecer fatos e circunstâncias dos casos de violação de direitos humanos durante os anos que antecederam e vigoraram a Ditadura Militar no Brasil (1946-1988).

Mas, para além das determinações do próprio Estado, temos que, como cidadãos – e no nosso caso, como educadores(as), construir com os(as) educandos(as) conhecimentos que deem conta do que foi este período histórico e as suas consequências na vida de milhões de brasileiros, já que as violações dos direitos humanos ocorridas são minimamente conhecidas das populações mais jovens. Só para ter uma ideia, o PNDH-3 (2009) apresenta alguns números sobre as vítimas da Ditadura Militar (ver quadro a seguir). Segundo a Comissão Nacional da Verdade a quantidade de mortos e desaparecidos subiu de 400 para 431 pessoas, sendo 188 mortas e 243 desaparecidas<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <[www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br](http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br)>

<sup>8</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014. vol. 1, p. 487 e segs.; p. 576 e segs.

NÚMEROS APROXIMADOS DE VÍTIMAS	PUNIÇÕES
50.000	Prisões só nos primeiros meses de 1964
20.000	Submetidos à tortura
400	Mortos ou estão desaparecidos
130	Banidos do país
4.862	Mandatos políticos cassados
Indefinido (estima-se que milhares)	Prisões políticas não registradas oficialmente
Indefinido (estima-se que milhares)	Exílios e refugiados políticos

Fonte: PNDH - 3 (2009, p. 211)

Com a função de buscar a verdade e rever as memórias dessas vítimas foi criada a já citada CNV. A esta Comissão foram delegadas atribuições importantes, tais como: requerer ao Judiciário o acesso a documentos privados; colaborar na apuração de violações de Direitos Humanos; promover a reconstrução da história dos casos de violação de Direitos Humanos, bem como a assistência às vítimas de tais violações; promover meios e recursos necessários para a localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos; identificar e tornar públicas as estruturas utilizadas para a prática de violações de Direitos Humanos; registrar e divulgar seus procedimentos oficiais, a fim de garantir o esclarecimento circunstanciado dessas violações e encaminhá-los aos órgãos competentes; apresentar recomendações para promover uma reconciliação nacional, e prevenir no sentido da não repetição de violações de Direitos Humanos.

Assim os esforços em constituir uma memória baseada em renovadas empreitadas na busca da verdade sobre este período histórico já apresentam resultados. Com relação às

fontes documentais, temos: identificação; tratamento; preservação; produção de novas fontes com registro de testemunhos; criação de suportes materiais; difusão e disponibilidade de acesso.

Vários estados brasileiros criaram Comissões da Verdade, a exemplo da Paraíba com a sua Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória (CEVPM/PB), conforme Decreto do governador Ricardo Vieira Coutinho, nº 33.426, de 31 de outubro de 2012<sup>9</sup>. Essa Comissão foi formada a partir de uma consulta a órgãos públicos, organizações não governamentais e entidades de classe<sup>10</sup>. A sua ação se deu a partir de grupos de trabalho desenvolvendo pesquisas documentais e testemunhais, com os seguintes objetivos:

**1. Mortos e desaparecidos políticos do regime militar** – esclarecer sobre as mortes e desaparecimentos forçados, com ocultação de cadáveres, ocorridos no território do Estado da Paraíba, ou de paraibanos que se encontravam em outros estados da Federação no período do regime militar.

**2. Mapa da Tortura** – elaborar um mapa atualizado da tortura no Estado da Paraíba, identificando locais de realização desta prática, traçando o perfil detalhado das vítimas de tortura e

---

<sup>9</sup> A CEVPM/PB foi instalada em 11 de março de 2013, com vigência de 2 anos, com possibilidade de prorrogação por igual período.

<sup>10</sup> Composição da CEVPM-PB: Paulo Giovani Antonino Nunes (UFPB), como Presidente, Fábio Fernando Barbosa de Freitas (UFPG), Iranice Gonçalves Muniz (Memorial das Ligas Camponesas), Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira (Centro da Mulher Oito de Março), João Manoel de Carvalho (Sindicato dos Jornalistas), Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB) e Waldir Porfírio da Silva (este foi o único membro indicado pelo Governo do Estado).

compreendendo a tortura como instrumento fundamental de intimidação e repressão, através da análise de documentos e testemunhos.

**3. A bomba estourada no Cine-Teatro Apolo 11** – apurar a autoria intelectual da explosão da bomba que matou duas pessoas no Cine-Teatro Apolo 11, na cidade de Cajazeiras/PB, em 02/07/1975.

**4. Cassação de mandatos eletivos e de magistrados** – identificar, no período da Ditadura Militar, os paraibanos que exerceram mandatos eletivos na esfera federal, estadual e municipal que foram cassados, os motivos da cassação e os agentes públicos envolvidos, bem como dos juízes e desembargadores perseguidos.

**5. Demissão de servidores públicos federais, estaduais e municipais** – identificar servidores públicos federais, estaduais e municipais com atuação no Estado da Paraíba e em outros estados da Federação que foram demitidos ou perseguidos no período da Ditadura Militar.

**6. Ditadura e Gênero** – pesquisar sobre a violência contra as mulheres paraibanas que participaram de movimentos de resistência e aquelas cujos familiares foram vítimas de perseguição política.

**7. Estrutura de repressão na Paraíba** – identificar a estrutura organizacional de repressão, os membros e as áreas de atuação no Estado, além de verificar a existência de apoiadores e

financiadores (indivíduos ou grupos organizados, nacionais ou estrangeiros).

**8. Intervenção nos sindicatos e em outras entidades da sociedade civil** – identificar as perseguições ocorridas contra sindicalistas e membros de entidades da sociedade civil na Paraíba, durante a vigência do regime militar.

**9. Perseguição dos órgãos de segurança ao setor educacional** – identificar as ações de perseguição ocorridas na Paraíba, atingindo técnicos(as), educadores(as), e especialmente o movimento estudantil, a partir de provas documentais e testemunhais.

**10. Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses** – identificar as ações de perseguição praticadas pelo Estado e pelas milícias contra os camponeses e sindicatos de trabalhadores rurais na Paraíba, no período de 1958 a 1988.

Como você pode ver Educador(a), ao nos referirmos a memória e verdade dos tempos vividos durante a Ditadura Militar no país, é significativo o que a sociedade civil organizada já conseguiu, embora os trabalhos iniciados ainda precisem percorrer um longo caminho até obter mais visibilidade dos seus resultados. Sabemos também que os espaços de educação – as escolas, os sindicatos, as associações entre outros – precisam partilhar esses conhecimentos já construídos com seus alunos, associados e membros. O que se propõe com todo o trabalho das Comissões, com a legislação em vigor que rege o assunto e com o acesso aos arquivos é,

exatamente, obter informações, apreender um processo histórico brasileiro e disponibilizar saberes com o propósito de **educar para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça!**

**Referências para ampliar o conhecimento sobre a temática do capítulo.**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1989.

BITTENCOURT, Circe. (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. 7ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BREJON, Moysés (Org.) *Estrutura e funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus: Leituras*. 7 ed. São Paulo: Pioneiras, 1976.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. *Lei nº 6.683. Concede Anistia e dá outras providências*. 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm)>

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos-SEDH, 2007. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/edh/pnedh\\_por.pdf](http://portal.mj.gov.br/sedh/edh/pnedh_por.pdf)>

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN)*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

\_\_\_\_\_. *Programa Nacional de Direitos Humanos 3 - (PNDH-3)*. Brasília: SEDH/PR, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.html)>

CITTADINO, Monique. A UFPB e o golpe de 64. João Pessoa: ADUF-PB, *Cadernos da ADUF-JP*. n. 10, 1993.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. A organização de arquivos e a construção da memória. In: *Saeculum*. Revista de História. João Pessoa, jul./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. Memória e Educação em Direitos Humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2007.

FLORES, Elio Chaves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. (Orgs.). *Educação em Direitos Humanos & Educação Para os Direitos Humanos*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

FORMAGGINI, Beth. *Memória para uso diário*. Rio de Janeiro: Grupo Tortura Nunca Mais, 2007. Vídeo.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 40 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. Coleção As Ilusões Armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Ditadura Escancarada*. Coleção As Ilusões Armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Ditadura Derrotada*. Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Ditadura Encurralada*. Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GERMANO, José Wellington. *Estado Militar e educação no Brasil: (1964 – 1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.

KARNAL, Leandro. (Org.) *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3ed. São Paulo: UNICAMP, 1994.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Os Movimentos Sociais, o Governo Pedro Gondim e o Golpe Civil-Militar na Paraíba. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0210.pdf>

PARAÍBA. Governo do Estado. *Decreto nº 33.426*. Cria a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. 2012.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. 2ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

TOSI, Giuseppe. (Org.). *Direitos Humanos: história, teoria e prática*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006.

**LEGISLAÇÃO E PRESCRIÇÕES PARA O DIREITO  
À MEMÓRIA E À VERDADE – OS MARCOS  
REGULATÓRIOS**



Durante os anos de vigência do Ato Institucional nº 5, que vigorou no Brasil entre os anos de 1968 a 1978, tivemos o período considerado o mais repressivo instituído pela Ditadura Militar, o chamado “anos de chumbo”. Contudo, a segunda metade da década de 1970 foi marcada por uma ação de mobilização da sociedade civil com a Campanha pela Anistia, nos anos de 1978 e 1979, que marcou o início do lento e gradual período de abertura política. Passados trinta e sete anos da promulgação da Lei nº 6.683/1979, conhecida como a Lei da Anistia, esta se tornou uma referência do processo para o fim da Ditadura Militar no Brasil. Beneficiou presos políticos e permitiu o retorno ao país de cidadãos banidos e exilados.

Indiretamente os reflexos desta lei chegaram até o sistema de ensino, com a posterior criação de mecanismos de democratização do país, que incluem resoluções sobre a temática dos direitos humanos nos conteúdos e currículos escolares. Conhecer essas novas prescrições é o primeiro passo para estabelecer uma prática educativa significativa que contemple os direitos humanos.

Educar para assegurar memórias e verdades que corroborem com a consecução dos direitos humanos é fundamental em qualquer sociedade. O sistema de ensino requer mudanças e atualizações para dar conta da dinâmica social, assim os marcos regulatórios delimitados em leis, parâmetros, referenciais, entre outros instrumentos legais, devem estar de acordo com o processo de construção de saberes que se renova cotidianamente. Nesta perspectiva o **educar para que nunca mais aconteça...** propõe que o conhecimento dos processos tecidos pelos sujeitos sociais ao longo da história é a chave para refletir e agir no presente. O

mundo muda, os espaços se reconfiguram, os tempos são outros e a educação demanda o entendimento dessas mudanças.

Para construir um renovado conhecimento sobre um período tão significativo como foi o da Ditadura Militar no Brasil, marcado por silêncios e medos e, conseqüentemente, registrado por uma escrita oficial e parcial, com a visão dos “de cima”<sup>11</sup>, se faz necessário rever e garantir através de pareceres, resoluções, leis, prescrições e referenciais, ações que adentrem neste silêncio e superarem os medos, para gerar novos e atuais enfrentamentos aos limites efetivos do estabelecimento dos direitos humanos.

Assim, conhecer os marcos que delimitam as possibilidades de **educar para que nunca mais aconteça...** é fundamental no cotidiano escolar e nos mais diversos espaços de aprendizagem. A

partir desse conhecimento, estaremos nos instrumentalizando para apreender os possíveis espaços de ação que temos na sociedade e, ao mesmo tempo, poderemos retomar as memórias e as falas silenciadas, constituindo assim, novas verdades.

No que se refere a legislação brasileira sobre informação, patrimônio arquivístico e anistia, no recorte temporal de 1979

*Na educação o sistema normativo, nas três últimas décadas, vem promovendo alterações em variados níveis, desde os marcos regulatórios mais gerais de abrangência nacional, até os específicos de abrangência local.*

---

<sup>11</sup> Vale lembrar a perspectiva da escrita da história vista de baixo, a partir da visão de E. P. Thompson, que procura ampliar a visão sobre os acontecimentos históricos para além das elites. (In: SHARPE, 1992).

até 2015, podemos observar, no quadro a seguir, marcos regulatórios gerais e específicos de abrangência nacional, esses prescritos se propõem a delimitar uma base comum a ser observada em todo o país e também para servir de esteio às elaborações locais, nos estados da federação.

### Marcos Regulatórios Gerais e Informações Adicionais

ANO	ATO – ASSUNTO
1979	<b>Lei nº 6.683, de 28 de agosto – Lei de Anistia</b> – Anistia os punidos por atos de exceção de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que cometeram crimes políticos ou conexos, crimes eleitorais e que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. Dois projetos em disputa, um do Comitê Brasileiro pela Anistia foi derrotado e o do Governo aprovado (anistia parcial).
1988	<b>Constituição Federal do Brasil</b> – Art. 5º – Direito à Informação e Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que prever a concessão de anistia nos arts. 49, 51 e 52, e dispõe sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: VIII – concessão de anistia.
1990	<b>4 de setembro</b> – abertura da Vala Clandestina no Cemitério Dom Bosco, no Distrito de Perus, em São Paulo-SP.
	<b>5 de outubro</b> – Criação da Comissão Parlamentar de Inquérito pela Câmara Municipal de São Paulo, em 4 de setembro, investiga a Vala Clandestina no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo-SP.
	<b>Criação da Comissão Especial Externa da Câmara dos Deputados</b> – Para investigar sobre os Desaparecidos Políticos, proposta do Deputado Nilmário Miranda (PT-MG).

1991	<p><b>Lei 8.159, de 8 de janeiro</b> – Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. Dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências.</p>
1992	<p>Camara dos Deputados cria Comissão Extraordinária sobre Desaparecidos Políticos, sob a presidencia de Nilmário Miranda</p> <p>Presidente Fernando Collor entrega os documentos do DEOPS de São Paulo aos familiares de mortos e desaparecidos politicos que constroem um Dossiê. No Rio de Janeiro, os arquivos do DOPS foram entregues ao Governo do Estado em agosto de 1992, objeto de pesquisa do Grupo Tortura Nunca Mais.</p>
1993	<p>Comissão de Representação Externa do Congresso solicita esclarecimento sobre os 426 mortos e desaparecidos políticos. O Estado responde dizendo que não tinha arquivos, embora a lei de arquivos já existisse desde 1991. Como o Estado brasileiro durante 9 anos não respondeu à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (afirmando a inexistência de arquivos), esta encaminhou o caso para a Corte Interamericana de Direitos Humanos.</p>
1995	<p>Reunião nacional das entidades e familiares convocada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados com o Ministro da Justiça Nelson Jobim e José Gregori.</p> <p>Presidente Fernando Henrique Cardoso recebe dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos um Dossiê referente aos mortos e desaparecidos políticos.</p> <p>O Centro de Estudos para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e a Human Rights Watch (HRWA), apresentam petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, denunciando em nome dos familiares, o desaparecimento dos mortos na Guerrilha do Araguaia, solitando declaração de responsabilidade do Estado brasileiro sobre violações de direitos humanos.</p>

	<p><b>Lei nº 9.140, de 4 de dezembro</b> – Reconhece como responsabilidade do Estado brasileiro a morte de opositores ao regime de 1964, assim como, prever a concessão de indenização a parentes de militantes políticos mortos ou desaparecidos entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Instituiu <b>Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos</b> (CEMDP) com poderes para deferir pedidos de indenização das famílias de uma lista inicial de 136 pessoas e julgar outros casos apresentados para exame e localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados.</p>
1997	<p><b>Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro</b> – Regulamenta o art. 23 da Lei nº 8.159/1991, e dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências. Regula a classificação, a reprodução e o acesso aos documentos públicos de natureza sigilosa.</p>
	<p><b>Lei nº 9.455, de 7 de abril</b> – Define crimes de tortura e dá outras providências.</p>
	<p><b>Lei nº 9.474, de 22 de julho</b> – Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.</p>
	<p><b>Lei nº 9.507, de 12 de novembro</b> – Define o direito de acesso a informações e o disciplinamento do rito processual do <i>habeas data</i> – direito de acesso às informações sobre a pessoa em órgãos públicos.</p>
1998	<p><b>17 de Julho</b> – É criado o Estatuto de Roma (Roma-Itália), que estabeleceu a Corte Penal Internacional, conhecida como Tribunal Penal Internacional. Foi promulgado pelo Estado brasileiro pelo Decreto nº 4.388/2002.</p>
2001	<p><b>Decreto nº 5.301</b> – Regulamenta o inciso XXXIII da Constituição Federal e institui a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas.</p>
	<p><b>Decreto nº 4.553, de 27 de fevereiro</b> – Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da</p>

	segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da administração pública federal e dá outras providências.
2002	<p><b>Lei nº 10.536, de 14 de agosto</b> – Estabelece a responsabilidade do Estado por mortes e desaparecimentos de pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação em atividades políticas, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988.</p> <p><b>Lei nº 10.559, de 13 de novembro</b> – Regulamentando o art. 8º das Disposições Transitórias que trata do Regime do Anistiado Político, da Declaração de Anistiado Político e da Reparação Econômica.</p>
2003	<p><b>Decreto nº 4.850, de 2 de outubro</b> – Institui a Comissão Interministerial com a finalidade de obter informações que levem à localização dos restos mortais de participantes da Guerrilha do Araguaia, e dá outras providências.</p> <p><b>Medida Provisória nº 228</b> – Altera as normas reduzindo os prazos de acesso aos documentos oficiais do Estado.</p>
2004	<p><b>Decreto nº 5.301</b> – Regulamenta o inciso XXXIII da Constituição Federal e institui a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas.</p> <p><b>Lei nº 10.875, de 1 de junho</b> – Altera os dispositivos da Lei nº 9.140/1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas; ampliando o rol de pessoas e situações alcançadas, como os “casos de mortes decorrentes de repressão policial ocorridas em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público” e casos de suicídios e de óbitos com relação direta com a ação dos agentes da repressão.</p>
2005	O Governo Federal determinou que os três arquivos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) fossem entregues ao Arquivo Nacional, subordinado à Casa Civil, onde passaram a ser organizados e digitalizados.

2007	<b>Agosto</b> – Lançado pela SEDH-PR e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, o livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade”, registrando os onze anos de trabalho daquela Comissão e reunindo a história das vítimas da ditadura no Brasil.
2008	<b>Julho</b> – Audiência Pública realizada pelo Ministério da Justiça e a Comissão de Anistia sobre “Limites e Possibilidades para Responsabilização Jurídica dos Agentes Violadores de Direitos Humanos durante o Estado de Exceção no Brasil”.
2009	<b>Mai</b> – Ato de lançamento do projeto Memórias Reveladas, sob responsabilidade da Casa Civil, que interliga digitalmente o acervo recolhido ao Arquivo Nacional após dezembro de 2005, com vários outros arquivos federais sobre a repressão política e com arquivos estaduais de quinze unidades da federação.
	<b>Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro</b> – Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências, com um eixo orientador para atuação do Estado no que tange ao Direito à Memória e à Verdade.
2010	<b>Decreto nº 7.177, de 12 de maio</b> – Altera o anexo do Decreto nº 7.037/2009, que aprova o PNDH-3.  Condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, pelos atos ocorridos durante a Guerrilha do Araguaia. A defesa foi feita pelo Ministério da Defesa e não a Secretaria dos Direitos Humanos. Enquanto os familiares buscaram informações por sua iniciativa, o governo brasileiro não entregou informações, não identificou nem puniu os responsáveis pelos crimes de tortura e desaparecimento forçado.
2011	<b>Lei nº 12.527, de 18 de novembro</b> – Regula o acesso a informações e procedimentos para a transparência da administração pública. Reduz os prazos para o acesso a documentos sigilosos.
	<b>Lei nº 12.528, de 18 de novembro</b> – Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, com a

	finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.
	Instalação da Comissão Nacional da Verdade, 16 de fevereiro de 2012.
2012	<b>Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio</b> – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
	<b>Decreto nº 7.845, de 14 de novembro</b> – Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.
2013	<b>Medida Provisória nº 632, de dezembro</b> – Prorroga o mandato da Comissão Nacional da Verdade até dezembro de 2014.
2015	<b>Portaria Interministerial nº 1.321-A, de 29 de setembro</b> – Declara o recebimento do Relatório da Comissão Nacional da Verdade e de interesse público e social o acervo documental e arquivístico reunido pela CNV.

Fontes: PNDH 1, 2 e 3 (1996; 2002; 2009); PNEDH (2007); <<http://www.cnv.gov.br>> e [http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislação](http://www2.planalto.gov.br/acervo/legisla%C3%A7%C3%A3o)>

As prescrições presentes na legislação promoveram mudanças nas diretrizes para a Educação Básica e Educação Superior, como podemos ver no quadro a seguir, considerando como marco a década de 1990, na qual foi elaborada uma nova LDB.

## Marcos Regulatórios da Educação e Informações Adicionais

ANO	ATO - ASSUNTO
1996	<b>Lei nº 9.394, de 20 de dezembro</b> – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
1997	<b>Parâmetros Curriculares Nacionais</b> – Inserção de ética, cidadania e multiculturalidade.
	<b>Programa Nacional de Direitos Humanos</b> – Linhas e conjuntos de ações orientando as políticas em direitos humanos.
	<b>Criação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos</b> – Para implementar o Programa Nacional de Direitos Humanos.
2003	<b>Portaria nº 98</b> – Institui o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH).
	<b>Programa Ética e Cidadania</b> – Construindo valores na escola e na sociedade. Inclusão como módulos: Ética, Convivência Democrática, Direitos Humanos e Inclusão Social.
	<b>PNEDH</b> – Lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.
2004 a 2006	<b>Consulta Nacional para revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)</b> – O CNEDH apresenta uma versão preliminar do PNEDH, que é discutido em âmbito nacional através da consulta à sociedade em encontros estaduais.
2006	<b>Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos</b> – Encerramento da Consulta Nacional do PNEDH.

2007	<b>15 de março</b> - Lançamento da versão atualizada do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)
2009	<b>Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro</b> - O Programa Nacional de Direitos Humanos 3 institui a Cultura e Educação em Direitos Humanos como eixo da Política Nacional de Direitos Humanos.
2010	<b>Resolução CNE/CBE nº 04, de 13 de julho</b> - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
	<b>Resolução CNE/CBE nº 07, de 14 de dezembro</b> - Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
2012	<b>Resolução CNE/CEB nº 02, de 30 de janeiro</b> - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Tratamento transversal e integral da Educação em Direitos Humanos, permeando todo o currículo, no âmbito dos demais componentes curriculares, conforme o Decreto nº 7.037/2009, que institui o PNDH-3.
	<b>Parecer CNE/CP nº 08, aprovado em 6 de março e publicado no DOU em 30 de maio</b> - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
	<b>Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio</b> - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Fontes: PNDH 1, 2 e 3 (1996; 2002; 2009); PNEDH (2003); Portal do MEC-Conselho Nacional de Educação: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/>>

Esta linha do tempo da legislação brasileira foi pensada na perspectiva de auxiliar cada um(a) de vocês no sentido do conhecimento daquilo que prescreve a legislação sobre os direitos humanos, especialmente na área da educação brasileira, otimizando a consulta quando necessária no seu cotidiano profissional.



**Referências para ampliar o conhecimento sobre a temática do capítulo.**

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: UNESCO, 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos*. Brasília: SEDH, 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília, 2010. (Inclui os PNDH – 1 e 2)

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Resgate da memória e da verdade: um direito histórico, um dever do Brasil*. Brasília, 2011.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2010.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. Esquecer a violência: uma segunda injustiça às vítimas. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. São Leopoldo, v. 358, n. 12, p.10-15, abr. 2011.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-62.

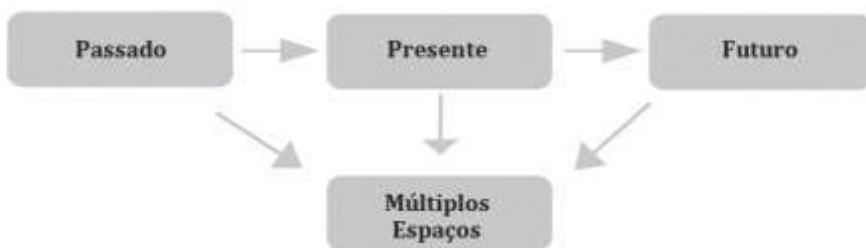
**SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS - UMA FORMA DE  
PLANEJAR A PRÁTICA DOCENTE PARA A  
ABORDAGEM DO DIREITO À MEMÓRIA  
E À VERDADE NO BRASIL**



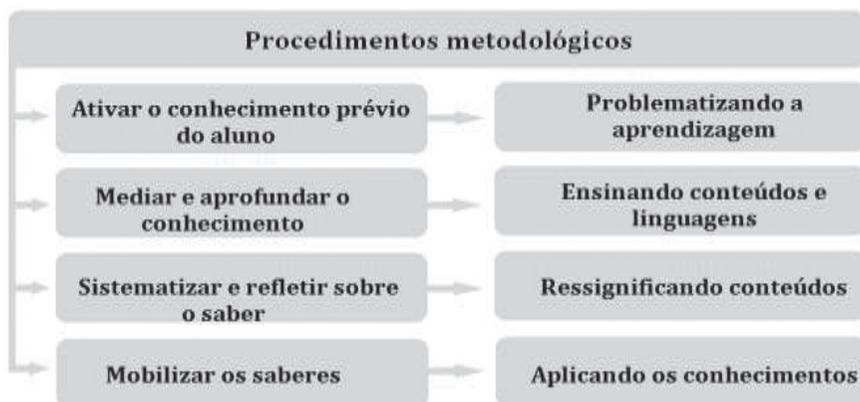
Para preparar uma boa Sequência Didática é necessário que o(a) educador(a) tenha conhecimentos referenciais sobre conteúdos, conceitos, objetivos, metodologias e legislação, sobre determinado tema. Observando um **caráter propositivo**, apresentamos elementos do processo de ensino e aprendizagem – procedimentos metodológicos e avaliação – estabelecendo uma base que corrobore com o trabalho que os(as) educadores(as) desenvolvem cotidianamente.

Destacamos que neste roteiro não existe, para o conhecimento histórico o predomínio de escolas e/ou correntes historiográficas que definam **UMA** metodologia para a produção do conhecimento científico e o conhecimento escolar. Por exemplo, o fim da rigidez dos quadros estruturais como explicação única da história – o político, o econômico, o social, o cultural, o mental – ainda presentes em alguns currículos, na formação e prática de educadores(as) e em materiais acadêmicos e didáticos.

Devem-se considerar elementos de todos esses quadros que se interpõem na compreensão da história **na** e **para** a diversidade temporal (presente-passado-presente) e dos múltiplos territórios (espaços), conforme diagrama a seguir.



Assim, a metodologia para o ensino define o caminho escolhido, planejado e sistematizado pelo(a) educador(a) para a orientação de sua prática docente. Requer, portando, procedimentos que estabeleçam conceitos, conteúdos, estratégias e técnicas constituindo os **meios** para que se alcancem os objetivos de ensino e de aprendizagem. Uma possibilidades que se apresenta para a atividade docente é estruturar o trabalho do(a) educador(a) em “**sequências didáticas**”. A seguir, apresentamos como **sugestão**, uma sequência de procedimentos metodológicos:



Ao aplicar os procedimentos metodológicos, o(a) educador(a) deve considerar que se parte de um **planejamento** prévio que requer **interligações e ajustes** entre as etapas e atividades já que se trata de um plano, que pode sofrer alterações de acordo com as circunstâncias e dinâmica do processo de aprendizagem. Assim, ao planejar o que vai ser estudado, esses procedimentos são definidores da aprendizagem, e

por sua vez, podem se cruzar em qualquer momento do processo educativo.

Definidos os conteúdos, o primeiro procedimento tem como base considerar os conhecimentos que os(as) alunos(as) já detêm e que podem se relacionar com os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. São os conhecimentos que eles já adquiriram em seus lugares de pertencimento (casa, família, bairro, comunidade, igreja etc.) e nos anos escolares cursados anteriormente. Ao planejar a aula o(a) educador(a) deve procurar elementos que articulem o conteúdo a problematizações significativas para os(as) alunos(as), isso pode ser feito tendo como base uma proposta de trabalho.

Assim, ter um conhecimento prévio em relação aos(as) alunos(as) – às suas realidades sociais e culturais, torna-se estratégico. Uma forma prática de construir esse conhecimento é criar situações de diálogo e instigar os(as) discentes a se expressarem com questões que se relacionem ao tempo presente, pois formular problemas/perguntas sobre o que se estuda desencadeia novas perguntas e uma variável de respostas que constitui a dialética do conhecimento. A partir dessas conversas podem ser construídos conceitos históricos que, sistematizados, formarão noções básicas que darão suporte ao trabalho com os conteúdos e temas em estudo. **É uma fase conceitual.**

É importante que o(a) educador(a) faça anotações registrando esses conhecimentos, pois isso o auxiliará em dois momentos – no de sistematização e no de avaliação da aprendizagem. Nessas ocasiões ele pode destacar a contribuição dos(as) alunos(as) fazendo uso de suas construções e elaborações, por mais singelas que sejam, promovendo, assim, a valorização dos saberes desses sujeitos.

Em seguida, o(a) educador(a), usando abordagens variadas, artefatos didáticos e linguagens diversas, assume a função de mediador na produção do conhecimento escolar. Com os conceitos já construídos e devidamente relacionados com os conhecimentos prévios dos(as) alunos(as), os conteúdos históricos passam a ser estudados com o uso dos recursos disponíveis na expectativa de que eles agreguem **significado**, ao tempo em que sejam aprofundados, ampliados e inter-relacionados com outras disciplinas. Essa operação demarca a recepção e produção do conhecimento. **Compreende duas fases: conceitual e procedimental.**

O próximo passo é sistematizar e refletir os saberes para **ressignificar** os conteúdos. Somando leitura e análise de fontes, conceitos e conteúdos acumulados, os(as) alunos(as) podem conferir versões e interpretações históricas, confrontar seus conhecimentos prévios com os agora sistematizados e verbalizá-los em sala de aula através de atividades variadas, individuais e/ou coletivas – seminários, exercícios propostos com respostas orais, debates, atividades lúdicas etc. Busca-se com esse procedimento desvendar novos significados para os conhecimentos históricos até então estudados. **É uma fase procedimental.**

Por fim, mobilizar os saberes **aplicando os conhecimentos**, conforma uma última etapa dos procedimentos metodológicos, não menos importante que as outras. Trata-se da aplicação dos conhecimentos acumulados e produzidos: nesse momento o(a) educador(a) pode verificar e **avaliar** com mais propriedade a aquisição desses saberes por parte dos seus alunos. Aqui eles devem elaborar suas próprias representações sobre o conhecimento estudado de forma

contextualizada observando valores e atitudes das e nas sociedades estudadas. Assim, educadores(as) e alunos(as) processam a necessária aptidão de transitar nas temporalidades históricas – do presente (operação feita no primeiro procedimento metodológico) para o passado/retornando ao presente e refletindo sobre o que lhe é por essência significativo: os problemas atuais no mundo, no Brasil, na região, no estado, no município, no bairro, na comunidade... no seu lugar! Estabelecendo comparações e relações, os(as) alunos(as) podem se pronunciar no enfrentamento para resolução de problemas e usar o conhecimento histórico a seu favor. **É uma fase atitudinal.**

Como sugestão apresentamos a proposta de Sequência Didática para sistematizar e reunir conteúdos, procedimentos metodológicos, estratégias e avaliação. A intenção vislumbrada é a de que o(a) educador(a) possa, com cuidado, planejar situações de ensino, tendo perspectiva de (re)ver sua própria prática em cada etapa de regência docente e, assim, melhorar a qualidade do processo de aprendizagem para os principais destinatários – os(as) alunos(as)!

Sabemos que todo processo de ensino parte de escolhas, desde os conteúdos e procedimentos à avaliação. Essas escolhas refletem elementos importantes na formação e na prática docente, pois incluem concepções de ensino. Estas se delineiam no cotidiano da sala de aula, mas não só nela, extrapolam o momento presencial do ato de ensinar e são precedidas no **planejamento**. Escolher conteúdos/temas e planejar metodologias e abordagens deve estar conectado com a experiência social dos(as) alunos(as) e com o tempo presente para que se constituam conhecimentos históricos significativos.

A Sequência Didática (SD) é uma proposta de organização do ensino que o(a) educador(a) pode elaborar com as mais variadas possibilidades de aplicação e construção dos conhecimentos escolares e adaptá-las, readequá-las, refazê-las no cotidiano escolar durante o semestre letivo. Caracteriza-se, principalmente, por envolver objetivos específicos (conceituais, procedimentais e atitudinais) e organizar propostas didáticas de maneira planejada e encadeada. É característica de uma SD a flexibilidade na forma e nos componentes que podem ser utilizados na sua consecução, assim, a proposta ora apresentada partiu de uma situação hipotética de aula considerando a sua aplicabilidade, trata-se de um exercício inicial que disponibilizará aos(às) educadores(as) mais um instrumento de ensino para a sua prática docente.

A SD deve contemplar: tema, título, justificativa, objetivos, componente curricular, ano/público, tempo previsto, desenvolvimento e conteúdo das atividades, referências.

**O tema:** O tema da Sequência Didática deve ser aquele que o(a) educador(a) considere adequado, desde que as atividades propostas empreguem uma considerável variedade de documentos, fontes e linguagens. Portanto, antes de escolher um tema observe o que está prescrito nos documentos que regem o ensino (nacional – PCN e Diretrizes Curriculares, local – Referenciais Estaduais e/ou Municipais e o Currículo Escolar) que sirvam de base para desenvolvê-lo. Além disso, o tema deve ser sucinto e, de preferência, expresso em uma única frase.

**O título:** Enquanto o tema apresenta de maneira geral o assunto que será abordado na SD, o título deve ser mais específico e fornecer detalhes sobre o assunto abordado como, por exemplo, o seu recorte temporal e espacial.

**A justificativa:** Um ponto importante a ser desenvolvido nesse espaço é a problemática da atividade. De acordo com Rocha (2010, p. 6), a Sequência Didática deverá estabelecer “problematizações de situações que parecem ter sempre existido, mas são históricas, ou seja, sujeitas à mudança, pela própria ação dos homens”. É necessário formular a SD a partir de questões que o presente tem sobre o passado e, assim, estimular os(as) alunos(as) a estabelecerem relações entre a sociedade atual e as sociedades do passado. Por exemplo, o(a) educador(a) pode elaborar a justificativa a partir das seguintes questões: Por que fazer essa proposta de SD? Qual é a importância do tema escolhido? Qual é a relevância das atividades propostas no contexto de ensino/aprendizagem?

**Os objetivos:** A elaboração de uma SD envolve necessariamente alguns objetivos específicos. Eles são importantes para apontar quais são as intenções do(a) educador(a) ao propô-la. De maneira simplificada, é preciso expressar: **para que fazer** determinada SD; o que se pretende conseguir a partir dela; o que se espera que os(as) alunos(as) alcancem.

**O componente curricular:** Deve constar a disciplina em que se insere a SD. O(a) educador(a) terá também que explicitar em que parte do conteúdo (currículo) adotado ela deverá ser realizada, ou ainda no interior de qual eixo temático. O componente curricular deverá ser sucinto e especificar

basicamente a disciplina e o conteúdo (ou tema) nos quais se desenvolverá a SD. Para a aplicação de uma SD em espaços educativos diferentes do sistema de ensino formal (em escolas), o(a) educador(a), deve contemplar o **componente temático** a ser aplicado.

**O ano/público:** O(a) educador(a) deverá indicar o ano (em se tratando da Educação Básica) ou o público (no caso da aplicação nos demais espaços educativos) para o qual foi elaborada a SD. Apesar de existir certa flexibilidade nesse item, definir o ano/público para o qual será elaborada a SD é importante para balizar a complexidade do tema, da linguagem e das atividades de maneira adequada no *lócus* na qual a mesma será desenvolvida.

**O tempo previsto (número de horas):** A quantidade de horas previstas para a aplicação da SD é parte importante do planejamento. Assim, é possível distribuir de maneira organizada todas as atividades que serão desenvolvidas no espaço de tempo disponível. O tempo necessário também deverá ser planejado em função da complexidade do tema e do número de atividades propostas. Não adianta subdimensionar o número de aulas destinadas para a realização da SD, apenas para fazê-la caber no planejamento quando se sabe de antemão que ele não será cumprido.

**O desenvolvimento e conteúdo das atividades:** Este item refere-se às atividades que serão desenvolvidas na sala de aula (ou fora dela) e que darão corpo à SD. É aqui que o(a) educador(a) irá aplicar as metodologias e recursos a utilizar. Não deixe de **explicitar em cada uma das atividades:**

- ✓ Quando for utilizar um documento, cole a imagem dele na atividade ou em uma lista de anexos, se for utilizar o trecho de uma música é necessário transcrevê-la e no caso de vídeos forneça o link se ele estiver disponível na internet. Além disso, nunca deixe de acrescentar as referências de todos os documentos e materiais autorais utilizados.
- ✓ Quais serão as estratégias e a dinâmica do trabalho: se haverá trabalho em grupo, pesquisa, produção de texto etc.
- ✓ De que maneira os(as) educandos(as) deverão abordar os documentos, quais as perguntas que serão respondidas ou as questões que serão trabalhadas pelo(a) educador(a).
- ✓ O tempo que será utilizado para a realização das atividades.

**As referências:** Referenciar todos dos livros, artigos e demais obras que foram utilizadas para a elaboração da SD, de acordo com as normas da ABNT.

A seguir apresentamos o exemplo de uma SD para aplicação no Ensino Médio, contemplando a temática do nosso livro. O(A) educador(a) pode adaptá-la as mais diversas situações de ensino no espaço escolar (rede pública e privada de ensino) ou fora dele (nas associações, sindicatos, ONGs, igrejas, entre outras).

## **INTRODUÇÃO**

Esta SD foi organizada majoritariamente a partir de documentos de Arquivo. Como o nosso território de atuação é a Paraíba, buscamos nele: a definição da temática desenvolvida na SD, os acervos para a pesquisa documental e os Referenciais Curriculares do Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado.

Assim, resolvemos consultar o acervo de documentos referentes à Ditadura Militar produzido na Delegacia de Ordem

Política e Social – DOPS e disponíveis no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da UFPB, que organiza, guarda e disponibiliza ao público este importante acervo.

### **JUSTIFICATIVA**

O ano de 2014 estabeleceu a distância cronológica de 50 anos do Golpe Militar no Brasil, considerado e amplamente divulgado pela mídia como “marco” histórico, tornou-se um assunto recorrente em materiais didáticos, filmes, documentários, conteúdos de aulas na Educação Básica e Superior, palestras e eventos científicos.

Trata-se de um processo histórico ocorrido em um passado próximo e que mantém desdobramentos no tempo presente, pois no âmbito destas “comemorações” do cinquentenário, foi possível retomar a História do Brasil em leituras e análises polissêmicas. A democratização política tornou possível o acesso a uma vasta documentação produzida **pelo e no** período da ditadura, bem como tem oportunizado a produção de fontes orais, especialmente dos sujeitos históricos que viveram e foram diretamente afetados com as ações impetradas pelos vários governos deste regime militar.

Torna-se então oportuno a abordagem da temática nas aulas de História do Brasil, especialmente para desmistificar uma visão recorrente que se faz presente na maioria dos livros didáticos em contraposição ao que é majoritariamente veiculado pela mídia – a dicotomia entre opiniões que se colocam contrárias ou favoráveis aos meios empregados pelo regime militar para combater a “ameaça comunista” no país e estabelecer o “estado da ordem” na sociedade.

Observando o que prescrevem os Referenciais Curriculares de História da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba para o Ensino Médio (RCEM-PB), que é organizado em três Eixos Temáticos, na seguinte ordem:

- ✓ 1º ano do Ensino Médio – Eixo Temático: Cidadania, participação política e poder.
- ✓ 2º ano do Ensino Médio – Eixo Temático: Produção, trabalho e consumo.
- ✓ 3º ano do Ensino Médio – Eixo Temático: Diversidade cultural.

Propomos uma SD que pode ser aplicada no 1º ano do Ensino Médio, na conformação do eixo temático sugerido nos RCEM (2007) e que assim se apresenta:

TEMAS	REPERTÓRIOS DE EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS (Sugestões de Conteúdos Processuais)
1. Cidadania, Liberdade e Direitos. As primeiras configurações de cidadania. 1.1 Cidadania, direitos civis e direitos políticos. 1.2 Cidadania e direitos sociais. 1.3 Cidadania e novos direitos.	(...) Expressões e manifestações políticas no Brasil e na Paraíba: a cidadania excludente (Império, República Velha, Estado Populista e <b>Ditadura Militar</b> ); lutas pela liberdade (resistência dos escravos; revoltas; manifestações camponesas: Cangaço, Messianismo); lutas trabalhistas e sindicais (movimento operário na República: Velha, período Vargas e tempos recentes); lutas pela terra - Ligas Camponesas e MST.

## **OBJETIVOS**

### **GERAL**

- ✓ O nosso objetivo primeiro é – a partir das leituras e estudos sobre oficinas como recurso didático, especialmente sobre: “O(s) Uso(s) de documento(s) de arquivo em sala de aula” – elaborar uma SD em que possamos planejar o uso de documentos na regência de ensino na Educação Básica, seguindo o que prescrevem os componentes curriculares para o primeiro ano escolar do Ensino Médio, em referência ao período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), e suas conexões com a Paraíba.

### **ESPECÍFICOS**

- ✓ Problematizar o processo histórico brasileiro vivido no período da Ditadura Militar no Brasil;
- ✓ Caracterizar ações dos governos que se sucederam na implementação e consolidação da Ditadura Militar;
- ✓ Proceder a leitura e análise de documentos históricos referentes ao período proposto presentes em acervos locais.

**COMPONENTE CURRICULAR:** Esta SD está direcionada para aplicação em aulas do Ensino Médio, no Eixo Temático: Cidadania, participação política e poder.

**NÍVEL/ANO ESCOLAR:** Ensino Médio/1º ano

**TEMPO PREVISTO:** 8h/a

**DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO:** Sugestão de planejamento para componente curricular – conteúdo de

História do Brasil para o Ensino Médio. Sequência didática para atividades e estratégias a partir de uma situação-problema.

**Eixo temático orientador dos estudos:** Cidadania, participação política e poder.

**Temas:** Cidadania, liberdade e direitos; cidadania, direitos civis e direitos políticos.

### **I. Unidade** – A Ditadura Militar no Brasil

**Escolha do conteúdo:** A Ditadura Militar no Brasil. Panorama dos vinte e um anos de autoritarismo no Brasil. Os enfrentamentos e resistências à Ditadura Militar.

<b>OBJETIVOS</b>	<b>Conceitual</b> Caracterizar os conceitos de ditadura e democracia. Identificar formas de resistência política no Brasil.
	<b>Procedimental</b> Coletar, organizar e representar os conhecimentos construídos através de diferentes tipos documentais e de linguagens: textos escritos, documentos históricos, fotos etc.
	<b>Atitudinal</b> Formar hábitos de leitura e interpretação de documentos históricos. Apreender o contexto histórico do Brasil durante a Ditadura Militar e relacionar formas de enfrentamento político e social dos sujeitos envolvidos com as possibilidades de ação na busca dos direitos do cidadão na conjuntura atual do país.

**1º PROCEDIMENTO:** Ativar o conhecimento prévio do aluno – problematizando a aprendizagem.

**Situação-problema em sala de aula:** A visão descontextualizada e/ou estereotipada dos(as) alunos(as) com relação às formas de resistência política e social utilizadas durante a

Ditadura Militar no Brasil e os mecanismos de enfrentamento que podemos ter frente a governos autoritários e antidemocráticos.

Ativando o conhecimento prévio do aluno a partir da situação-problema:

1 – Solicitar que os estudantes apontem atividades e comportamentos atuais de resistência, que consideram típicos de sociedades que vivem governos ditatoriais.

2 – Conversar com os(as) alunos(as) sobre a constituição dos governos no regime militar brasileiro.

3 – Construir com os(as) alunos(as), um painel contendo imagens de resistência ao período ditatorial e a explicação sobre as mesmas.

O(a) educador(a) deve registrar as respostas e conclusões dos(as) alunos(as) para retomá-las, quando necessário, nas várias atividades propostas na SD.

## **2º PROCEDIMENTO: Mediar e aprofundar o conhecimento, ensinando conteúdos e linguagens. Práticas interdisciplinares.**

A partir da avaliação do conhecimento prévio do aluno, outras questões podem ser lançadas através do uso de textos e/ou outros recursos didáticos para que se proceda ao aprofundamento dos conhecimentos, e assim o aluno possa ter contato com variadas linguagens historiográficas. Neste segmento é importante trabalhar com conceitos e buscar conhecimentos de outras áreas/disciplinas que podem, inclusive, ser ampliados através de práticas interdisciplinares.

## POSSIBILIDADES...

O(a) educador(a) não deve usar apenas o livro didático como fonte de estudo e pesquisa, deve usar também documentos de arquivo, vídeos, pesquisar em sites, revistas e incentivar os(as) alunos(as). A pesquisa é importante para despertar a curiosidade do aluno. É a oportunidade de entender e avaliar (pré)conceitos, elaborando novos conhecimentos. O(a) educador(a) deve apresentar questões que instiguem curiosidades; estimulem a leitura, a produção textual e a expressão oral; deve utilizar diferentes tipos de fontes; relacionar temporalidades e espacialidades; diversificar abordagens e promover a interação dos conhecimentos entre os(as) alunos(as).

## Trabalhando com documentos/fontes

### A legislação - 2h/a

LEGISLAÇÃO	TEMA
Ato Institucional nº 5/1968, ou AI-5	O Presidente da República podia decretar a intervenção nos estados e municípios, "sem as limitações previstas na Constituição" (art. 3º). Conforme o artigo 4º, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e "sem as limitações previstas na Constituição", podia suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. Pelo artigo 5º, a suspensão dos direitos políticos significava: I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II - suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições sindicais;

	<p>III - proibição de atividades ou manifestação sobre assuntos de natureza política;</p> <p>IV - aplicação, pelo Ministério da Justiça, independentemente de apreciação pelo Poder Judiciário, das seguintes medidas:</p> <p>a) liberdade vigiada;</p> <p>b) proibição de frequentar determinados lugares;</p> <p>c) domicílio determinado. Disponível em: &lt;<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm</a>&gt;</p>
<p>Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968) e a Reforma do 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/1971)</p>	<p>“Art. 37. Para matrícula na 1ª série do ciclo colegial, será exigida conclusão do ciclo ginasial ou equivalente.</p> <p>Art. 38. Na organização do ensino de grau médio serão observadas as seguintes normas:</p> <p>I - Duração mínima do período escolar:</p> <p>a) cento e oitenta dias de trabalho escolar efetivo, não incluído o tempo reservado a provas e exames;</p> <p>b) vinte e quatro horas semanais de aulas para o ensino de disciplinas e práticas educativas.</p> <p>II - cumprimento dos programas elaborados tendo-se em vista o período de trabalho escolar;</p> <p>III - formação moral e cívica do educando, através de processo educativo que a desenvolva;</p> <p>IV - atividades complementares de iniciação artística;</p> <p>V - instituição da orientação educativa e vocacional em cooperação com a família;</p> <p>VI - frequência obrigatória, só podendo prestar exame final, em primeira época, o aluno que houver comparecido, no mínimo, a 75% das aulas dadas.”</p> <p>Disponível em: <a href="http://www.histedbr.fae.unicamp.br/fontes_escritas/6">http://www.histedbr.fae.unicamp.br/fontes_escritas/6</a></p>

O(a) educador(a) pode apresentar essa legislação – e/ou fragmentos para:

- ✓ Identificar as possibilidades que o governo militar tinha de exercer seu poder coercitivo na sociedade.
- ✓ Estabelecer uma relação comparativa entre a organização da educação nas décadas de 1960 e 1970 com a atual organização escolar.
- ✓ Questionar a importância das demandas sociais na constituição de leis e pareceres oficiais.

### **Artigos acadêmicos - 1h/a**

“Os governos militares foram marcados desde 1964 por um conflito permanente entre duas correntes de ideias. De um lado estava a orientação política da Escola Superior de Guerra, principal apoio da candidatura do General Castelo Branco (\*), à Presidência da República em 1964. Suas principais propostas eram: abertura da economia ao capital estrangeiro, filiação política e ideológica com o ocidente, alinhamento com os Estados Unidos quanto a política externa, manutenção do Poder Legislativo e dos partidos políticos tradicionais.

Opostos a esta orientação, os setores militares “duros” eram partidários da repressão sistemática aos movimentos sociais em nome do combate contra o comunismo e da adoção de uma política econômica nacionalista, em particular no setor das riquezas naturais (energia).

(...) A ascensão do General Médici à Presidência da República consagrou não somente a supremacia do setor militar que dirigia a repressão contra a guerrilha urbana, mas também a força política dos serviços de informação.”

Fonte: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Geisel (1974-1979). In: ROUQUIÉ, Alan (Org.). Os partidos políticos no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1988, p. 85.

(\*) Em 1964, passou a ser Marechal.

Este é um fragmento de texto acadêmico que pode ser utilizado pelos(as) educadores(as) do 1º ano do Ensino Médio, para abordar as ações dos governos na Ditadura Militar e as formas de resistência. A partir dele, vários questionamentos podem ser feitos e propostas de pesquisas para abordar os seguintes aspectos:

- ✓ A intervenção na sociedade civil por parte do governo militar;
- ✓ A denominação e categorização dos instrumentos de que dispunha o governo militar para estabelecer a ordem;
- ✓ As conexões do contexto histórico brasileiro com o mundo ocidental.

### **O uso da música/literatura/cinema – 2h/a**

A música, o poema, o cinema, o jornal, a charge, as tirinhas, trazidas para a sala de aula podem, sem perda de sua natureza e função, abrir um grande leque de possibilidades para aproximação dos(as) alunos(as) com o tema. É preciso cuidar sempre para deixar a turma se envolver com essas linguagens, em sua inteireza. Elas, em si, são recortes, expressões da realidade e, como tal, os(as) alunos(as) devem ser capazes de dominar a sua leitura, reconhecendo a sua historicidade. Daí, serem sugestivas atividades que considerem e discutam letras, melodias, roteiros, enredos, tramas, relações imagens/textos orais e escritos etc. Os trabalhos em equipe podem ser estimulados, pois são boas oportunidades de vivência e exercício do respeito às diferenças, da prática do diálogo e da partilha de descobertas. O(a) educador(a) deve

estar atento à ação do grupo, sem perder de vista o nível de participação individual.

MÚSICA	TEMÁTICA	CINEMA	TEMÁTICA
<b>Sentinela</b> (1969) Milton Nascimento e Fernando Brant.  (Letra a seguir)	Escrita em memória de um dos líderes da Revolução Cubana, Ernesto Che Guevara e das vítimas da ditadura brasileira, como o estudante Edson Luiz, morto pela polícia em uma manifestação estudantil. Nesta música, os autores abordam temas muito presentes no cotidiano da juventude da época: morte, luta, união e amor. As ideias de Che são enfatizadas na preocupação da união dos povos latino-americanos contra a opressão e de que essa luta não pode ser desvinculada de sentimentos como o amor e a ternura.	ANISTIA: 30 anos (2009)  (Documentário)  Direção: Luiz Fernando Lobo  Duração: 17min	O documentário foi produzido pelo Ministério da Justiça do Brasil no marco dos 30 anos da Lei de Anistia, com narração da atriz Zezé Mota. Retrata a história da Ditadura Militar no Brasil, a luta do povo brasileiro pela liberdade e pela Anistia. Durante um período sombrio da história do Brasil, ouve-se um grito de esperança e justiça, o povo reivindicou seus direitos e conseguiu. Disponível em: < <a href="https://www.youtube.com/watch?v=ML5qU4g4S1s">https://www.youtube.com/watch?v=ML5qU4g4S1s</a> >

### *Sentinela (Milton Nascimento e Fernando Brant)*

*Morte, vela, sentinela sou  
Do corpo desse meu irmão que já se vai  
Revejo nessa hora tudo que ocorreu  
Memória não morrerá  
Vulto negro em meu rumo vem  
Mostrar a sua dor plantada nesse chão  
Seu rosto brilha em reza,  
brilha em faca e flor  
Histórias vem me contar  
Longe, longe ouço essa voz  
Que o tempo não levará  
"Precisa gritar sua força, é irmão  
Sobreviver, a morte inda não vai chegar  
Se a gente na hora de unir  
os caminhos num só*

*Não fugir nem se desviar"  
"Precisa amar sua amiga, é irmão  
E relembrar que o mundo só vai se  
curvar  
Quando o amor que em seu corpo já  
nasceu  
Liberdade buscar na mulher que você  
encontrou"  
Morte, vela, sentinela sou  
Do corpo desse meu irmão que já se foi  
Revejo nessa hora tudo que aprendi  
Memória não morrerá  
Longe, longe ouço essa voz  
Que o tempo não vai levar*

(Disponível em: <https://www.letras.mus.br/milton-nascimento/47451/>)

As atividades com essas linguagens que reportam ao tema da Ditadura Militar, são de fácil acesso e podem suscitar a sensibilização dos(as) alunos(as) para o conteúdo a ser trabalhado. É necessário que o(a) educador(a), ao escolher qualquer um desses gêneros, vincule os seus conteúdos aos definidos previamente para a aula. Alguns cuidados são básicos: conferir a possibilidade das condições físicas (equipamentos) na escola para a aplicação da atividade ou a disponibilidade de alguma atividade extraclasse; promover estudos e tarefas coletivos; incentivar a reflexão sobre os sentidos de letras, melodias, enredos e tramas; apresentar informações sobre compositores, intérpretes, álbuns, cronistas, escritores e diretores.

## LEITURA DE IMAGENS - 1h/a

CHARGES	TEMÁTICA
 <p>OS ARQUIVOS DA DITADURA</p> <p>VAMOS BRIGAR DE ESCAMBEIRO, PESSOAL. SOMAMO EM TRABALHO POR OITANTOS ANOS. VAMOS AMARROCAR.</p> <p>BOUCHARDI 1984</p>	<p>Faz alusão ao desaparecimento dos arquivos sobre a Ditadura Militar, o que promoveu durante anos o silêncio e a ausência de informações sobre este regime.</p> <p>Chargista: Eugênio Neves</p> <p>Data: 2004</p> <p>Fonte: <a href="http://historianovest.blogspot.com.br/2012/06/regime-militar-no-brasil-em-charges.html">http://historianovest.blogspot.com.br/2012/06/regime-militar-no-brasil-em-charges.html</a></p>
 <p>A DITADURA MILITAR NO BRASIL, SEGUNDO A FOLHA DE SÃO PAULO...</p> <p>EM MEMÓRIA DE VLADIMIR HERZOG LATUFF 2009</p>	<p>Refere-se a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 25/10/1975, nas dependências do 2º Exército, em São Paulo e o tratamento dado por setores da imprensa brasileira ao fato, minimizando as torturas e afirmando que fora suicídio.</p> <p>Chargista: Carlos Latuff</p> <p>Data: 2009</p> <p>Fonte: <a href="http://historianovest.blogspot.com.br/2012/06/regime-militar-no-brasil-em-charges.html">http://historianovest.blogspot.com.br/2012/06/regime-militar-no-brasil-em-charges.html</a></p>

FOTOGRAFIAS	TEMÁTICA
	<p>Palácio do Planalto, Brasília-DF. General João Baptista de Oliveira Figueiredo, último presidente da Ditadura Militar, discursa durante sua posse em 1979, logo após receber a faixa do General Ernesto Geisel. Seu governo terminou em 1985.</p> <p>Fonte: &lt;<a href="http://educacao.uol.com.br/album/ditadura-45-anos_album.htm#fotonav=10">http://educacao.uol.com.br/album/ditadura-45-anos_album.htm#fotonav=10</a>&gt;</p>
	<p>Catedral da Sé, em São Paulo-SP. Comício pelas Diretas Já, movimento pelo restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República. O placar da votação no Congresso Nacional, da emenda Dante de Oliveira, finaliza com a sua não aprovação e a primeira eleição pós-Ditadura foi indireta, pelo Colégio Eleitoral.</p> <p>Fonte: &lt;<a href="http://educacao.uol.com.br/album/2014/03/06/confira-imagens-historicas-do-golpe-militar-de-64.htm#fotonav=12">http://educacao.uol.com.br/album/2014/03/06/confira-imagens-historicas-do-golpe-militar-de-64.htm#fotonav=12</a>&gt;</p>

Usar esses recursos pode tornar a aula mais interessante e lúdica, possibilitando interpretações e construções históricas por parte dos(as) alunos(as). Através do uso de charges e fotografias, é possível comparar imagens, identificar estereótipos, observar mudanças e permanências, relacionar presente e passado, elaborar textos a partir das imagens e desenvolver atividades coletivas. É necessário dar os créditos a todas as imagens utilizadas, conferir previamente as possibilidades do uso desses materiais na escola, no caso: fotocópias, data show, computador, conexão com a rede mundial de informação – internet.

## Documentos de arquivos públicos em acervos locais - 2h/a

<b>ARQUIVO</b>	Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS-PB, sob guarda do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB										
<b>TEMÁTICA</b>	1) Punição de estudantes por participação em atividades políticas, com privação da liberdade. 2) Atividade subversiva de professora.										
<b>D O C U M E N T O  1</b>	<div style="text-align: center;"> <p><b>DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA</b> <b>ARQUIVO GERAL</b></p> </div> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 70%;">Nome: MAIRA PIRES RAMOS</td> <td style="width: 30%; text-align: right;">976-1102 N. do Procartório</td> </tr> <tr> <td>Filiação: Severino Eudafonso Ramos e Genuína Passos Ramos</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Naturalidade: São João do Cariri-PB Brasileira, solteira 36 anos</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Residência: Rua Marechal Deodoro, 296 Campina Grande-Pb Ibro do Prata</td> <td style="text-align: right;">14-11-68 Data de abertura</td> </tr> <tr> <td>Profissão: Estudante Universitária -Professora-</td> <td></td> </tr> </table> <p style="text-align: center;"><b>HISTÓRICO</b></p> <p>Participou do Congresso da ex-UNE, realizado em outubro de 1968 em São Paulo, tendo por tal motivo sido presa na ocasião.</p>	Nome: MAIRA PIRES RAMOS	976-1102 N. do Procartório	Filiação: Severino Eudafonso Ramos e Genuína Passos Ramos		Naturalidade: São João do Cariri-PB Brasileira, solteira 36 anos		Residência: Rua Marechal Deodoro, 296 Campina Grande-Pb Ibro do Prata	14-11-68 Data de abertura	Profissão: Estudante Universitária -Professora-	
Nome: MAIRA PIRES RAMOS	976-1102 N. do Procartório										
Filiação: Severino Eudafonso Ramos e Genuína Passos Ramos											
Naturalidade: São João do Cariri-PB Brasileira, solteira 36 anos											
Residência: Rua Marechal Deodoro, 296 Campina Grande-Pb Ibro do Prata	14-11-68 Data de abertura										
Profissão: Estudante Universitária -Professora-											

D  
O  
C  
U  
M  
E  
N  
T  
O  
  
2

S  
E  
G  
U  
R  
A  
N  
Ç  
A  
P  
O  
L  
I  
T  
I  
C  
A

### HISTÓRICO

Integrava o Departamento de Educação Fundamental de Campanha de Educação Popular (CEFIAR), responsável pela elaboração das dezoito missões de Conscientização constante dos autos, cujo teor é nitidamente subversivo. Em seu depoimento, assumiu a responsabilidade exclusiva desses atos. (fls. 37 a 42 inclusive, 302, 311, 314, 347, 167, 645, e 646.)

FOTO-  
GRAFIA

O(A) educador(a) pode utilizar estes documentos oficiais para construir com os(as) educandos(as) reflexões que vinculem a história nacional com a local. É possível, perceber na escolha destes documentos, dentre tantos que compõem o acervo no NCDH, um viés importante e esclarecedor da Ditadura Militar no estado da Paraíba – a perseguição a estudantes e professores(as). O documento 1 refere-se à estudante universitária Maura Pires Ramos, de Campina Grande-PB, e o 2 à professora Heloísa Helena Cavalcante de Albuquerque, de Alagoa Nova-PB. Levar os(as) educandos (as) a pesquisarem, por exemplo, o que foi o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), na cidade de Ibiúna-SP, em 1968? O que foi a CEPLAR? Porque o método Paulo Freire incomodava tanto os militares? Como educadores(as) que ensinavam jovens e adultos a ler e escrever, poderiam estar praticando atos ilícitos e subversivos?

### **3º PROCEDIMENTO: Sistematizar e refletir o saber - ressignificando conteúdos**

Como sugestão das atividades, a estratégia que segue diz respeito à necessidade de considerar os saberes prévios dos(as) alunos(as) e a sua ampliação através do estudo de conceitos e conteúdos históricos contextualizados temporal e espacialmente. O(a) educando(a), com a mediação do(a) educador(a), pode proceder a sistematização dos saberes, exercitar a reflexão histórica e ressignificar os conhecimentos. Devem estabelecer como regra de estudo o questionamento, a reflexão e a problematização; encaminhar a aprendizagem para a elaboração de novos conceitos, conhecimentos e produções textuais e orais, contribuindo para a construção do conhecimento escolar.

Como estratégia o aluno deve ser capaz de: dar significado a palavras, termos, e expressões desconhecidas; discutir as ideias centrais disponibilizadas em textos e/ou outro recurso didático; rever (pré)conceitos; verbalizar o seu entendimento sobre os conteúdos estudados; relacionar acontecimentos e processos históricos; proceder conexões entre tempos e espaços relacionados ao Eixo orientador dos estudos, à unidade e conteúdos definidos.

### **4º PROCEDIMENTO: Mobilizar os saberes - aplicando os conhecimentos**

A partir dessa ampliação dos conhecimentos, o debate pode ser uma estratégia para que os(as) próprios(as) educandos(as) “apliquem” o que estudaram. Ou mesmo, ao analisarem um filme, eles(as) estarão transferindo conceitos e compreensões sobre o objeto em situações diferentes. Neste

momento, os(as) educadores(as) também podem estimular a análise da realidade da própria escola, de comunidades próximas e de instituições, (por exemplo: visita ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos na UFPB – seus acervos, em visitas a Aldeias indígenas no Litoral Norte ou a comunidades quilombolas, entre outras possibilidades, no estado da Paraíba). Este é um passo para se verificar a consecução do processo de ensino e aprendizagem – é o momento do(a) aluno(a) construir e aplicar os objetivos.

Dessa forma, a compreensão sobre “O regime militar (1964-1985) na Paraíba e a educação como resistência”, deve ser ampliada, servindo para a apreensão das diversidades, a prática do respeito às diferenças, dos direitos humanos, impulsionando posicionamentos e atitudes. E acima de tudo, mobilizar o saber para a aplicação do conhecimento construído na perspectiva de, observando o contexto histórico do Brasil atual, entender situações passadas e, nessa via dupla, intervir no presente. Os resultados dessas atividades e estratégias podem ser mensurados tomando como base a avaliação da aprendizagem que pode ser realizada com os(as) alunos(as).

## **AVALIAÇÃO**

O(A) educador(a), ao elaborar uma Sequência Didática, deve ter em mente que trata-se de uma abordagem de conteúdos e objetivos na perspectiva da construção e/ou resignificação de conhecimentos da história, assim, passo a passo, as atividades desenvolvidas devem apontar o processo de aprendizagem dos(as) alunos(as), permitindo que o(a) educador(a) possa mensurar este processo ao longo do seu desenvolvimento.



**Referências para ampliar o conhecimento sobre a temática do capítulo.**

ABUD, Maria Kátia; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BARBOSA, Vilma L. e FERNANDES, Irene R. da S. História. In: Governo do Estado da Paraíba. SEC. *Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental: Ciências Humanas, Ensino Religioso e Diversidade Sociocultural*. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura/Grafset, 2010. p. 41-52.

CALISSI, Luciana e SILVEIRA, Rosa M. Godoy. Ciências Humanas e suas tecnologias: conhecimentos de história. In: *Referenciais Curriculares para o Ensino Médio na Paraíba*. Paraíba. Secretaria da Educação e Cultura. Coordenadoria de Ensino Médio. João Pessoa: A União, 2007. p. 84-89 e 92-98.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

FERREIRA, R. F. S. Ensino de História com uso de jornais: construindo olhares investigativos. *Travessias*. v. 5, n. 1, 2011.

KARNAL, Leandro. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

ROCHA, Helenice A. B. A escrita como condição para o ensino e a aprendizagem de história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n.º 60, p. 121-142, 2010.

The page features two large, decorative gray shapes. The top shape is a dark gray area with a white, curved cutout that starts wide on the left and tapers to the right. The bottom shape is a dark gray area with a white, curved cutout that starts narrow on the left and widens to the right, mirroring the top shape.

**PARTE II**

**PRÁTICAS DOCENTES E DIREITO À MEMÓRIA  
E À VERDADE**



ARQUIVO





O que precisamos saber sobre os arquivos no sentido de seu uso para fins didáticos? Será possível a educadores(as) e educandos(as) da Educação Básica consultar arquivos? Sobre a temática do nosso livro – Ditadura Militar, a quais arquivos recorrer?

São questões que se colocam e se constituem em um desafio, especialmente para aqueles que nunca lidaram com este recurso. Sabemos, por exemplo, que os profissionais capacitados a trabalhar com arquivos são aqueles que têm formação em Arquivologia e/ou Ciência da Informação, campos de conhecimento com especialidade em coleta, análise, classificação, avaliação, recuperação, armazenamento e disseminação de informações.

Por definição, ARQUIVO recebe do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL, 2005, p. 27) os seguintes sentidos:

- ✓ Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes.
- ✓ Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos.
- ✓ Instalações onde funcionam arquivos.
- ✓ Móvel destinado a guarda de documentos.

A reflexão que queremos aqui fazer se reporta a arquivos com acesso público enquanto lugares de memória. Heloísa Liberalli Bellotto (2007), apresenta uma classificação que pode nos ajudar a entender as possibilidades de uso dos arquivos, especialmente aqueles vinculados aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

TIPOLOGIA	ARQUIVO
Tipo de suporte	Manuscritos, impressos, audiovisuais, exemplar único.
Tipo de conjunto	Fundos: documentos unidos pela proveniência (origem).
Produtor	A máquina administrativa.
Fins de produção	Administrativos, jurídicos, funcionais, legais.
Objetivo	Provar, testemunhar.
Entrada dos documentos	Passagem natural de fonte geradora única.
Processamento técnico	Registro, arranjo, descrição; elaboração de guias, inventários, catálogos etc.
Público	Administrador e pesquisador.

Este quadro expressa bem alguns elementos que o pesquisador<sup>12</sup> (enquadrado na tipologia de Público), ao consultar um arquivo deve considerar nas fontes que vai encontrar, por exemplo: o tipo de documento é **único** e tem definido a sua origem como de responsabilidade do Estado, que tem inclusive, o encargo de sua conservação, considerando o valor comprobatório, histórico ou cultural que produziu/prodiz e também por aqueles que estão sob sua guarda. Atualmente, as possibilidades de pesquisa nos arquivos contam com o meio virtual, com uma simples consulta *on line*.

---

<sup>12</sup> Aqui consideramos que o pesquisador pode ser o(a) educador(a) e/ou o(a) educando(a).

O acesso aos documentos da Ditadura Militar no Brasil, embora garantido pela legislação, ocorre de forma muito restrita, prevalecendo ainda a característica de opacidade nas informações da alçada do Estado e seus agentes.

Consideramos fundamental e indispensável o acesso aos documentos oficiais produzidos na esfera do poder executivo para as reflexões sobre a história recente do Brasil. Não se trata de olhar para o documento impresso como a fonte que traz a “verdade” sobre os acontecimentos. A crítica documental contínua deve ser princípio e regra para a produção do conhecimento, mas como a história da Ditadura Militar no Brasil ainda está sob uma forte penumbra pela falta de informação sobre os acontecimentos envolvendo a ação do estado, a luta pelo acesso aos documentos oficiais continua atual e necessária.

Nesse processo de conhecimento sobre a repressão e a resistência outras fontes são importantes e estão sendo trabalhadas, a exemplo dos depoimentos dos contemporâneos da Ditadura, dos perseguidos e dos perseguidores, da grande imprensa e da imprensa alternativa, ou mesmo de acervos que se formaram fora do país, mas que é possível consultá-los no Brasil, como o da Fundação Lelio e Lisli Basso (Roma-Itália)<sup>13</sup>.

Para além do interesse histórico, os documentos comprovam e asseguram direitos, especialmente quando estamos nos referindo aos documentos oficiais do período da Ditadura Militar, cujo acesso ainda ocorre de forma bastante

---

<sup>13</sup> Acervo sobre as ditaduras do Cone Sul, a partir das sessões do Tribunal Russell II, realizado na década de 1970. A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (CA-MJ) conseguiu cópia digitalizada deste acervo, para fazer parte do Memorial da Anistia, em Belo Horizonte-MG.

limitada, devido as mais diversas causas, desde o descaso com a preservação, deixando-os em depósitos com todas as condições para a destruição “natural”, ou a destruição deliberada com a queima de documentos; passando pela apropriação indevida de documentos públicos que são levados para as residências daqueles que ocuparam cargos de chefia no serviço público; e pelas condições de desorganização dos documentos que inviabilizam o acesso.

Em 18 de novembro de 2011, a Lei nº 12.527 alterou a classificação dos prazos de restrição de acesso à informação, que ficou assim definida, sem renovação: **ultrassecreta: 25 anos; secreta: 15 anos; e reservada: 05 anos.**

Educador(a), para se ter uma ideia da relevância dessa lei e da definição desses prazos de restrição ao acesso aos documentos, seguem como exemplo as alterações dos prazos da documentação classificada como **ultrassecreta:**

- em 1997, o prazo era de 30 anos, renovável por igual período;
- em 2002, o prazo era de 50 anos, renovável indefinidamente;
- em 2004, passou para 30 anos, renovável por igual período;
- em 2011, passou para 25 anos, sem renovação.

No que tange à esfera estadual, alguns estados regulamentaram o acesso aos documentos produzidos e acumulados por órgãos de inteligência e informação, especificamente aqueles relacionados ao período da Ditadura Militar, a exemplo dos estados de São Paulo e da Paraíba.

Na Paraíba o Decreto nº 31.816, de 29 de novembro de 2010, promoveu um amplo acesso à documentação referente a esse período:

*Art. 1º. Fica assegurado, a todos os interessados, o acesso às informações constantes dos documentos produzidos e acumulados na Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado, pelas unidades de inteligência da Polícia Civil e Militar do Estado e pelas Assessorias de informação dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, especificamente aqueles relacionados ao período do regime militar no Brasil, por serem fontes importantes de interesse público e geral para o resgate da memória, para defesa dos direitos dos cidadãos e dos direitos humanos e para recuperação de fatos relevantes da história contemporânea brasileira.*

Este instrumento legal não implicou em acesso imediato, pois alguns procedimentos técnicos antecedem a disponibilização ao público, a exemplo da identificação, do recolhimento da documentação, da higienização, da descrição, da elaboração de instrumento de pesquisa, entre outros.

### **O arquivo DOPS-PB**

Em 1992 foi identificado um conjunto documental na Secretaria da Segurança Pública do Estado da Paraíba, pertencente à Delegacia de Ordem Política e Social<sup>14</sup>, e entregue oficialmente ao recém-criado Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão – CEDDHC, atualmente denominado Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH.

---

<sup>14</sup> Esta Delegacia ficou mais conhecida como DOPS-PB, mas teve várias denominações: Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica – DOPSE, Delegacia Especial de Ordem Política, Social e Econômica – DEOPSE e Centro de Informações Policiais e de Segurança – CIPS.

A organização desse acervo, para cumprir todas as etapas do processamento técnico, vem recebendo apoio de diversos projetos da Universidade Federal da Paraíba. Mais recentemente, através do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH, com recursos do Edital do Programa de Apoio à Extensão – PROEXT/MEC/SESU, de 2010 a 2014, foram concluídos os procedimentos técnicos de higienização, acondicionamento e descrição. O passo seguinte será a digitalização integral dos documentos. Parte dessa documentação já está disponível no site da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba<sup>15</sup>.

As informações iniciais sobre o acervo se encontram no banco de dados do Centro de Referência das Lutas Políticas do Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, no Arquivo Nacional, com o nome das pessoas fichadas ou que aparecem nos processos, e das organizações. A documentação é constituída por 6.583 mil fichas e 679 processos, tratando de brasileiros e estrangeiros considerados suspeitos ou subversivos.

*“Ser fichado na DOPS” significava que o nome da pessoa era colocado em uma ficha, tipo um prontuário médico, e a partir daí suas atividades eram vigiadas e anotadas naquela ficha. Antes de assumir algum emprego ou se matricular para estudar, a sua ficha era consultada para se saber sobre a sua conduta contra o regime militar, e possíveis impedimentos.*

---

<sup>15</sup> Os sites para a consulta sobre a documentação da DOPS-PB são: <[www.cchla.ufpb.br/ncdh](http://www.cchla.ufpb.br/ncdh)> e <[www.cev.gov.br](http://www.cev.gov.br)>

Em comparação com acervos de outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, ou mesmo Pernambuco, em termos quantitativos a documentação da DOPS-PB é muito pequena, mas bastante representativa da forma como os órgãos de repressão agiam. Essa pequena quantidade de documentos está concentrada na década de 1980, embora se tenha documentos esparsos das décadas anteriores, inclusive referentes a acontecimentos de 1935.

As lacunas ostensivas nas décadas de 1960 e 1970 nos induzem a pensar em expurgos documentais, ou em transferência para lugar ignorado até o momento.

Muitas fichas se referem ao registro de informações recebidas, de caráter preventivo, ante a possibilidade de passagem pela Paraíba daquelas pessoas procuradas em outros estados, demonstrando o funcionamento articulado de uma rede de inteligência e informações, fundamentada na doutrina da Segurança Nacional.

### **Onde estão os documentos sobre a Ditadura?**

Entendemos que a documentação preservada não está aí por acaso, têm-se duas questões: o que restou e o que está com acesso liberado. Mesmo com o desaparecimento de arquivos, com o que restou está sendo possível revisitar a história oficial do Brasil. Isso não significa encontrar todas as respostas que se procura.

Durante a Ditadura Militar as instituições públicas dos poderes executivo, legislativo e judiciário por meio da ação das suas Assessorias Especiais de Informação e Segurança – AESI, realizavam registros sobre as atividades consideradas

subversivas e punições. Os arquivos das prefeituras e câmaras municipais, da Assembleia Legislativa, do Estado bem como dos tribunais e órgãos federais guardam documentos sobre esse período tanto com informações sobre os que contestavam como sobre as ações de promoção e valorização do regime militar.

Contudo, encontrar esses documentos não tem sido uma tarefa fácil, pois a maioria dos servidores desses arquivos afirma que estes documentos não foram preservados! Essa mesma resposta é dada nos arquivos da Polícia Militar, dos Batalhões do Exército, das Delegacias, entre tantos outros.

Uma fonte importante sobre a sociedade paraibana durante esse período é o registro jornalístico realizado pelos periódicos que circulavam naquela época. É possível encontrar coleções em bibliotecas públicas e privadas.

Além do acervo da DOPS-PB, já mencionado, você educador(a) pode também utilizar documentos sobre a Paraíba e paraibanos perseguidos durante a Ditadura Militar, nos sites dos arquivos públicos de outros estados, em especial de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesta perspectiva, dois fatores possibilitam o trabalho dos(as) educadores(as) e dos(as) alunos(as) com arquivos e o uso dos documentos no cotidiano dos espaços de aprendizagem. O primeiro deles é a disponibilização através da internet de conjuntos documentais inteiros e, segundo, o acesso a documentação garantido por lei que facilitou a transparência nas informações. Desta forma, arquivos que tem a guarda de documentos do período da Ditadura Militar e da anistia no Brasil, e que disponibilizem os mesmos de forma digitalizada

podem ganhar um uso didático nas mais diversas atividades e áreas de conhecimento.



**Referências para ampliar o conhecimento sobre a temática do capítulo.**

ABRÃO, Paulo e GENRO, Tarso. *Os Direitos da Transição e a Democracia no Brasil*. Estudos sobre Justiça de Transição e Teoria da Democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

BACELAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSK, Carla et al. (Orgs.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23- 79.

BAUER, Caroline e GERTZ, René. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSK, Carla e LUCA, Tânia Regina. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 173-193.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997*. Regulamenta o art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2134.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2134.htm)>. Acesso em: 29 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SDH/PR, 2010.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em: 29 mar. 2013.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Reflexões sobre os registros da repressão: o arquivo DOPS-PB. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, ANPUH, 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364756101\\_ARQUIVO\\_Simpósio2013\\_LuciaGuerra\\_ST016.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364756101_ARQUIVO_Simpósio2013_LuciaGuerra_ST016.pdf)>

PARAÍBA. *Decreto nº 31.816, de 29 de novembro de 2010*. Dispõe sobre o acesso aos documentos produzidos e acumulados por órgãos de inteligência e informação, especificamente aqueles relacionados ao período da Ditadura Militar no Brasil, no âmbito do Estado da Paraíba. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/24583953/doepb-30-11-2010-pg-1>>. Acesso em: 3 abr. 2011.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

TORELLY, Marcelo D. *Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito*. Perspectiva Teórico-Comparativa e Análise do Caso Brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2012.



*Sugestão  
de  
Atividade*

**OBJETIVOS:** Capacitar o(a) educando(a) a realizar pesquisas simples em arquivos físicos e/ou virtuais; e desenvolver habilidades de consulta a arquivos sobre a Ditadura Militar e a Anistia na perspectiva de lidar com memórias e enfrentamentos cotidianos.

**ATIVIDADES:**

1. Educador(a), que tal estimular o conhecimento das possibilidades de memórias que podem ser revisitadas a partir de uma simples pesquisa em arquivos digitalizados e disponíveis na internet. Por exemplo, no Portal Brasil – Cidadania a Justiça, no endereço eletrônico <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-ejustica/2013/04>> e nos sites já citados no texto.
2. Elabore uma atividade utilizando uma visita a arquivos existentes no seu município, públicos ou privados, para consulta sobre a história local, de preferência sobre o período da Ditadura Militar.
3. Educador(a), na perspectiva do que apresentamos no terceiro capítulo da primeira parte deste livro, intitulado de **Sequência Didática – Uma Forma de Planejar a Prática Docente para a abordagem do Direito à Memória e à Verdade no Brasil**, e utilizando a linguagem extraída de documentos presentes em arquivos públicos e/ou privados elabore junto com seus(suas) educandos(as), uma proposta de SD temática sobre **“Direitos à memória e à verdade... Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça!”**.

# MEMORIAL





A denominação “Memorial”, ainda padece da falta de uma delimitação conceitual o que muitas vezes nos leva a dificuldade em distinguir Memorial e Museu, quase sempre são palavras usadas como sinônimos. Assim, para o que propomos neste capítulo e tendo como

pressuposto as ações práticas que envolvem cultura e memória, nos reportamos a Memorial enquanto uma instituição permanente com funções definidas de guarda, preservação e divulgação de informações, dados, imagens e objetos relativos a indivíduos, a instituições e a lugares. Como exemplos desses lugares de memórias podemos citar:

- ✓ **Memorial individual:** Memorial JK<sup>16</sup> e Memorial de José Américo de Almeida<sup>17</sup>;

---

<sup>16</sup> O Memorial JK localiza-se em Brasília, foi projetado por Oscar Niemeyer e inaugurado em 1981. No local, encontram-se a cripta de Juscelino Kubitschek, diversos pertences, como sua biblioteca pessoal, e fotos tanto dele como de sua esposa Sarah. Mais detalhes ver: <<http://www.memorialjk.com.br/>>

<sup>17</sup> Localizado na Praia de Cabo Branco em João Pessoa/PB. José Américo de Almeida foi romancista, deputado, senador, ministro e governador do estado da Paraíba. A casa onde residiu os últimos vinte anos de sua vida foi transformada em um lugar de memória, no qual consta museu, memorial, auditório, sala de exposições, Arquivo dos governadores da Paraíba. A partir de 1983 guarda os restos mortais do Ministro José Américo e de sua esposa,

- ✓ **Memorial coletivo:** Memorial da Resistência<sup>18</sup>;
- ✓ **Memorial de lugares:** Memorial do Imigrante<sup>19</sup>.

O conceito de "lugares de memória" que é utilizado neste capítulo advém de dois outros – memória e história, apropriadamente explicitados por Pierre Nora (1993) e inerente à política de preservação na década de 1980, no Brasil. Consideramos então, esses lugares como monumentos à memória nos quais a cultura material estaria representada, a polissemia de termos a estes lugares de memória pode variar desde Museu a Centros de Estudos, Centro de Memória e Memorial propriamente dito.

Em geral os memoriais ficam localizados em sítios históricos originais, ou seja, em lugares territorialmente definidos e que de alguma forma se referem à lembrança que querem invocar, temos como exemplo os significativos Memoriais de Guerra espalhados pelo mundo com objetivos de lembrar a guerra para refletir sobre a paz, lidando com

---

Anna Alice. Mais detalhes ver: <<http://www.museuvirtual.joseamerico.pb.gov.br/>>

<sup>18</sup> O Memorial da Resistência de São Paulo preserva as memórias da resistência e da repressão políticas do estado de São Paulo, foi inaugurado em 2009, com sede no prédio onde funcionou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP) entre os anos de 1940 a 1983. Mais detalhes ver: <<http://memorialdaresistencia.org.br/>>

<sup>19</sup> Localizado em São Paulo, trata-se da antiga Hospedaria de Imigrantes (1887-1978), que se tornou o principal local de abrigo dos estrangeiros recém-chegados às terras brasileiras, foi cenário de expectativas, conquistas e angústias de mais de 2,5 milhões de pessoas que por lá passaram e foram acolhidas. A partir da década de 1930, passou a receber também migrantes de outros estados brasileiros. Ver: <<http://museudaimigracao.org.br/>>

sentimentos diversos: vergonha e orgulho, sofrimento e perdão direito à lembrança e ao esquecimento – já que embora sejam lugares de lembrança, eles também alimentam esquecimentos, na perspectiva de que assumem muitas vezes o papel de filtros capazes de proteger emocionalmente de situações de lembranças e dores insuportáveis.

*Rememorar os atos intolerantes nos coloca em estado de alerta contra uma possível reprodução de certas circunstâncias históricas que, em diferentes momentos da história, culminam com a exclusão contra minorias étnicas e políticas, dentre outras. Mas é preciso lembrar sempre que existem parcelas da sociedade interessadas em silenciar ou, então, em distorcer os fatos. Precisamos estar atentos a esta produção intencional de silêncios, procurando compreender a razão do não dito, pois nem sempre o silêncio é sinônimo de “implícito” ou de “não querer lembrar”. O não-dizer está, na maioria das vezes, ligado à história e à ideologia. (BRUNO, CARNEIRO e AIDAR, 2009, p. 39)*

Destacamos para você educador(a), o Memorial da Resistência, que se encontra instalado na Estação Pinacoteca, na cidade de São Paulo-SP, e o Memorial das Ligas Camponesas localizado no município de Sapé-PB.

O Memorial da Resistência é um dos lugares de memória que tratam especificamente da temática deste livro – **Direito à memória e à verdade**. O acesso ao Memorial pode ser feito fisicamente ou em alguns dos seus setores, virtualmente e, pode assim, se constituir em um rico material de consulta para a preparação de aulas, como também para pesquisas junto aos(as) alunos(as).

Em linhas gerais o Memorial da Resistência disponibiliza material distribuído em pelo menos quatro eixos temáticos. São eles:

- ✓ O monumento em “pedra e cal”, ou seja, as memórias que se fazem presentes na construção que o abriga. São os sentidos das apropriações do edifício que originalmente foi construído para abrigar no início do século XX, escritórios e armazéns da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, e posteriormente serviu para abrigar a estrutura e o funcionamento do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – DEOPS/SP;
- ✓ Trata da temática do controle, repressão e resistência, desta feita através de uma estrutura conceitual em painel interativo que alcança o período de 1889 a 2008 e, nele apresenta uma linha do tempo referenciada por importantes publicações;
- ✓ Um eixo especificamente para tratar da Ditadura Militar no intercurso de 1964 a 1983. Busca a construção da memória a partir de indícios do cotidiano nas celas do DEOPS/SP. Para tanto, disponibiliza maquetes tridimensionais com o espaço prisional do período ditatorial e o que hoje compõe o Memorial. O espaço está dividido entre: documentação que caracteriza a implantação do Memorial, homenagens a presos, desaparecidos e mortos em decorrência das ações do DEOPS; reconstituição material de celas e seu funcionamento.
- ✓ Bancos de dados referenciais sobre a carceragem, apresenta também objetos, iconografia e documentos provenientes de dossiês e prontuários dos presos.

Já o Memorial das Ligas Camponesas funciona na casa em que viveu João Pedro Teixeira – líder das Ligas Camponesas na Paraíba, e sua família, no povoado de Barra de Antas no município de Sapé.

Este Memorial foi criado em 18 de novembro de 2006, por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), agricultores de Barra de Antas e regiões circunvizinhas, movimentos sociais, estudantes e educadores(as) universitários, constituído como uma organização não governamental – ONG.

Pelo Decreto nº 32.257, de 14 de julho de 2011, o governador do Estado da Paraíba Ricardo Vieira Coutinho desapropriou o Sítio Barra de Antas, para se constituir na sede do Memorial das Ligas Camponesas. Em 10 de abril de 2013, o Memorial foi tombado (a casa e os sete hectares de terra) com a aprovação do Conselho Deliberativo dos Bens Históricos Culturais – CONPEC do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP.

Segundo Janicleide Alves (2014, p. 109),

*O Acervo do Memorial é composto por: livros, fotografias, banners, quadros, uma carteira das Ligas Camponesas, cordéis, boletins informativos, cartazes, reportagens, um microfone usado por João Pedro Teixeira nas reuniões das Ligas, dissertações, monografias, vídeos e as fitas com as entrevistas do livro Memórias do Povo. Parte do acervo com matérias do jornal A União sobre as Ligas Camponesas na década de 1960 foi reproduzido a partir dos originais pertencentes à Fundação Joaquim Nabuco/PE, pelo governo do estado paraibano, que também doou banners com fotos de João Pedro e família.*

Como exemplo, apresentamos uma foto que registra João Pedro Teixeira com sua esposa Elizabeth Altina Teixeira, com seus seis filhos e cinco filhas.

João Pedro e Elizabeth Teixeira e filhos



Fonte: ALVES, 2014, p. 110.

O memorial é aberto ao público, promovendo visitas guiadas, especialmente para movimentos sociais do campo, educadores(as) e educandos(as) da Educação Básica e Superior. Mantém um blog e um site disponíveis nos endereços eletrônicos: <<http://ligascamponesas.blogspot.com.br/>> e <[www.ligascamponesas.org.br](http://www.ligascamponesas.org.br)>.

Pela importância das suas ações, este memorial recebeu a menção honrosa do Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos 2012, promovido pelo Ministério da Educação, Secretaria de Direitos Humanos e Organização dos Estados Ibero-Americanos.

Conhecer e divulgar esses e outros espaços de memória são fundamentais para preservar a história individual e coletiva. Os Memoriais servem assim ao cidadão comum, a grupos sociais, a pesquisadores(as), educadores(as) e educandos(as) que buscam, notícias, informações e

conhecimentos sobre determinados aspectos da história do país.



**Referências para ampliar o conhecimento sobre a temática do capítulo.**

ALVES, Janicleide Martins de Moraes. *Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos*. 2014. Dissertação. (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas). Universidade Federal da Paraíba.

BRUNO, M. C. O.; CARNEIRO, M. L. T.; AIDAR, G. Projeto Museológico de Ocupação. In: ARAÚJO, M. M. (et al) *Memorial da Resistência de São Paulo*. S.P.: Pinacoteca do Estado, 2009.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. O que significa desenvolver Educação em Direitos Humanos? In: NEVES, Kátia R. F. e MENEZES, Caroline G. F. de. *Educação em Direitos Humanos: memória e cidadania*. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo/Pinacoteca do Estado, 2012. p. 133-145.

MUNIZ, Iranice Gonçalves. *Memorial das Ligas Camponesas: Um resgate histórico na luta pela reforma agrária e pelos direitos humanos*. Disponível em: <<http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt11-03.pdf>>.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. *Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira*. 2009.

Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss252.pdf>>.



**OBJETIVO:** Considerar os locais de memória como possibilidades didáticas para apreensão de conteúdos, por meio de visitas guiadas ou consultas a sites e blogs que expliquem o contexto histórico e a importância das temáticas abordadas e dos acervos existentes.

#### **ATIVIDADES:**

1. Realizar visita guiada a um Memorial como um elemento estimulante para a aprendizagem, ajudando os(as) alunos(as) por meio da aproximação com documentos, fotos, objetos e outros materiais que representam e lembram determinados acontecimentos da história nacional, regional e local.
2. Utilizar as possibilidades tecnológicas para uma visita virtual a memoriais, com relatos em sala de aula para estimular o debate a respeito de os novos conhecimentos sobre a temática dos **“Direitos à memória e à verdade... Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça!”**
3. Educador(a), na perspectiva do que apresentamos no terceiro capítulo da primeira parte deste livro, intitulado de **Sequência Didática - Uma Forma de Planejar a Prática Docente para a abordagem do Direito à Memória e à Verdade no Brasil**, e utilizando a linguagem extraída de

elementos presentes em memoriais, elabore junto com seus(suas) educandos(as), uma proposta de SD temática sobre **“Direitos à memória e à verdade... educar para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça!”**

## TEATRO





Em situações de aprendizagem em sala de aula, mesmo não percebendo, educadores(as) e educandos(as) lidam com recursos da linguagem teatral, como por exemplo, nas aulas de língua portuguesa, artes e história, ao estudar textos históricos e literários, ao ler

um conto, ou mesmo ao encenar peças em sala de aula ou em eventos da escola e comunidade. Como estabelecer o diálogo entre os conteúdos e temáticas escolares e o teatro?

Recurso de linguagem e expressão muito usado nas mais diversas civilizações o teatro indica pelo menos duas significações: como patrimônio material e como gênero artístico. Na primeira acepção da palavra temos a sua materialização em um espaço apropriado à apresentação pública, podendo ser fechado com: palco, camarim, iluminação, som, cadeiras, ou em edificações conhecidas como “teatro de arena”, em espaços abertos. O teatro pode também denotar variados gêneros – tragédia, comédia, tragicomédia, drama, pantomima, ópera, auto, musical, de bonecos, de revista, de rua, entre outros.

Já em termos dos profissionais que compõem esta arte, temos desde os atores – que diretamente são visualizados pelos espectadores, aos dramaturgos – aqueles que escrevem as peças e compõem o texto, até cenógrafos, figurinistas, costureiros, montadores, músicos, técnicos de som e luz, diretores, produtores e empresários.

O teatro é, portanto, uma arte que envolve diversos elementos. Sua perspectiva é a de, através de um ou mais atores, encenar histórias, episódios e narrativas que despertem na plateia sentimentos, reações e ações a partir do que veem e ouvem.

No Brasil, é comum considerar que foram os padres Jesuítas que escreveram as primeiras composições teatrais com a intenção de divulgar a fé católica entre os índios, sendo considerados assim, como os precursores do teatro no país. Esta situação se modifica no século XIX, com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil e a consequente construção de edificações majestosas e apresentações de companhias teatrais.

Encenando clássicos da dramaturgia mundial ou contando com uma rica produção nacional, o país apresenta uma tradição na arte teatral que pode se constituir em um importante elemento de interpretação e de análise da realidade social diversa e por isto mesmo histórica, já que pode além de divertir, contribuir para retratar memórias, contextos vividos e sentidos.

Educadores(as) podem fazer uso desta arte, em seus variados gêneros, para construir junto com seus(suas) alunos(as) o conhecimento de uma forma lúdica, agradável e estimulante. Os usos do teatro nas salas de aula podem basicamente contemplar duas formas específicas: o(a) educador(a) pode individualmente ou junto aos seus pares, elaborar sequências didáticas e projetos pedagógicos para execução na sala de aula, na escola ou em outros espaços educacionais, contando com o teatro enquanto ferramenta didática e realizar sua própria montagem teatral, abordando temáticas históricas, literárias, cotidianas etc.

Pode também, acompanhar a programação cultural da sua cidade, entrar em contato com as secretarias de educação municipais e estaduais, bem como com companhias teatrais nacionais e locais, observando a possibilidade de incorporar em horários comerciais e/ou específicos, na escola ou no próprio teatro a presença dos(as) alunos(as).

Na temática do nosso livro, “Direito à memória e à verdade”, na perspectiva de lembrar o contexto e cotidiano vivido durante a Ditadura Militar no Brasil – **para que nunca mais aconteça...**, apresentamos, para além de peças teatrais que nacionalmente foram encenadas durante o período, no sentido de crítica e contestação<sup>20</sup>, o espetáculo produzido e encenado pelo Coletivo de Teatro Alfenim, grupo paraibano, com o nome de “Milagre Brasileiro”.

Segundo o site do grupo<sup>21</sup>:

*O Alfenim um coletivo teatral surgido em 2007, com o objetivo de criar uma obra autoral com base em assuntos brasileiros. Trabalha com o conceito de dramaturgia em processo, no qual o texto de suas montagens é criado na sala de ensaios com a participação dos atores e demais artistas colaboradores. Visa à formação de plateias a partir de eventos paralelos às montagens, como seminários, oficinas e debates sobre os temas abordados em sua pesquisa. Os ensaios e as atividades formativas do grupo acontecem em sua sede, a Casa Amarela, em João Pessoa (PB).*

---

<sup>20</sup> Entre elas: Liberdade, liberdade, de Millôr Fernandes e Flávio Rangel (1965); Papa Highirte, de Oduvaldo Vianna – Vianninha (1968); O abajur lilás, de Plínio Marcos (1969) e, Roda Viva, de Chico Buarque (1967).

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://coletivoalfenim.com.br/>>

Já a peça teatral é assim apresentada pelo grupo:



Milagre Brasileiro é experimento cênico que tem como tema “os anos de Chumbo” da Ditadura Militar, período marcado pela tortura e pela euforia do crescimento econômico. Seu foco é o “desaparecido político”, personagem que assombra o trágico dia-a-dia daqueles, familiares e amigos, que ainda hoje perseveram para obter das autoridades uma resposta satisfatória sobre seu paradeiro. Situação que de resto assombra a consciência nacional. (LÚCIO e SOUSA, 2010, p. 11)

O diretor e dramaturgo Márcio Marciano explica os percursos trilhados na construção coletiva para a montagem e encenação do espetáculo “Milagre Brasileiro”, no livro organizado por Ana Cristina Marinho Lúcio e Adriano Cabral de Sousa<sup>22</sup>, ambos atores do Coletivo e que estiveram presentes na sua primeira versão exibida no ano de 2010.

Este livro, denominado pelo Coletivo de Teatro Alfenim de – Caderno de Apontamentos, comporta um relato da experiência de criação do texto e construção de cenas, a partir de um percurso reflexivo e experimental daqueles que participaram da primeira montagem da peça: além do diretor e

---

<sup>22</sup> LÚCIO, Ana Cristina Marinho e SOUSA, Adriano Cabral de (Orgs.). *Milagre Brasileiro: Teatro Alfenim. Caderno de Apontamentos*. Campina Grande: Bagagem, 2010.

dos organizadores, Daniel Araújo, Daniel Porpino, Fernanda Ferreira, Paula Coelho, Verônica Sousa, Zezita Matos, Márcio Marciano e Wilame Correia de Araújo.

O roteiro da peça suscita ao espectador variadas reações, ao tempo em que consegue protagonizar reflexões em torno de uma questão que para o Coletivo se apresenta como central, e é observada no depoimento do Márcio Marciano:

*Como nós, brasileiros, nos posicionamos frente ao fato de que o Brasil, com um governo de esquerda, historicamente formado, que sofreu a repressão da ditadura, se omite em relação aos 144 desaparecidos políticos? Eu acho que o teatro, como a arte pública, precisa colocar o espectador diante de questões que lhe deem a possibilidade de refletir e criticamente se posicionar. (LÚCIO e SOUSA, 2010, p. 57)*

Ao final do espetáculo uma cena é emblemática desse pensamento, um dos atores apresenta a seguinte fala:

A memória do que fui pertence aos meus  
É privada  
Sem interesse maior que uma lembrança  
particular  
Um nome, um brinquedo...  
Apenas a dor da ausência, da humilhação  
Mas minha condição é pública,  
Nem morto nem vivo,  
Imaterial  
Suprimida a prova irrefutável  
Execrado o argumento da esperança  
De mim resta apenas a prova irrevogável: Em sua  
derradeira festa  
Meu cadáver não compareceu  
Porque me fizeram desaparecer  
Desapareço todos os dias  
Sou o buraco no crânio da consciência nacional.

Assim, dois elementos se apresentam em forma ambígua, mas que, por isto mesmo, leva o expectador a um desconforto, ou pelo menos a uma salutar confusão – do desejo elementar que temos de sepultar os nossos mortos e, ao mesmo tempo, da necessidade de não permitir que os mortos sejam enterrados na perspectiva do esquecimento e da eliminação. Contemporâneo e provocador com pequenas variações no texto e na equipe de atores<sup>23</sup>, se configura enquanto o direito à memória e à verdade para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça!

Este é um exemplo dentre tantos que o(a) educador(a) pode fazer valer como recurso e linguagem didática em sala de aula, formas de representação teatral que podem contemplar conteúdos e abordagens temáticas a serem trabalhadas junto com seus(as) alunos(as) e assim, trilhar mais uma possibilidade de construção do conhecimento escolar sobre o processo histórico vivenciado pelos brasileiros na vigência da Ditadura Militar e nos desdobramentos da Lei da Anistia.

---

<sup>23</sup> Conforme o site do grupo, disponível em <http://coletivoalfenim.com.br/>, a atual composição do grupo é a seguinte: Adriano Cabral, Lara Torrezan, Mayra Ferreira, Nuriey Castro, Paula Coelho, Ricardo Canella, Suellen Brito, Vítor Blam e Zezita Matos. Direção de arte e figurinos: Vilmara Georgina. Direção musical: Mayra Ferreira e Nuriey Castro. Composições musicais: Wilame A.C. e Coletivo Alfenim. Cenário e iluminação: Márcio Marciano.



## Referências para ampliar o conhecimento sobre a temática do capítulo.

CAVASSIN, J. *Contribuições dos Sete Saberes para a prática pedagógica do Teatro educador(a) do futuro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

COURTNEY, R. *Jogo, Teatro e Pensamento*. As bases intelectuais do Teatro na Educação. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GRANERO, Vic Vieira. *Como usar o teatro em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2011.

JAPIASSU, Ricardo. *Metodologia do Ensino de Teatro*. Campinas: Papyrus, 2001.

KOUDELA, Ingrid Dormien. Da sala de Aula para a sala de teatro In: *Boletim Arte na Escola*. Disponível em: <<http://artenaescola.org.br/uploads/boletins/boletim-59.pdf>>

KOUDELA, Ingrid Dormien. *Jogos Teatrais*. 4. ed. São Paulo: Papyrus, 2002.

LÚCIO, Ana Cristina Marinho e SOUSA, Adriano Cabral de (Orgs.). *Milagre Brasileiro: Teatro Alfenim*. Caderno de Apontamentos. Campina Grande: Bagagem, 2010.

MARTINS, G. S. L. O ensino do Teatro para além de um mero entretenimento. In: *Revista científica/FAP*. v.1, jan./dez. 2006, Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 2006.

REVERBEL, Olga. *O Teatro na Sala de Aula*. 2ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.



*Sugestão  
de  
Atividade*

**OBJETIVO:** Aprender o teatro como ferramenta didática e como possibilidade de construção interdisciplinar do conhecimento escolar que aborde lembranças, memórias e esquecimentos relativos à Ditadura Militar no Brasil.

**ATIVIDADES:**

1. A linguagem teatral pode ser um elemento estimulante para a aprendizagem, ela pode ajudar os(as) alunos(as) jovens e adolescentes a superar a timidez ao se expressarem, a lidar com o improviso, além de estimular o trabalho em grupo. Ajuda a aumentar o repertório cultural de estudantes e a desenvolver o gosto por esta arte. Pensando nisto, os(as) educadores(as) podem coletiva ou individualmente, junto com seus(suas) alunos(as) elaborar enredos teatrais a partir dos conteúdos de sua(s) disciplina(s) e/ou adaptar roteiros já existentes para encenação nas próprias salas de aula e/ou escolas.

2. Educador(a), na perspectiva do que apresentamos no terceiro capítulo da primeira parte deste livro, intitulado de **Sequência Didática - Uma Forma de Planejar a Prática Docente para a abordagem do Direito à Memória e à Verdade no Brasil**, e utilizando a linguagem teatral complementemente junto com seus(suas) educandos(as), uma proposta de SD temática sobre **“Direitos à memória e à verdade... educar para que nunca mais aconteça!”**.



# CINEMA





A autoria deste capítulo é da educadora Márcia de Albuquerque Alves.

*O filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História.* (Marc Ferro, 1977)

O cinema é um artefato cultural que proporciona entretenimento e que pode ser usado como recurso didático. Integra uma lista usualmente aplicada para indicar uma classificação das artes, em que figuram em uma espécie de hierarquia popular composta pela música, a dança, a pintura, a escultura, o teatro, a literatura, **o cinema**, a fotografia e, mais recentemente, os jogos eletrônicos e a chamada arte digital, esta última no escopo das novas tecnologias da informática e internet.

Educador(a), entendemos que qualquer uma destas formas de “fazer arte” pode ser adaptada, resignificada e moldada para o uso didático em processos educacionais nas nossas salas de aula e/ou em espaços físicos os mais diversos. O cinema potencialmente pode ser utilizado por nós educadores(as) em pelo menos dois sentidos: o primeiro, quando educamos o olhar dos(as) alunos(as) para esta arte, ou seja, quando apresentamos as possibilidades do cinema para além de objeto de lazer, especialmente com o sentido que “assistir” a um filme promove aprendizado e oportuniza

renovadas leituras do mundo e, por conseguinte, o estímulo a atitudes cotidianas que proporcionem mudanças; o segundo sentido, refere-se a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem, propriamente dito, a partir de uma abordagem diferente dos conteúdos escolares, por exemplo, para além do uso do livro didático.

*O historiador passou a considerar o cinema como um agente transformador da história e também como registro histórico. Portanto, na relação cinema-história, há dois eixos fundamentais de questionamento: a leitura histórica do filme – analisar o filme à luz do período em que foi produzido – e a leitura cinematográfica da história – a história lida através do cinema.*

(CATELLI JÚNIOR, 2009, p. 53)

A utilização do cinema como recurso para as aulas pode se transformar em elemento motivador para elaborar e alcançar os objetivos conceituais, procedimentais e, especialmente, os atitudinais. Apresenta-se como um ótimo recurso para promover aproximações entre contextos históricos, realidades, fenômenos, acontecimentos e os conteúdos dispostos nos códigos disciplinares de qualquer área do conhecimento.

Repleto de competências simbólicas presentes em suas variadas formas: documentário, cinema mudo, filme de animação, curta, média ou longa metragem; e nos diversos gêneros: drama, romance, suspense, *cult*, ficção, musical, aventura, espionagem, policial, épico, faroeste, guerra, biográfico, comédia, desenho animado, entre outros, o cinema nos oferece uma gama considerável de possibilidades enquanto documento, discurso e narrativa que pode didaticamente corroborar no processo de ensinar e de aprender e construir conhecimentos.

Para a aplicação como mídia educacional é importante para nós educadores(as) definirmos as intenções do seu uso, por exemplo, se ele vai ser empregado para introduzir um assunto ou temática, se para ilustrar determinado conteúdo ou se para concluir uma matéria. Os(As) educandos(as) diante de uma película fílmica, seja de que espécie for, auferem uma posição especial de observador(a) de narrativas que podem elucidar dúvidas ou levá-los(as) a questionar pressupostos estabelecidos, dando novos significados ao conhecimento, estabelecendo assim uma função social deste recurso didático através do diálogo entre cinema e educação.

Qual seria essa função na perspectiva da temática dos **direitos à memória e à verdade?**

Películas que tratam de memórias coletivas, dos patrimônios culturais, das relações de poder, de aspectos cotidianos da vida de variados segmentos sociais e de conjunturas históricas diversas tornam-se instrumentos que retratam aspectos contextuais de uma sociedade, estabelecendo relações temporais entre presente e passado.

*O cinema, como local de memória, é refúgio de milhares de imagens que transformamos em realidades, memórias de lugares pelos quais nunca passamos, de pessoas com as quais não falamos, mas repletas de narrativas que podemos contar e lembrar (...) O cinema é memória. (LOPES, 2010, p. 50)*



Na perspectiva do **direito à memória e à verdade** já são conhecidos alguns filmes que abordam a temática da Ditadura Militar, e que integram um circuito comercial da empresa cinematográfica brasileira, por exemplo: Jango; O que

é isso, Companheiro?; Bye Bye, Brasil; Prá Frente, Brasil; O Bom Burguês; Batismo de Sangue; Zuzu Angel; O dia que durou 21 anos; Leucemia – o filme da anistia.

Para além desses e em uma perspectiva de considerar outras possibilidades a serem utilizadas nas escolas e nos demais espaços educativos, tais como sindicatos, associações, igrejas, grêmios etc., apresentamos a você Educador(a) uma variedade de alternativas a partir de dois projetos desenvolvidos pela Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, que tem promovido mostras de filmes nacionais e estrangeiros retratando o período da Ditadura Militar – Projeto “Cinema Pela Verdade” e o “Marcas da Memória”.

Apresentamos, também, uma sugestão de trabalho com documentários que se tornaram no estado da Paraíba (mas não só nele), expoentes importantes para o registro da história do Brasil e do Estado no contexto da implantação e consolidação da Ditadura Militar, das ações de resistência individual e/ou coletiva e da anistia, como é o caso dos trabalhos do diretor Eduardo Coutinho.

### **Vamos conhecer os projetos da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça?**



**1. PROJETO CINEMA PELA VERDADE** – Trata-se de uma mostra de filmes nacionais e estrangeiros retratando o período da Ditadura Militar. É uma realização do Instituto Cultura em Movimento (ICEM) em parceria com o Ministério da Justiça, via Comissão de Anistia. A mostra percorre as 26 capitais do Brasil e o Distrito Federal, com apresentações anuais em praças, escolas e

instituições de ensino superior, entre elas 81 universidades e faculdades do país, em exibição gratuita. O ICEM conta com universitários previamente selecionados e treinados que são responsáveis por articular localmente as exibições, divulgar o evento, organizar a composição das mesas de debates que ocorrem após a exibição do filme e contam com acadêmicos, pesquisadores, ex-presos políticos, integrantes de movimentos sociais, culturais e de direitos humanos, além dos próprios diretores ou equipe de produção dos filmes. A UFPB, no ano de 2014 contou com a 3ª edição da Mostra “CINEMA PELA VERDADE”, com os seguintes filmes e documentários:

### Filmes/documentários da 3ª Mostra “CINEMA PELA VERDADE”

Filmes Documentários	Sinopse
<p><b>“Hercules 56”</b>  Diretor: Silvio Da-Rin  Duração: 90 min.  Ano: 2006</p>	<p>Na semana da independência de 1969, o embaixador americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, foi sequestrado. Em sua troca foi exigida a divulgação de um manifesto revolucionário e a libertação de 15 presos políticos, que representam diversas tendências políticas que se opunham à Ditadura Militar. Banidos do território nacional e com a nacionalidade cassada, eles são levados ao México no avião da FAB Hércules 56. Através de entrevistas com os sobreviventes os fatos desta época são lembrados. Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=xxPNQfNpkOo">http://www.youtube.com/watch?v=xxPNQfNpkOo</a>&gt;</p>
<p><b>“Condor”</b>  Diretor: Roberto Mader  Duração: 100 min.  Ano: 2007</p>	<p>Condor foi o nome dado a sinistra operação que estabeleceu conexão entre as ditaduras do cone sul nos anos 1970, cujos governos militares sul-americanos com o apoio da CIA/EUA levaram a morte cerca de 30 mil pessoas. Outras 400 mil foram presas e 4 milhões exiladas. Memória histórica através de depoimentos emocionantes e surpreendentes de generais e ativistas políticos, torturadores, vítimas e parentes dos desaparecidos. Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=HhTjM1dj4e8">http://www.youtube.com/watch?v=HhTjM1dj4e8</a>&gt;</p>

<p><b>“Cidadão Boilesen”</b>  Diretor: Chaim Litewski  Duração: 90 min.  Ano: 2009</p>	<p>Conta a história do empresário Henning Albert Boilesen. O filme debate o apoio financeiro dos empresários brasileiros à Ditadura Militar e o hábito deste empresário de assistir as sessões de tortura, confirmado por testemunhos de militares e militantes da época. Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY">http://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY</a>&gt;</p>
<p><b>“Marighella”</b>  Diretora: Isa Grinspum Ferraz  Duração: 100 min.  Ano: 2010</p>	<p>Ganhador do prêmio de melhor longa-metragem da Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul, em 2012. Carlos Marighella foi um grande inimigo da Ditadura Militar no Brasil. Esse líder comunista e parlamentar foi preso, torturado e tornou-se famoso por ter redigido o “Manual do Guerrilheiro Urbano”. Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=7Mw386dVhcY">http://www.youtube.com/watch?v=7Mw386dVhcY</a>&gt;</p>
<p><b>“Diário de uma busca”</b>  Diretora: Flávia Castro  Duração: 104 min.  Ano: 2010</p>	<p>Documentário no qual a diretora Flávia Castro conta a trajetória de seu pai, Celso Afonso Gay de Castro (1943 - 1984), uma vida marcada pela militância política e por sucessivos exílios. Ela reconstrói as memórias afetiva e familiar de sua infância passando por países como Brasil, Chile, Argentina, Venezuela e França, e tenta desvendar os mistérios da prematura morte do pai. Disponível em:  &lt;<a href="http://www.filmesonlinegratis.net/assistir-diario-de-uma-busca-nacional-online.html">http://www.filmesonlinegratis.net/assistir-diario-de-uma-busca-nacional-online.html</a>&gt;</p>
<p><b>“Camponeses do Araguaia: A Guerrilha Vista por Dentro”</b>  Diretor: Vandrê Fernandes  Duração: 73 min.  Ano: 2010</p>	<p>Camponeses falam da amizade com os “paulistas”, como chamavam os militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) que lutaram na Guerrilha do Araguaia durante a Ditadura Militar, e revelam as atrocidades cometidas pelo exército brasileiro na região do rio Araguaia, ao sul do estado do Pará, entre 1972 e 1974. Disponível em:  <a href="http://www.youtube.com/watch?v=Uhp04I200zs">http://www.youtube.com/watch?v=Uhp04I200zs</a>&gt;</p>
<p><b>“Uma longa viagem”</b>  Diretora: Lúcia Murat  Duração: 90 min.  Ano: 2011</p>	<p>De maneira um tanto esquemática, costuma-se dizer que a juventude radical dos anos 1960/1970 tinha duas alternativas – as armas ou as drogas. Ambas conviveram na mesma família, a da cineasta Lúcia Murat, e este é o núcleo duro deste documentário, com o ator Caio Blat. Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=8me9X2MqMiQ">http://www.youtube.com/watch?v=8me9X2MqMiQ</a>&gt;</p>

<p><b>“Repare Bem”</b>  Diretora: Maria de Medeiros  Duração: 95 min.  Ano: 2012</p>	<p>O jovem guerrilheiro Eduardo Leite “Bacuri” morre em 1970 nas mãos da Ditadura Militar brasileira, depois de 109 dias de tortura. Sua companheira, Denise Crispim, perseguida e presa durante a sua gravidez, consegue fugir para o Chile depois do nascimento de Eduarda. Lá, encontra seus pais exilados, os quais dedicaram toda a sua vida à luta pela liberdade. A violência da repressão volta a atingir a família com o golpe de Augusto Pinochet, obrigando pais e filhos a se dispersarem pelo mundo.  Disponível em: &lt;<a href="https://www.youtube.com/watch?v=SlvidXhvXbA">https://www.youtube.com/watch?v=SlvidXhvXbA</a>&gt;</p>
<p><b>“Ainda Existem Perseguidos Políticos”</b>  Produzido coletivamente pela ONG Acesso.  Duração: 54 min.  Ano: 2012</p>	<p>O filme tem por objetivo fomentar o debate sobre a ausência de uma efetiva transição democrática no Brasil, pós-Ditadura Civil-Militar, implantada no País a partir de 1964. Identifica semelhanças no agir do Estado no passado e no presente, demonstrando que a cultura do autoritarismo permanece arraigada em algumas instituições estatais brasileiras. Apresenta também imagens do projeto que levou este debate para os mais variados públicos (quilombolas, universitário, LGBTT, assentados do MST, comunidades periféricas etc.). Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=NqjSICjBoNQ">http://www.youtube.com/watch?v=NqjSICjBoNQ</a>&gt;</p>
<p><b>“Eu me Lembro”</b>  Diretor: Luiz Fernando Lobo  Duração: 96 min.  Ano: 2012</p>	<p>O documentário acompanhou cinco anos das Caravanas da Anistia do Ministério da Justiça e reconstrói a luta dos perseguidos por reparação, memória, verdade e justiça, por meio de imagens de arquivo e de entrevistas. Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=BqZVzVRuDE8">http://www.youtube.com/watch?v=BqZVzVRuDE8</a>&gt;</p>
<p><b>“Infância Clandestina”</b>  Diretor: Benjamim Ávila  Duração: 90 min.  Ano: 2012</p>	<p>Representante argentino ao Oscar 2013, na categoria “melhor filme estrangeiro”. Juan, assim como seus pais e seu tio, leva uma vida clandestina. Fora do berço familiar ele precisa manter as aparências pelo bem da família, que luta contra a Ditadura Militar que governa o país. Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=MH0EmTo0qx8">http://www.youtube.com/watch?v=MH0EmTo0qx8</a>&gt;</p>

**“No”**

Diretor: Pablo Larraín  
Duração: 118 min.  
Ano: 2013

Pressionado pela comunidade internacional, o ditador chileno Augusto Pinochet aceita realizar um plebiscito nacional para definir sua continuidade ou não no poder. Os líderes do governo contratam René Saavedra para coordenar a campanha contra a manutenção de Pinochet. Concorreu ao Oscar 2013 na categoria “melhor filme estrangeiro”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=DJ1v55-oclo>>

**2. PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA** – Outra iniciativa da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça no ano de 2014 foi o projeto “Marcas da Memória”, que fomentou a apresentação de documentários abordando o período da ditadura brasileira. Pela variedade da produção podemos ver uma diversidade de perspectivas do povo brasileiro sobre sua própria história. Algumas dessas produções:

Filmes Documentários	Sinopse
<b>“Militares da democracia”</b> Diretor: Silvio Tendler Duração: 100 min. Ano: 2010	Por meio de depoimentos e registros de arquivos, o filme resgata as memórias sufocadas e despercebidas de oficiais militares cassados, torturados e mortos por defenderem a ordem constitucional e uma sociedade democrática. Disponível em: < <a href="http://www.youtube.com/watch?v=6hD8JIHbu3w">http://www.youtube.com/watch?v=6hD8JIHbu3w</a> >
<b>“A mesa vermelha”</b> Diretora: Tuca Siqueira Duração: 78 min. Ano: 2012	A convivência de jovens presos políticos nos presídios masculinos de Pernambuco durante a Ditadura Militar, da entrada no cárcere, passando pela greve de fome, até chegar ao papel dos coletivos dentro da cadeia. Disponível em: < <a href="http://www.youtube.com/watch?v=LMIAg6tNGAg">http://www.youtube.com/watch?v=LMIAg6tNGAg</a> >

<p><b>“O fim do esquecimento”</b>  Diretor: Renato Tapajós  Duração: 54 min.  Ano: 2012</p>	<p>A partir da história de pessoas que participaram do Tribunal Tiradentes, em 1983, e que se destacaram na luta pelos Direitos Humanos, o filme retoma a questão da Doutrina de Segurança Nacional, investigando seus resquícios nos dias de hoje. Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=QtMOWjKeTa0">http://www.youtube.com/watch?v=QtMOWjKeTa0</a>&gt;</p>
<p><b>“Vou contar para os meus filhos”</b>  Diretora: Tuca Siqueira  Duração: 24 min.  Ano: 2012</p>	<p>Entre 1969 e 1979, um grupo de jovens mulheres foi preso numa colônia penal em Recife (PE) porque lutava contra a ditadura. Passados 40 anos, elas se reencontram, construindo a memória daqueles tempos de presídio. Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=-qgkD">http://www.youtube.com/watch?v=-qgkD</a>&gt;</p>
<p><b>“Damas da liberdade”</b>  Diretores: Célia Gurgel e Joe Pimentel  Duração: 28 min.  Ano: 2012</p>	<p>Por meio de depoimentos de integrantes do Movimento Feminino pela Anistia e do Comitê Brasileiro pela Anistia, o filme narra a história da luta pela anistia no Brasil nos anos 1970. Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=bHfrhMFOu-E">http://www.youtube.com/watch?v=bHfrhMFOu-E</a>&gt;</p>
<p><b>“Advogados contra a ditadura”</b>  Diretor: Silvio Tendler  Duração: 130 min.  Ano: 2012</p>	<p>O papel político desempenhado por advogados na defesa dos direitos e garantias dos cidadãos durante a ditadura. O filme recupera sua contribuição no confronto com a repressão militar. Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=fhRjxeFfbYM">http://www.youtube.com/watch?v=fhRjxeFfbYM</a>&gt;</p>
<p><b>“Duas histórias”</b>  Diretora: Ângela Zoé  Duração: 52 min.  Ano: 2012</p>	<p>A partir da trajetória de dois militantes socialistas, o filme capta as diferentes visões que orientavam a resistência na luta contra a ditadura. Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=A1b4n2mDlzk">http://www.youtube.com/watch?v=A1b4n2mDlzk</a>&gt;</p>

**3. A OBRA DE EDUARDO COUTINHO:** No caso específico da produção deste reconhecido cineasta, roteirista e documentarista – Eduardo Coutinho, entendemos que se constitui uma importante contribuição ao **“Direito à memória e à verdade... Para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça!”** Pois, trata-se do que denominamos de *filme histórico e/ou documentário*, já que se enquadra em duas perspectivas importantes, representam testemunhos de época

(1964; 1981; 2013) e, ao mesmo, tratam de **uma** representação do vivido, seja ele no tempo passado ou no tempo presente – aquela representação construída pelo seu diretor e, portanto, considerando a subjetividade que lhe é inerente. No quadro a seguir temos a identificação das obras deste cineasta:

Documentários	Sinopse
<p><b>“Cabra Marcado Para Morrer”</b>            Duração: 1h50min.            Ano: 1984</p>	<p>O tema principal do filme é a trajetória de personagens que, no início da década de 1960, na Paraíba, vivenciam o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, a mando de latifundiários. As filmagens de sua vida, e deste episódio interpretada pelos próprios camponeses, foram interrompidas pelo golpe militar de 1964 e retomadas dezessete anos depois pelo diretor da película. Este procura a viúva Elizabeth Teixeira e seus dez filhos, dispersados pela onda de repressão pós-1964, que em meio a lembranças e imagens do passado, evocam o drama da família durante a Ditadura Militar. Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=JE3T_R-eQhM">http://www.youtube.com/watch?v=JE3T_R-eQhM</a>&gt;</p>
<p><b>“Sobreviventes de Galileia”</b>            Duração: 30 min.            Ano: 2013</p>	<p>Em janeiro de 2013, Eduardo Coutinho vai a Pernambuco para reencontrar dois dos personagens de “Cabra Marcado Para Morrer” (1964-1984): Cícero e João José (o Dão da Galileia). Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=AsUu2ua1gGE">http://www.youtube.com/watch?v=AsUu2ua1gGE</a>&gt;</p>
<p><b>“A Família de Elizabeth Teixeira”</b>            Duração: 60 min.            Ano: 2014</p>	<p>Depois da conclusão de “Cabra Marcado Para Morrer” (1964-1984), Eduardo Coutinho manteve contato regular com Elizabeth Teixeira, mas não com seus filhos. No início de 2013, o diretor faz uma visita a Elizabeth e promove um encontro com os seus filhos que vivem nos estados do Rio de Janeiro e na Paraíba. Disponível em: &lt;<a href="http://www.youtube.com/watch?v=TondnexDVUk">http://www.youtube.com/watch?v=TondnexDVUk</a>&gt;</p>

Estes são exemplos – “Cinema pela Verdade”; “Marcas da Memória” ou nas obras de “Eduardo Coutinho”, que podem auxiliar em qualquer disciplina a compreensão da História do Brasil no contexto da Ditadura Militar.

Assim Educador(a), é imprescindível que qualquer película fílmica a ser utilizada em suas aulas junto aos(as) alunos(as), deve ser problematizadora de reflexões e questões inerentes aos contextos tratados, evitando um entendimento da narrativa do filme a ser utilizado, como voluntarista, naturalista e anacrônico.

Preparamos para vocês um modelo de ficha de leitura fílmica que apresenta o filme “Cabra Marcado Para Morrer”, como sugestão de trabalho didático com o cinema na temática deste livro – **“Direito à memória e à verdade... para que nunca mais aconteça!”**, com destaque para o fato de que se trata da leitura de uma história datada e situada espacialmente no Estado da Paraíba, no contexto ideológico e cultural da Ditadura Militar e do início do processo de redemocratização no país, porém, apesar de ter um enfoque local, estava inserido em outros espaços – o regional, o nacional e o internacional.

A partir desta indicação, esperamos que você educador(a), observando o nível cognitivo dos(as) seus(as) alunos(as), possa refletir e elaborar outras propostas interdisciplinares que dinamizem sua prática de ensino e utilize outros filmes e documentários, considerando que nossos estudantes vivem hoje em um mundo que cotidianamente explora as mais diversas linguagens visuais – o cinema, a TV e a internet.

### FICHA DE LEITURA FÍLMICA

1. CINEMATECA - Identificando os créditos do filme	
Título	Cabra Marcado Para Morrer
Local	Rio de Janeiro
Ano	1984
Direção	Eduardo Coutinho

Roteiro	Eduardo Coutinho
Duração	1h50min.
Gênero	Documentário
<b>2. CONTEXTO HISTÓRICO</b>	
Época de ambientação	1964 e 1981
Lugar de ambientação	Municípios de Sapé (PB); Engenho Galileia (PE); São Rafael (RN)
Elenco	Elizabeth Teixeira e família, João Virgínio da Silva e os habitantes do Engenho Galileia (Pernambuco). Narração de Ferreira Gullar, Tite Lemos e Eduardo Coutinho.
<b>3. REFLEXÕES SOBRE O ENREDO</b>	
Tema do filme	As Ligas Camponesas e a resistência à Ditadura Militar no Brasil.
Sinopse do filme	Em 1962, o líder da Liga Camponesa de Sapé (PB), João Pedro Teixeira foi assassinado por ordem de latifundiários. Um filme sobre sua vida começa a ser rodado em 1964, com a reconstituição ficcional da ação política que levou ao assassinato, e com a produção do CPC da UNE e do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, e direção de Eduardo Coutinho. As filmagens com a participação de camponeses do Engenho Galileia (PE) e da viúva de João Pedro, Elizabeth Teixeira, são interrompidas pelo golpe militar em 1964. Dezesete anos depois, em 1981, Coutinho retoma o projeto e procura Elizabeth Teixeira e outros participantes do filme interrompido, como o camponês João Virgílio, também atuante em ligas. O tema central passa a ser a história de cada um deles que, estimulados pela filmagem e revendo as imagens do passado, elaboram os sentidos de suas experiências. João Virgílio conta a tortura e a prisão que sofreu neste período. Enquanto Elizabeth, que havia mudado de nome e vivia refugiada numa pequena cidade do Rio Grande do Norte com apenas um de seus dez filhos, emerge da clandestinidade e reassume sua identidade. Ela fala de sua prisão e do reencontro com os filhos, antes dispersos por várias cidades do Brasil, e da tentativa de reconstituir suas vidas.
Aspectos históricos relevantes	Regime militar no Brasil. Governo ditatorial. A luta pela terra. As oligarquias paraibanas. A negligência com o direito à vida.

Relação do filme com questões atuais de Direitos Humanos e Memória	Situação dos trabalhadores rurais e urbanos O direito à vida. O direito à livre expressão. Memória e História
Interface do filme com outras leituras realizadas	Por exemplo, com o livro didático de História, Geografia, Língua Portuguesa, Artes. Livros de literatura presentes no acervo da biblioteca escolar. Documentos de época, como jornais e revistas.
Questões a serem consideradas na análise do filme	Destacar questões que expressem as possibilidades dos(as) alunos(as) no sentido de alcançar objetivos conceituais, procedimentais e atitudinais com relação ao tempo presente. O filme como um testemunho de época. A importância da memória e de seu registro.

### Referências para ampliar o conhecimento sobre a temática do capítulo.

BELMIRO, Célia Abicalil. Palavras, imagens, discursos na Educação. In: PEREIRA, Júnia Sales e RICCI, Cláudia Sapag (Orgs.). *Produção de materiais didáticos para a diversidade: patrimônio e práticas de memória uma perspectiva interdisciplinar*. Livro I. Belo Horizonte: UFMG/FAE/Labepeh; UFMG/Caed; Brasília: Secad/MEC, 2010. p. 13-28.

BERNARDET, J. C. e RAMOS, A. F. *Cinema e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

CAMPOS, Helena Guimarães e FARIA, Ricardo de Moura. A linguagem visual e audiovisual no ensino de História. In: \_\_\_\_\_. *História e linguagens*. São Paulo: FTD, 2009. p. 38-61.

CARVALHO, Marisa e FERREIRA, Jorge. (Orgs.) *A História vai ao cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CATELLI JÚNIOR, Roberto. *Temas e Linguagens da História: ferramentas para a sala de aula no Ensino Médio*. São Paulo: Scipione, 2009.

DUARTE, R. *Cinema & Educação: refletindo sobre cinema e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Coleção Temas & Educação).

FERRO, Marc. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Instituto Cultura em Movimento – ICEM. Disponível em: <<http://icemvirtual.org.br/>>

LARROSA, Jorge; LOPES, José de Sousa; TEIXEIRA, Inês. (Orgs.). *A infância vai ao cinema*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LARROSA, Jorge; LOPES, José de Sousa; TEIXEIRA, Inês. (Orgs.). *A juventude vai ao cinema*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LARROSA, Jorge; LOPES, José de Sousa; TEIXEIRA, Inês. (Orgs.). *A escola vai ao cinema*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LEITE, S. F. *Cinema brasileiro: das origens a retomada*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

LOPES, José de Souza M. Educação e Cinema. In: PEREIRA, Júnia Sales e RICCI, Cláudia Sapag (Orgs.). *Produção de materiais didáticos para a diversidade: patrimônio e práticas de memória uma perspectiva interdisciplinar*. Livro II. Belo Horizonte: UFMG/FAE/Labepeh; UFMG/Caed; Brasília: Secad/MEC, 2010. p. 41-59.

MOCELLIN, Renato. *História e Cinema: educação para as mídias*. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

MOCELLIN, Renato. *O cinema e o ensino de história*. Curitiba: Nova Didática, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes visuais: a História depois do papel. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

OSTERMANN, N. W. *Filmes contam História*. Porto Alegre: Movimento, 2003.

SOARES, Mariza de Carvalho e FERREIRA, Jorge (Orgs.). *A história vai ao cinema*. Rio de Janeiro, Record, 2001.



*Sugestão  
de  
Atividade*

**OBJETIVO:** Identificar o cinema como recurso didático no trato das lembranças, memórias e esquecimentos relativos à Ditadura Militar no Brasil, seus desdobramentos e consequências para a garantia dos **“Direitos à memória e à verdade... educar para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça!”**

### **ATIVIDADES:**

1. Atualmente um simples aparelho telefônico conta com recursos variados que possibilitam, entre eles, realizar filmagens curtas. Não seria uma boa ideia elaborar um projeto pedagógico junto com seus alunos, e a partir de roteiro produzir um filme que reunisse depoimentos de parentes e/ou membros da comunidade na qual a escola está situada, especialmente daqueles que viveram a realidade da Ditadura Militar no Brasil e do processo de anistia? Seria uma bela forma de envolver os(as) alunos(as) com a história recente do país e

ao mesmo tempo registrar essas memórias, que pode inclusive se constituir em um acervo de consulta na própria biblioteca escolar.

2. Educador(a), na perspectiva do que apresentamos no terceiro capítulo da primeira parte deste livro, intitulado de **Sequência Didática - Uma Forma de Planejar a Prática Docente para a abordagem do Direito à Memória e à Verdade no Brasil**, e utilizando a linguagem fílmica elabore junto com seus(suas) educandos(as), uma proposta de SD temática sobre **“Direitos à memória e à verdade... educar para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça!”**.



# MÚSICA





A autoria deste capítulo é do educador Carmélio Reynaldo Ferreira.

A clave musical desafia a clava da censura:

*(...) Você corta um verso, eu escrevo outro/Você me prende vivo, eu escapo morto/De repente olha eu de novo/Perturbando a paz, exigindo troco/(...)  
Que medo você tem de nós, olha aí.*

Os versos acima, da canção **Pesadelo**, são representativos da luta dos artistas brasileiros contra a censura da ditadura instalada no país em 1964. Esta canção, de Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro, como também **Acorda Amor**, de Chico Buarque de Holanda, só foram aprovadas pela Divisão de Censura de Diversões Públicas da Polícia Federal para serem gravadas porque seus autores lançaram mão de artifícios para enganar os censores.

No caso de **Pesadelo**, Paulo César Pinheiro combinou com o pessoal da sua gravadora, a Odeon, o encaminhamento do pedido de liberação junto com um grande lote de músicas de autores de obras notoriamente sem conotação política ou ligação com questões sociais. Como ele ainda era um artista

relativamente desconhecido, imagina-se que os censores sequer se deram ao trabalho de examinar o material, que foi liberado apesar da sua contundência. Gravada pelo grupo MPB4, em 1972, a música, sabe-se hoje, tornou-se uma das preferidas dos militantes da Guerrilha do Araguaia.

Para liberar a música **Acorda Amor**, Chico Buarque adotou o pseudônimo de Julinho de Adelaide e, para dar mais credibilidade ao personagem, criou um irmão e parceiro fictício, Leonel Paiva. Ele teve que recorrer a esse artifício porque sua relação com a censura chegara a um ponto de, sem qualquer avaliação, ter vetado tudo que submetia àquele departamento.

Às vezes, ter a obra aprovada pela censura não significava garantia de que os problemas com a repressão estavam superados. Muitos discos, depois de gravados e lançados, eram recolhidos nas prateleiras das lojas e/ou proibidos de ser tocados no rádio. Essa interdição podia abranger todo o disco ou parte dele e tinha uma abrangência mais ampla: proibia-se a execução pública da obra ou de parte dela.

Um dos que sofreu perseguição quando já estava à venda foi o que o compositor e cantor Sérgio Ricardo lançou em 1973. Chamou atenção dos censores a capa, que apresentava uma foto do artista sem a boca, que havia sido recortada e era levada por um homem desenhado pelo cartunista Caulos. As músicas foram reavaliadas e a maioria delas proibida de tocar no rádio ou lugares públicos, o que inviabilizava a realização de shows com elas no repertório. **Calabouço**, música que abria o disco, referia-se à morte do estudante Edson Luís, em 1968, durante confronto de estudantes com a Polícia Militar do Rio de

Janeiro e ainda fazia alusão aos presos políticos e à própria censura. Fechando o disco, **Tocaia**, uma homenagem ao capitão Carlos Lamarca, um dos líderes da resistência.

### **Alagamar, uma epopeia**

Na área da música a Paraíba entra com destaque no mapa dos confrontos da cultura contra censura através do compositor paraibano Geraldo Vandré, cuja composição **Pra Não Dizer que Não Falei das Flores** foi encarada pelos militares como uma ofensa às forças armadas. Mas há outro fato de dimensão histórica, considerado um marco da luta pela terra no Brasil, que também deve ser registrado no capítulo dos embates da música contra a censura. Trata-se da **Cantata pra Alagamar**, obra rica em simbolismos, tanto pelas pessoas envolvidas quanto pelo episódio que a inspirou.

Situada nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, a fazenda chamada Grande Alagamar compreendia diversos estabelecimentos rurais onde centenas de famílias residiam e viviam do cultivo da terra há várias gerações. Havia ainda os foreiros, estabelecidos há menos tempo na propriedade. A relação de ambas categorias de moradores com o proprietário era verbal. O direito de explorar a terra era concedido em troca de cessão de parte da produção, da renda e de dias de trabalho em benefício do dono delas, Arnaldo Araújo Maroja.

Porém, em 1975 ele faleceu e as terras foram vendidas. Os novos proprietários tentaram expulsar os agricultores, desencadeando um conflito que colocou, de um lado, os camponeses, a igreja católica, intelectuais e militantes

identificados com as causas populares. Do outro, os novos donos, a polícia, pistoleiros e jagunços contratados para intimidar quem se dispusesse a desafiar as ordens de desocupação.

A atuação da igreja católica através do frei Hermano José, pároco de Alagamar, e do arcebispo da Paraíba, D. José Maria Pires, foi decisiva para que o conflito chegasse a um desfecho satisfatório para os camponeses. Porém, até que isso fosse conquistado, muitos confrontos aconteceram, inscrevendo Alagamar na história da luta pela terra no Brasil.

Um desses episódios foi a **Cantata pra Alagamar**. Decidido a dar maior visibilidade à luta dos agricultores pelo direito de permanecer na terra, D. José, líder da igreja católica na Paraíba, reuniu em parceria um judeu argentino (José Alberto Kaplan, compositor, maestro e professor da Universidade Federal da Paraíba) e um paulista ateu (Waldemar José Solha, escritor, ator e artista plástico). Ambos residentes na Paraíba, já eram respeitados por suas obras premiadas em concursos nacionais e contribuições para a cultura local.

No texto de apresentação, comemorando a diversidade de crenças envolvidas na construção da obra, D. José escreveu: “... apesar da existência de tantas ideologias e religiões que se opõem e combatem, há um denominador comum em torno do qual as pessoas poderiam somar. Esse denominador tem nome: chama-se Serviço do Povo.”

Os autores optaram por buscar na música e na poesia populares a linguagem para narrar, de forma despojada, a epopeia dos agricultores. O **Hino de Alagamar**, composto pelo camponês Severino Izidro, cujos versos têm estrutura de

cordel, foi o ponto de partida. Adotaram uma métrica variada, recurso empregado para marcar mudanças narrativas, como o martelo agalopado, usado nos momentos dramáticos, e a gêmeadeira, nos de ironia e sarcasmo.

Inspirado nos timbres da viola nordestina e do pífano, o maestro Kaplan elaborou a partitura do acompanhamento musical para cravo e flauta, mas a percussão foi escrita para instrumentos tradicionais do Nordeste: pandeiro, triângulo e zabumba.

A apresentação da **Cantata pra Alagamar** constituía riscos reais para as pessoas envolvidas no espetáculo, pois desafiava não só as normas da censura – de que todo material destinado a exibição pública devia passar pelo crivo da Polícia Federal – como também o poder econômico constituído pelos donos da terra e suas milícias armadas.

Para levar a público a **Cantata pra Alagamar** aqui na Paraíba, o maestro Kaplan reuniu os integrantes da Camerata Universitária, que ele dirigia, e comunicou que, devido ao caráter transgressor da obra, não envolveria o grupo da UFPB na montagem, preferindo formar um conjunto independente. Porém, de imediato, recebeu a adesão da quase totalidade dos integrantes da Camerata.

As primeiras apresentações da **Cantata** foram em junho de 1979, sob muita tensão, em igrejas de João Pessoa e de Itabaiana. Acredita-se que a repressão foi evitada devido à presença do arcebispo da Paraíba, D. José Maria Pires e, em algumas ocasiões, de outras autoridades da igreja católica, como o arcebispo de Olinda e Recife, D. Hélder Câmara.

Prosseguindo a sua saga transgressora, a **Cantata pra Alagamar** foi gravada no estúdio do Conservatório

Pernambucano de Música, no Recife, pelo mesmo elenco das apresentações ocorridas na Paraíba, e lançada em disco pela gravadora Marcus Pereira. Sem ter sido submetido previamente à censura, esse disco foi colocado à venda em dezembro de 1979 em lojas em todo o país, com reportagens e críticas favoráveis publicadas em jornais e revistas influentes, de circulação nacional. Também nesse aspecto, a **Cantata** se inscreveu na história, pois, pela primeira vez, uma obra artística rica em elementos transgressores aos ditames dos governos militares chegava ao público sem se submeter à censura.



**Referências para ampliar o conhecimento sobre a temática do capítulo.**

AUTRAN, Margarida. O Estado e o músico popular: de marginal a instrumento. In: AUTRAN, Margarida; BAHIANA, Ana Maria; WISNIK, José Miguel. *Anos 70: música popular*. Rio de Janeiro: Europa, 1980.

CALDAS, Waldenyr. *A cultura político-musical brasileira*. S. Paulo: Musa, 2005.

Cantata para Alagamar. *Vídeo*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TsAUTOy366k>> 42 min.

FAUSTINO, Severino Izidro. *Hino de Alagamar*. Itabaiana/Salgado de São Félix – PB, 1978.

HERBERT. *Alagamar (1975-1983)*. Disponível em: <[http://historicospontos.blogspot.com.br/2012/09/alagamar-1975-1983\\_7.html](http://historicospontos.blogspot.com.br/2012/09/alagamar-1975-1983_7.html)> Acesso em: 4 abr. 2015.

KAPLAN, José Alberto e SOLHA, W. J. *Cantata pra Alagamar*. Long Play (LP). João Pessoa: Discos Marcus Pereira, 1979.

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção*: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Annanlume; Fapesp, 2003.

NASCIMENTO, Luíza. *Paulo César Pinheiro*: "Você corta um verso eu escrevo outro". Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-16/904-paulo-cesar-pinheiro-qvoce-corta-um-verso-eu-escrevo-outroq>> Acesso em: 4 abr. 2014.

RIBEIRO, Renato Janine. O direito de sonhar. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.) *Minorias silenciadas*: a história da censura no Brasil. São Paulo: EDUSP-FAPESP, 2002. p. 15-18.

RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (Org.). *Dom José Maria Pires*. João Pessoa: Imprell, 2013.

SÉRGIO, Ricardo. *Biografia*. Disponível em: <<http://www.sergioricardo.com/>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

TELLES, Tereza. *Chico Buarque na sala de aula*. Leitura, interpretação e produção de textos. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2010.



*Sugestão  
de  
Atividade*

**OBJETIVO:** Identificar a música como recurso didático no âmbito da temática relativa à Ditadura Militar com ênfase em memórias e esquecimentos, seus desdobramentos e consequências para a garantia dos **“Direitos à memória e à verdade... educar para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça!”**

## ATIVIDADES:

1. Por toda a simbologia presente nessa obra e na saga para ser levada ao público, pela proximidade dos episódios nela narrados, pela beleza de representar artisticamente a epopeia da vitória do oprimido contra o opressor através da união e da resistência pacífica, a **Cantata pra Alagamar** deve ser mostrada a todos os paraibanos. Que tal fazer isso na sua cidade, a partir da sua escola? Aproveitar a riqueza de elementos envolvidos para estimular outras atividades como seminários, pesquisas, trabalhos em várias formas de expressão como fotografia, desenho, redação, vídeo?

### O que é necessário?

Para começar, é necessário acesso à música e ao texto. No site do projeto Sesc Partituras ([www.sesc.com.br/SescPartituras/](http://www.sesc.com.br/SescPartituras/)) estão disponíveis o texto, as partituras e a gravação dos arranjos, as quais podem ser utilizadas como *playback*, no caso de não ser possível contar com músicos ao vivo para participar da montagem. Para chegar a esse material, pode-se digitar o nome da obra ou do autor na ferramenta de busca do site.

Para ouvir a obra na íntegra, as duas partes que compõem o LP estão disponíveis no YouTube - <[www.youtube.com](http://www.youtube.com)>, bastando digitar “Cantata pra Alagamar” na busca desse site.

Além da montagem da forma tradicional, a obra também pode ser adaptada para outros formatos cênicos como recitada ou cantada usando-se as melodias tradicionais empregadas pelos poetas populares para apresentarem suas obras. Afinal, os versos da Cantata são inspirados em cordel.

Como foi concebida para ser representada em igrejas, escolas e outros espaços públicos, a representação não exige cenário nem figurino elaborado. A riqueza está na simplicidade cênica, na força do texto e na beleza da música.

2. Educador(a), na perspectiva do que apresentamos no terceiro capítulo da primeira parte deste livro, intitulado de **Sequência Didática - Uma Forma de Planejar a Prática Docente para a abordagem do Direito à Memória e à Verdade no Brasil**, e utilizando a linguagem expressa em músicas elabore junto com seus(suas) educandos(as), uma proposta de SD temática sobre **“Direitos à memória e à verdade... educar para não se esqueça e para que nunca mais aconteça!”**.

## BIBLIOTECA





*Quando eu era criança, uma vizinha me dava um livro todos os anos no Natal. Um dia ela me perguntou: "Diga-me, Umberto, você lê para saber o que tem no livro ou porque gosta de ler?" E tive que admitir que nem sempre eu estava apaixonado pelo que lia. Eu lia pelo gosto de ler, qualquer coisa. Foi uma das grandes revelações da minha infância! (Umberto Eco, 2010)*

Biblioteca, qual a definição que podemos dar a este verbete? É um espaço físico no qual se guardam livros. Essa seria uma resposta imediata, simples e limitada já que se trata de uma palavra que, na atualidade guarda uma polifonia de sentidos e usos. Pode ser: depósito de livros<sup>24</sup>; lugar no qual se guardam livros e documentos; lugar de consulta e empréstimo de livros ordenadamente dispostos; lugar de armazenamento de livros, monografias e outros trabalhos acadêmicos, enciclopédias, dicionários, periódicos etc.

Atualmente esta definição foi ampliada, chegando-se mesmo a comumente redefinir o termo – lugar ou local, para **espaço**. Podemos inferir esta ampliação ao avanço do “mundo virtual” que tem facilitado em grande parte o acesso às mais

---

<sup>24</sup> Conforme a origem grega da palavra *biblion* (livro) e *theca* (depósito).

diversas obras. Assim, as bibliotecas assumiram pelo menos duas modalidades de espaço – o físico e o virtual.

Da “boa e tradicional biblioteca” em lugares físicos determinados, sejam públicos ou privados, em casa ou nas instituições (escolas, universidades, centros de pesquisa, Secretarias de Educação), aos atuais ambientes virtuais via rede mundial de computadores (internet). Do livro em papel impresso às possibilidades digitalizadas pelos bancos de dados em *PDF* e acessíveis gratuitamente via *downloads* a uma velocidade surpreendente, muito se modificou as clássicas formas das bibliotecas e dos livros<sup>25</sup>.

A variedade na composição dos acervos alcançou também uma ampliação considerável, inclusive sendo as bibliotecas, em alguns casos, denominadas de Centros de Documentação e Informação (CDI), tantos foram os tipos materiais que passaram a compor estes espaços.

Tomamos, inicialmente, como parâmetro para a nossa reflexão o livro impresso. Uma razão se apresenta para isto, já que como educadores(as) temos neste material um referencial em potencial, qual seja, o livro didático(LD). Porém, chamamos a atenção para um fato que rotineiramente é desconsiderado – este artefato é uma produção autoral e editorial direcionada a educandos(as), daí que sua tiragem anual no Brasil é considerada a mais elevada do mercado de livros. São milhões de LD que servem estudantes das redes públicas e privadas no país. Para ele foi criado até um programa governamental que se configura como uma política pública – o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que alcança todos os níveis e várias

---

<sup>25</sup> Estes últimos, inclusive em e-books, que são os livros digitais.

modalidades de ensino, avaliando, adquirindo e distribuindo-os para as escolas públicas em todo o território nacional.

Ele está presente nas bibliotecas, especialmente as públicas e nas escolares para leitura e consulta dos usuários. Lembramos, que se trata de um recurso didático de **uso dos(as) educandos(as)**, portanto, mesmo que as editoras também o produzam no formato de Manual do(a) Educador(a), este **não deve ser o único** recurso ao qual devemos e podemos recorrer, afinal em nossos cursos de graduação e nos momentos de formação continuada, seja na pós-graduação, em cursos de curta duração, nos eventos das áreas de atuação e, no caso do que abordamos aqui – nas bibliotecas, temos acesso à literatura atualizada nas temáticas em estudo, em seus aspectos teóricos e metodológicos.

Nessa mesma linha de uma política pública para o livro nas escolas, foi criado outro programa, desta feita o Programa Nacional da Biblioteca na Escola (PNBE). Este por sua vez é desenvolvido pelo governo federal desde 1997, com o objetivo de disponibilizar e incentivar docentes e discentes das escolas

*O PNBE se propõe a alcançar três ações destinadas a professores(as) e alunos(as): “avaliação e distribuição de **obras literárias**, cujos acervos literários são compostos por textos em prosa (novelas, contos, crônica, memórias, biografias e teatro), em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas), livros de imagens e livros de história em quadrinhos; o PNBE **Periódicos**, que avalia e distribui periódicos de conteúdo didático e metodológico para as escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio; PNBE do Professor, que tem por objetivo **apoiar a prática pedagógica** dos professores da educação básica e também da Educação de Jovens e Adultos por meio da avaliação e distribuição de obras de cunho teórico e metodológico.”*  
<<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>>

públicas estaduais e municipais a leitura e acesso a novos conhecimentos. É destinado pelo PNBE a essas escolas três tipos de material de leitura para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: obras de literatura, para pesquisas e de referência.

Desta forma, docentes e discentes tem de antemão para o seu trabalho cotidiano nas escolas o livro didático (PNLD) e os livros da biblioteca escolar (PNBE). Em se tratando das escolas públicas no estado da Paraíba, segundo o site da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba (2015), o número de escolas públicas estaduais é de 385. Já segundo site do IBGE (2012) o número de escolas da rede municipal tratada neste livro é: Areia - 27; Cajazeiras - 29; Campina Grande - 121; Catolé do Rocha - 23; João Pessoa 92; Rio Tinto - 25; Sapé - 39. Esses números apontam para uma significativa presença de bibliotecas escolares no estado atendidas pelo PNLD e PNBE.

Somados a estas, educadores(as) e educandos(as) dispõem em seus municípios de bibliotecas públicas com uma variada oferta de livros, como podemos ver a seguir.

## Bibliotecas Públicas nos Municípios

MUNICÍPIO	BIBLIOTECA	ENDEREÇO
Areia	Biblioteca Pública Municipal Rodrigues de Aquino	Rua Manuel da Silva, s/n, Centro 58.397-000
Cajazeiras	Biblioteca Pública Municipal Doutor Castro Pinto	Avenida Padre Rolim, s/n Centro 58.900-000
Campina Grande	Biblioteca Pública Municipal Félix Araújo	Rua Maciel Pinheiro, s/n Centro 58.100-070
Catolé do Rocha	Centro Estudantil de Cultura Geraldo Vandré	Rua Fundador Rocha, s/n Centro 58.884-000
João Pessoa	Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista	Rua Abdias Gomes de Almeida, 800 - Tambauzinho 58.042-100
	Biblioteca Pública Estadual Augusto dos Anjos	Rua General Osório, 253 - Centro 58.010-780
Rio Tinto	Biblioteca Pública Municipal José Américo de Almeida	Rua do Tambaú, 55 Centro 58.297-000
Sapé	Biblioteca Pública Municipal Augusto dos Anjos	Rua Simplício Coelho, s/n Centro 58.340-000

Outra possibilidade de acesso ao mundo dos livros se dá através das bibliotecas virtuais, também denominadas de digitais, vale ressaltar que elas se constituem como alternativas que ampliam as possibilidades de busca e acesso remoto às informações em âmbito local e global, este acesso pode ser feito a partir da infraestrutura oferecida pelas redes de telecomunicação públicas e privadas.

Essas novas bibliotecas virtuais ainda têm por base a existência de bibliotecas físicas, para a partir destes acervos

mudarem o suporte e disponibilizarem na rede mundial de computadores as publicações, digitalizadas ou eletrônicas.<sup>26</sup>

Essas novas bibliotecas dependem das tecnologias de informação e comunicação, e de uma atualização permanente e rápida dos recursos e suportes virtuais. Mas, as vantagens de seu uso são bem oportunas, já que os(as) usuários(as) podem fazer as consultas a hora que lhes convém e dos mais distintos lugares – de casa, do trabalho, da escola etc. O acervo dessas bibliotecas estão sempre disponíveis, suprimindo algumas das dificuldades comumente enfrentadas nas bibliotecas físicas, tais como, os livros estarão sempre disponíveis e nunca na condição de emprestados, as pessoas que consultam podem inclusive guardar o material disponibilizado em seus arquivos pessoais ou mesmo imprimir quando for permitida esta alternativa.

A Biblioteca Nacional<sup>27</sup> criada em 1810, com sede na cidade do Rio de Janeiro, é atualmente a maior biblioteca da América Latina. Recebe, para compor o seu acervo, um exemplar de obras publicadas no Brasil, em qualquer suporte físico, destinada à venda ou distribuição gratuita, assegurando assim, o registro e a guarda da produção intelectual nacional.

Em 2006, foi lançada a Biblioteca Nacional Digital – BNDigital<sup>28</sup>, que disponibiliza coleções da Biblioteca Nacional digitalizadas com o objetivo de democratizar o acesso da população aos livros, revistas, jornais, documentos, fotografias,

---

<sup>26</sup> A publicação digitalizada é originalmente impressa e passa por um processo de digitalização ou escaneamento, e a eletrônica já é produzida em suporte virtual.

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://www.bn.br/>>

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>

gravuras, entre outras obras, que compõem o seu acervo, na condição de domínio público ou com autorização de publicação do titular do direito autoral.

Outra possibilidade de consulta é o Portal de Periódicos<sup>29</sup>, que é mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação e oferece acesso a periódicos eletrônicos, desde 2000. Reúne publicações nacionais e estrangeiras, nele é possível acessar tanto resumos como os textos integrais de artigos, dissertações e teses. Este Portal se constitui em uma ferramenta importante para as atividades de ensino e pesquisa no Brasil.

Várias organizações governamentais ou não governamentais criaram e mantêm sítios eletrônicos incluindo bibliotecas virtuais, que apresentam interface com as temáticas: memória, resistência, verdade, direitos humanos e Ditadura Militar, a exemplo dos citados a seguir.

### **Sítios na Internet**

**ARMAZÉM MEMÓRIA.** Sítio na internet que visa colaborar com o desenvolvimento de políticas públicas que possam garantir ao cidadão brasileiro o acesso à sua memória histórica, através de Bibliotecas Públicas Virtuais. Reúne de forma digital: coleções de periódicos, depoimentos, livros, vídeos, áudios, artigos, documentos e imagens. É um espaço virtual de natureza histórica e educativa com foco nos direitos humanos, cujo conteúdo é de interesse público. Por ele, por exemplo, se

---

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>

pode ter acesso ao *Relatório Final do Projeto Brasil Nunca Mais*, que deu origem ao livro publicado pela Editora Vozes. Disponível em: <[www.armazemmemoria.com.br](http://www.armazemmemoria.com.br)>

**DHnet – Rede de Direitos Humanos & Cultura.** Este sítio eletrônico criado em 1995, por um grupo de ativistas de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte, logo se tornou uma rede prestando um amplo serviço de divulgação e visibilidade das temáticas Direitos Humanos, Cibercidadania e Educação & Direitos Humanos, entre outras. Apresenta informações e publicações sobre as Comissões e Comitês da Verdade no Brasil e no mundo. Disponível em: <<http://dhnet.org.br/>>

### **MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS NO MERCOSUL – BIBLIOTECA E MATERIAIS DIDÁTICOS.**

O “Projeto Memória e Direitos Humanos no MERCOSUL – Biblioteca e Materiais Didáticos” mantém uma Biblioteca Virtual, com o objetivo de contribuir para fortalecer a capacidade dos sistemas educativos para a formação democrática nos países do MERCOSUL e oferecer ferramentas de reflexão e formação sobre a temática. A Biblioteca é formada por produções literárias, musicais, teóricas, audiovisuais sobre direitos humanos e memória do passado recente na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A seleção de materiais que integram as diferentes coleções é resultado de um levantamento realizado por cada país e responsabilidade de seus respectivos Ministérios da Educação. Além das coleções, o projeto oferece estratégias didáticas para a utilização dos materiais publicados

e o guia de procedimentos utilizado para seu levantamento. Disponível em: <[www.memoriaenelmercosur.educ.ar](http://www.memoriaenelmercosur.educ.ar)>

Como podemos ver, as possibilidades de trabalhar com o livro e a leitura são plurais, disponíveis e de fácil acesso, seja nas bibliotecas municipais/estaduais, nas bibliotecas das escolas públicas (PNLD/PNBE), em bibliotecas particulares ou em bibliotecas virtuais (internet). A formação de leitores(as) para a vida toda é fundamental para preservar memórias e histórias. No caso da temática deste livro, ler sobre a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), os desdobramentos do seu estabelecimento, as resistências, o seu fim e as consequências, devem apontar a perspectiva de conhecer **para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça!**



**Referências para ampliar o conhecimento sobre a temática do capítulo.**

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE): leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras*. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2008.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 2009.

MARCHIORI, Patrícia Zeni. "Ciberteca" ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. *Ciência da Informação*. v. 26 n. 2. Brasília, Maio/Ago. 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651997000200002>>

MAROTO, Lúcia Helena. *Biblioteca escolar, eis a questão!* Do espaço de castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NEVES, Iara C. Bitencourt. Ler e escrever na biblioteca. In. \_\_\_\_\_. *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

VILLARDI, Raquel. *Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

ECO, Umberto e CARRIÈRE, Jean-Claude. *Não contem com o fim do livro*. Rio de Janeiro: Record, 2010.



*Sugestão  
de  
Atividade*

**OBJETIVO:**

Conhecer bibliotecas como espaço físico e virtual, com suas possibilidades de pesquisa para aproximação e apreensão de conteúdos relacionados às temáticas Ditadura Militar, Direito à Memória e à Verdade.

**ATIVIDADES:**

1. Realizar pesquisa na biblioteca da escola ou da cidade sobre as temáticas da Ditadura Militar, Direito à Memória e à Verdade.

2. Utilizar as possibilidades tecnológicas para uma visita virtual aos sítios eletrônicos indicados, com leitura de algum texto sobre as temáticas da Ditadura Militar, Direito à Memória e à Verdade.

3. Educador(a), na perspectiva do que apresentamos no terceiro capítulo da primeira parte deste livro, intitulado de **Sequência Didática - Uma Forma de Planejar a Prática Docente para a abordagem do Direito à Memória e à Verdade no Brasil**, e utilizando livros disponíveis em bibliotecas públicas e/ou privadas, físicas e/ou virtuais, elabore junto com seus(suas) educandos(as), uma proposta de SD temática sobre **“Direitos à memória e à verdade... educar para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça!”**

## LITERATURA DE CORDEL





*Ditadura nunca mais!  
Afirmo ao fim desta história  
Na esperança de que os jovens  
Tenham o caso na memória  
Assuntem que ditadura  
Sempre é vil, nefasta, inglória.*  
(Janduhi Dantas, 2015)

Singelo e intrigante: papel, barbante ou grampos, poucas imagens, rimas e muita criatividade e temos a receita certa para a Literatura de Cordel. Com características bem singulares, este gênero se distingue dos demais por: conter ilustrações feitas por xilogravuras<sup>30</sup> que ilustram as capas do folheto; retratar o contexto histórico e a essência da cultura popular com “causos” e tradições regionais contribuindo para a continuidade da memória popular; por atingirem um grande público, visto o preço acessível; fazer uso de descrição de situações, personagens, súplicas e preces por parte do protagonista; por desenvolver histórias a partir de uma problemática central a ser resolvida com a sabedoria do personagem principal.

No Brasil, a Literatura de Cordel ganhou contornos bem característicos e uma simpatia especial dos seus leitores ao

---

<sup>30</sup> É uma técnica que consiste originalmente no uso de desenhos entalhados e pintados em relevo na madeira e que servem para reprodução de imagens em papel ou outros suportes.

\* Xilogravura de autoria de José da Costa Leite do município de Sapé/PB, intitulada “Pau de Sebo”, s.d. Disponível em: <<http://galeriabrasiliana.com.br/galeria/acervo/outras-tecnicas/costa-leite/>>

retratar o cotidiano com toques sentimentais de humor, saudade, protesto etc. É considerado um gênero literário popular, sendo comum resultarem de relatos orais que codificados na língua portuguesa ganham também o título de folhetos.

É atribuído o nome de cordel a designação portuguesa para os folhetos expostos à venda pendurados em cordas (cordéis e/ou barbantes). Os seus autores são chamados de cordelistas e eles próprios em geral recitam suas estrofes de dez, oito ou seis versos e para isso capricham na declamação melodiosa e cadenciada, algumas vezes até acompanhados de uma boa viola.



Tornou-se tão presente no país que até ganhou, no ano de 1988, no Rio de Janeiro um lugar especial – a Academia Brasileira de Literatura de Cordel<sup>31</sup>. De literatura predominantemente nordestina vendida em feiras livres, o cordel passou a ser composto e comercializado em outras regiões brasileiras, estando hoje presente em feiras culturais, em casas de cultura, livrarias, escolas e, claro nas apresentações dos próprios cordelistas.

No que se refere à nossa temática em pauta, a Literatura de Cordel teve um papel importante já que se configurou como

---

<sup>31</sup> Plataforma digital disponível em: <<http://www.ablc.com.br/aablc.html>>

um discurso popular protagonista de resistência à Ditadura Militar nas décadas de 1960-1970 e início dos anos de 1980. Isso se torna evidente de duas maneiras, seja no próprio folheto com autoria dos cordelistas, seja em trabalhos acadêmicos de autoria de pesquisadores.

Educador(a), a seguir selecionamos alguns cordéis referentes a nossa temática “Direito à Memória e à Verdade” com relação à Ditadura Militar no Brasil. Não foi uma tarefa fácil, considerando a significativa produção encontrada em termos de quantidade e qualidade dos cordéis.

Nossa intenção foi indicar algumas obras de cordelistas da Paraíba no contexto das vivências da ditadura entre as décadas de 1960/1970/1980, na perspectiva de estimular o uso deste gênero da literatura em suas aulas

Lembrando que, para além do Cordel em formato impresso que pode ser encontrado em feiras, livrarias, bancas de revistas, e muitas vezes diretamente com o cordelista, atualmente é possível o acesso a Cordéis digitalizados<sup>32</sup>, informações sobre xilogravuras, histórico e características do cordel que podem auxiliá-lo para além da pesquisa e do estudo, na mediação em sala de aula e inclusive na elaboração de Cordéis pelos(as) alunos(as). Neste sentido, apresentamos o quadro a seguir que pode ser acrescido e se transformar em uma “cordelteca” didática.

---

<sup>32</sup> Cordéis digitalizados disponíveis em: <<http://www.ablc.com.br/cordeis.html>>

## Literatura de Cordel paraibana sobre o contexto da Ditadura Militar e a resistência.

Literatura de Cordel	Autor/Ano/Local	Sinopse
Porque o mundo é assim?	José Francisco de Souza 1969 Guarabira-PB	Este cordel composto em plena Ditadura Militar trata das desigualdades sociais e suas contradições, critica a burocracia das instituições e o poder de mando dos dirigentes governamentais, no caso os militares. Elabora uma sutil e conexas crítica aos poderes legislativo e executivo, no primeiro apontando contradições conjunturais e, já com relação ao segundo o autor aborda a falta de decisão política para dirimir as desigualdades sociais sustentadas pela hegemonia militar. A pergunta que dá título ao Cordel é retomada no final do poema na perspectiva de convocar o leitor à mudança.
Se Deus fosse brasileiro	Francisco Pedrosa 1977 João Pessoa-PB	Composto e declamado na segunda metade da década de 1970, só foi publicado em 2006. Usando a máxima corriqueira do mote “se Deus fosse brasileiro”, o poeta estabelece uma fábula religiosa através de um paralelo entre determinados santos cristãos e o cuidado com países específicos espalhados pelo mundo. O Brasil tem seu “santo protetor”, mas que parece relaxar com a missão que lhe foi confiada, o que possibilita o estabelecimento de uma Ditadura Militar. O poeta faz a sua crítica social e trata de elementos presentes na realidade brasileira a exemplo de: repressão, confusão, ditadura, arrocho salarial, multinacionais e desrespeito às leis trabalhistas, carestia.

<p>Margarida Maria Alves: é melhor morrer na luta do que morrer de fome</p>	<p>Silas Silva da Paraíba 1988 Campina Grande-PB</p> <p>Disponível em: &lt;<a href="http://poetasilas.silvacordel.blogspot.com.br/">http://poetasilas.silvacordel.blogspot.com.br/</a>&gt;</p>	<p>O Cordel trata do assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, em 12 de agosto de 1983, em Alagoa Grande-PB. Ela fazia parte, desde a década de 1970, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba que desempenhou importante papel junto aos trabalhadores canavieiros do estado da Paraíba. O autor chama a atenção para o perigo do esquecimento sobre acontecimentos tão violentos quanto este e afirma que a privação da memória, de tal “injustiça bruta” e impunidade ficaram escritas na história. O seu Cordel é uma chamada aos trabalhadores, a exemplo de Margarida Alves, não abandonem a luta e o enfrentamento às ameaças, às espreitas e emboscadas, aos mandantes do crime e ao carrasco que oprime.</p>
<p>O cordel da reforma agrária</p>	<p>Medeiros Braga 2007 Nazarezinho-PB</p>	<p>O cordelista, economista de formação trata da questão da terra em vários momentos da história brasileira, contextualizada antes, durante e depois da implantação da Ditadura Militar no país. Afirma que a reforma agrária foi negada ao povo brasileiro, que organizado nas Ligas Camponesas enfrentou a ditadura com firmeza. Destaca que jamais se deve esquecer as “prisões, torturas, mortes que puderam acontecer aos que tinham a ousadia de dar um não ao poder”. Por fim, lembra que o Estatuto da Terra “veio para manter controlada a fúria dos camponeses, sua luta organizada servia mais para assegurar o poder do estado (...) só o que houve de bom em tudo que foi criado foi o forte movimento dos sem terras organizados”.</p>

<p>O misterioso atentado ao bispo de Cajazeiras</p>	<p>Janduhi Dantas Martins 2015 Patos/Cajazeiras- PB</p>	<p>Aborda, em uma linguagem popular, poética e conscientizadora, um fato histórico ocorrido no sertão paraibano, mas que não se ateve a este limite geográfico, pois se deu no contexto da Ditadura Militar brasileira – trata-se do atentado a bomba que aconteceu na noite do dia 2 de julho de 1975, no Cineteatro Apolo XI que pertencia a Diocese de Cajazeiras, no qual 2 pessoas morreram e 3 ficaram feridas. O acontecimento fez parte das investigações da Comissão Estadual da Verdade, que entre outras constatações, retomou as versões que marcaram o atentado direcionado ao bispo da cidade, Dom Zacarias Rolim de Moura, que tinha posições políticas conservadoras e de direita. Ele era frequentador assíduo da programação do cinema, inclusive com cadeira cativa. A suspeita recaiu na sua direção enquanto alvo do atentado por ter sido encontrada uma pasta 007 na qual estaria a bomba que detonou, justamente sob aquela cadeira. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia militantes de esquerda e era o principal alvo da Ditadura Militar foi acusado de ser o executor do atentado, ao que rebateu imediatamente essas insinuações, acusando o próprio governo de tramar o fato para incriminar o MDB e acirrar o processo de perseguição aos propósitos de abertura política no Brasil. O religioso não foi atingido, pois naquele dia viajou a outro estado, livrando-se assim deste trágico ato de violência. O cordelista afirma que “Foi um momento muito triste e que precisa ser contado de forma mais fiel e crítica possível para que os jovens aprendam com a História e jamais repitam os erros cometidos no passado.”</p>
---	---	--

<p>A história de Elizabeth e João Pedro Teixeira</p>	<p>Albinete de França 2012 Pombal-PB</p>	<p>Cordel elaborado a partir do Curso de Formação “Educação em Direitos Humanos e Cidadania: Uma escola sem violência, homofobia e racismo”, realizado pela então Gerência Operacional de Integração Escola Comunidade – GOIESC da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba em parceria com o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, na ESPEP, em 2012. A autora tratou da trajetória das lideranças camponesas João Pedro Teixeira, assassinado em 1962, e sua esposa Elizabeth Altina Teixeira, que continuou na luta até os dias de hoje, mesmo com a idade avançada.</p>
--	--	--

O Cordel retrata em seus versos os episódios importantes ocorridos no cotidiano do seu criador ou acontecimentos importantes do seu bairro, da sua cidade, da sua região, do seu estado, do seu país, ou seja, esta literatura marca o momento vivido em seus folhetos. Assim, educador(a), além de informativo a literatura de cordel é um recurso atrativo, dinâmico e divertido que, através de seu formato estabelece uma proximidade com a nossa realidade e pode perpetuar a memória da cultura popular. Assim, como recurso didático, essa literatura possibilita o diálogo mais aproximado com o cotidiano do aluno, visto que o Cordel abre caminhos para a difusão de um conhecimento singular e popular.

**E no contexto da Ditadura Militar? E qual seria a função social do Cordel na perspectiva da temática do Direito à Memória e à Verdade?**

O Cordel é uma literatura de resistência e de contestação das classes mais simples que constroem diariamente, através

da sua vivência cotidiana, os seus saberes e suas formas de participar como sujeito protagonista na história. Desta forma, este gênero literário pode ser utilizado em sala de aula não apenas como material de consulta e pesquisa, mas também como estímulo à produção pelos(as) próprios(as) alunos(as), que em torno da temática sobre **o Direito à Memória e à Verdade**, munidos de um conhecimento prévio sobre a Ditadura Militar, podem utilizar a criatividade para elaborar outros folhetos de cordel com novos e diversos olhares e sentidos.

Desta maneira, os recursos didáticos, tal como a Literatura de Cordel, são mediadores no processo de construção de conhecimento e podem contribuir em dois sentidos: na análise dos versos de um cordel que aborde um tema específico, como também, na sua origem: Como surgiu o Cordel? Quais são as características específicas do Cordel? O que o torna “popular”? Quem são seus autores e quais são seus leitores? Qual sua intenção? São questões que podem despertar a consciência histórica dos(as) alunos(as) inclusive sobre a própria temática do **Direito à Memória e à Verdade**.

A literatura, segundo Carvalho (2010) e Pesavento (2005), tem interesse em mostrar como as pessoas concebem, vivem e representam a si mesmas e o mundo no qual estão inseridas. Busca representar inquietudes e questões que movem os homens e as mulheres em cada época da sua história. Neste sentido, educador(a), a função social do Cordel, mediante esta temática, ao ser utilizado em sala deve retratar a repressão, a luta, o regime autoritário, a memória coletiva, as relações sociais e de poder, a resistência, o cotidiano das

pessoas, o contexto da sociedade, sem deixar de estabelecer relações temporais que provoquem o pensamento do aluno.

Desta forma educador(a), a literatura popular em verso, para além de um recurso didático provocador de reflexão, pode favorecer a mudança social, como também, constituir um meio de ação política programada, intencional ou implícita. Assim, é fundamental que o folheto seja antes de mais nada problematizador de reflexão e questões referentes ao **Direito à Memória e à Verdade**.

Desejamos educador(a) que, a partir do conhecimento prévio dos seus alunos, você possa provocar inquietações sobre o tema da Ditadura Militar e elaborar propostas interdisciplinares, visto que o Cordel é uma literatura que pode ser dialogada para a construção de conhecimento com as mais variadas disciplinas. Neste sentido, o uso desta literatura como recurso didático não esgota as possibilidades, mas abre um caminho para vários debates em sala de aula.



### **Referências para ampliar o conhecimento sobre a temática do capítulo.**

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; et al. *Ensino de história*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

DANTAS, Janduhi. *O misterioso atentado ao bispo de Cajazeiras*. Campina Grande: s. ed., 2015. (Cordel)

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SLATER, Candace. *A Vida no Barbante: a literatura de cordel no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

SOUSA, Manoel Matusalém. *Grito do oprimido no cordel: uma escola de resistência à ditadura militar*. Tese de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB. João Pessoa, 2007.

SOUZA, José Francisco. *Porque o mundo é assim?* Guarabira/PB: Tipografia Pontes, 1969. Ilustração em Xilografia de J. Barros. (Cordel)

PEDROSA, Francisco. *Se Deus fosse brasileiro*. João Pessoa/PB: s. ed., 1997. Publicado pela Cordelteca Siqueira de Amorim (2006). (Cordel)

### Sites:

Cordel, literatura popular em verso. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <<http://www.casaruibarbossa.gov.br/cordel.html>>

Acorda Cordel. Disponível em: <<http://acordacordel.blogspot.com.br/2011/05/cordeis-gratis.html>>

BRAGA, Medeiros. *O cordel da reforma agrária*. Nazarezinho/PB: 2007. Disponível em: <<http://antigo.mst.org.br/node/5032>> (Cordel).



### Sugestão de Atividade

**OBJETIVO:** Identificar a Literatura de Cordel como recurso didático para a abordagem temática de memórias e esquecimentos referentes à Ditadura Militar brasileira e seus desdobramentos para a garantia dos “Direitos à Memória e à Verdade... educar para que nunca mais aconteça!”

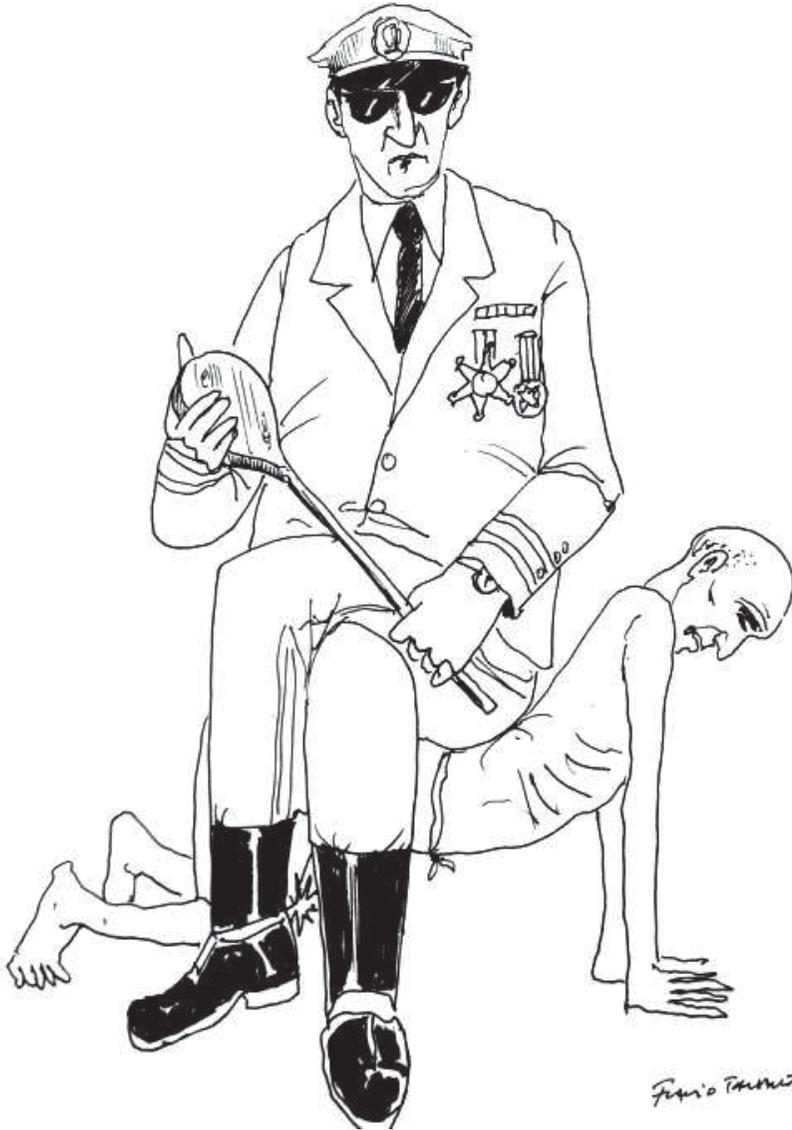
## ATIVIDADES:

Educador(a) é importante ter um plano intencional ao utilizar a Literatura de Cordel, não apenas apresentando, mas fazendo uso de todas as suas potencialidades. Você pode iniciar o tema com os versos, contando o que vem a ser um Cordel, pode fazer uso do recurso para intensificar o conteúdo ou para finalizar o assunto.

1. Solicitar aos(as) alunos(as) que façam uma pesquisa sobre Cordéis que abordem as temáticas da Ditadura Militar, Direito à Memória e à Verdade. Esta pesquisa pode ser: feiras, livrarias, com amigos, familiares, internet etc. Munidos destes Cordéis organize com os(as) alunos(as) um mural de apresentação com cordão e pegadores. Em seguida, pedir que eles(as) declamem os seus Cordéis e iniciem um debate mediado pelo(a) educador(a), finalizando a atividade com a elaboração em grupo de folhetos sobre a Ditadura Militar no Brasil e seus desdobramentos.

2. Educador(a), na perspectiva do que apresentamos no terceiro capítulo da primeira parte deste livro, intitulado de **Sequência Didática - Uma Forma de Planejar a Prática Docente para a abordagem do Direito à Memória e à Verdade no Brasil**, e utilizando a Literatura de Cordel, elabore junto com seus(suas) educandos(as), uma proposta de SD temática sobre **“Direitos à memória e à verdade... educar para que nunca mais aconteça!”**.

## DEPOIMENTO





**A voz no papel...** esse bem poderia ser o título deste capítulo, que trata exatamente dos registros orais, tomados por depoimentos, devidamente consentidos, de pessoas que sofreram de alguma forma com as determinações da Ditadura Militar no Brasil: perseguições, exílios, morte e desaparecimento de familiares e/ou amigos, demissões, entre outros. Trata de relatos dessas

pessoas que estão sendo devidamente transcritos e digitalizados, compondo um novo acervo para o estudo do período em pauta.

Nos anos de 2010 e 2011, a UFPB desenvolveu o projeto “Compartilhando Memórias: as que não serão esquecidas”, registrando em audiovisual<sup>33</sup>, depoimentos de 25 pessoas em 12 sessões públicas. As pessoas foram escolhidas com a intenção de se ter um panorama que demonstrasse o impacto da Ditadura Militar nas mais diversas áreas, quais sejam: na educação, no meio artístico, no campo e no movimento sindical. Além disso, também se registrou depoimentos de familiares, especificamente, filhas de lideranças que sofreram as consequências das perseguições aos seus pais. Segue o quadro identificando as pessoas e suas áreas de atuação. Algumas dessas pessoas eram vinculadas a movimentos ou partidos

---

<sup>33</sup> Estas gravações estão disponíveis no site do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos <[www.cchla.ufpb.br/ncdh](http://www.cchla.ufpb.br/ncdh)>

políticos clandestinos, a exemplo da Aliança Libertadora Nacional – ALN, Ação Popular – AP, Campanha de Educação Popular – CEPLAR, Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba – CDDH, Juventude Universitária Católica – JUC, Partido Comunista Brasileiro – PCB, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR.

### Testemunhos no Projeto Compartilhando Memórias

CATEGORIA	NOME	ATIVIDADE
Artistas	Carlos Antônio Aranha de Macedo	Músico e estudante universitário
	Flávio Tavares	Artista plástico e estudante secundarista
	Jomard Muniz de Brito	Poeta e educador universitário
	Fernando Teixeira	Diretor de teatro
	Zezita Matos	Atriz de teatro e educadora
Camponesa	Elizabeth Altina Teixeira	Presidente das Ligas Camponesas, em Sapé-PB
Estudantes secundaristas	Ariosvaldo da Silva Diniz	PCB, PCBR, ALN
	Fernando Antonio Moura de Lima	PCB, CDDH
	José Emilson Ribeiro da Silva	PCB, PCBR, ALN
Estudantes universitários	Ana Rita Castro de Almeida	Serviço Social (UEPB)
	Jader Nunes de Oliveira	Engenharia (UFPE)
	Maria de Lourdes Meira	Filosofia (UFPB), JUC, AP, PCB
	Rubens Pinto Lyra	Direito (UFPB)
	Simão de Almeida Neto	Engenharia (UFPB), PCB
	Wilma Batista de Almeida	História (UFPB), JUC

Sindicalistas	Maria da Soledade Leite	Sindicato Rural
	Samuel Firmino de Oliveira	Operário, bancário, preso em Itamaracá, PCB, PCBR
Docentes	Agassiz Amorim de Almeida	Educador do curso de Direito da UFPB e advogado das Ligas Camponesas
	Maria Salete Van der Pöel	Educadora secundarista com atuação na CEPLAR
	Elisa Bezerra Mineiros	Educadora do curso de Serviço Social da UFPB
Presos em Itamaracá *	José Adeildo Ramos	Marinheiro, PCB, PCBR
	José Calistrato Cardoso Filho	PCB, ALN
Famíliares de militantes falecidos	Anita Leocádia Pereira	Filha do líder sindical José Peba Pereira (Campina Grande-PB)
	Ludmila Gomes da Silva	Filha do advogado das Ligas Camponesas José Gomes da Silva (João Pessoa-PB)
	Waldenice do Nascimento Silva	Filha da líder sindical rural Maria da Penha do Nascimento Silva (Alagoa Grande-PB)

\* Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá, em Pernambuco.

Fonte: Relatório do Projeto Compartilhando Memórias. UFPB, 2012.

A título de ilustração, apresentamos alguns trechos dos depoimentos de José Emilson Ribeiro da Silva e de José Adeildo Ramos. O primeiro estudante secundarista apresenta elementos para compreendermos as duas forças em conflito: repressão e resistência. Nascido em Serraria-PB, residia com sua família na capital do estado. Logo envolveu-se no movimento estudantil e certo dia estava assistindo aula no colégio Liceu Paraibano, quando foi levado para depor:

*Contei com a paciência solidária do Diretor Ivan Guerra que me acompanhou na DOPS e no Grupamento de Engenharia, onde fui interrogado mas não sofri tortura alguma, embora outros colegas da UPES que lá foram interrogados o Major Fernandes obrigou a engolir piolas de cigarro acesas. (FERREIRA e FERREIRA, 2012a)*

Diante da situação de insegurança na Paraíba, José Emilson resolveu dar continuidade à luta contra a Ditadura Militar na cidade do Recife-PE. Chegando lá conseguiu apoio dos irmãos maristas:

*Fiquei lá escondido e depois ganhei outros rumos. A mesma sorte não teve o colega Eraldo, que ficou em uma casa de freiras, em Apipucos, que foi preso por denúncia de uma freira de outra casa. (FERREIRA e FERREIRA, 2012a)*

José Emilson ficou sabendo que a sua família sofreu pressões para informar o seu paradeiro, pois estava na clandestinidade:

*Um irmão foi preso para dar conta onde eu estava, uma irmã que era casada com um sargento do exército, por sinal da linha dura, quando foi tirar a carteira de motorista e lá foi presa. Tudo isso são pressões sem levar em conta a vigilância na porta da minha casa, na esquina... (FERREIRA e FERREIRA, 2012a)*

José Adeildo Ramos, paraibano nascido em Prata, à época distrito de Monteiro, era marinheiro no Rio de Janeiro em 1964, quando participou da sublevação liderada pelo Cabo

Anselmo<sup>34</sup> em favor de João Goulart. No confronto foi alvejado com um tiro no pé, ficando preso no hospital naval por dois meses. Ao receber alta do hospital, foi expulso da Marinha e processado por indisciplina e amotinamento. Ficou no presídio naval e depois foi transferido para a penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, onde ficou preso por 2 anos:

*Olha, um dos piores momentos da minha vida. Dois anos, eu imaginava “pelo amor de Deus, quando é que eu vou sair”. E mandaram a gente pra lá, oito ex-marinheiros, (...) no meio dos presos comuns. Nos jogaram junto deles, dos piores marginais do Rio de Janeiro. (...) Não tinha nada contra eles, mas... Eram marginais. E foi um período muito difícil. Mas aí foram chegando os outros, e foi aumentando o número, e aí eles temiam também, e a gente também começou a fazer uma política de ganhá-los, de mostrar pra eles a situação nossa, e a deles também. (...) Então só existia uma saída pra eles se engajando no movimento revolucionário junto com a gente. E a gente foi ganhando as pessoas, foi ganhando. (FERREIRA e FERREIRA, 2012b)*

Outros depoimentos vieram a se somar aos já citados, a partir da atuação da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, cuja finalidade é buscar o esclarecimento às violações aos direitos humanos que foram praticadas contra paraibanos no estado ou fora dele durante a vigência da Ditadura Militar brasileira, especialmente aquelas praticadas por agentes públicos. A intenção é o de estabelecer legalmente o direito à memória e à verdade corroborando na consolidação de um estado democrático de direito.

---

<sup>34</sup>O cabo Anselmo foi um dos líderes do movimento pró-João Goulart e só anos depois foi descoberto que ele atuava como agente da repressão infiltrado nos movimentos de esquerda.

A Comissão realizou 25 audiências públicas e 10 privadas<sup>35</sup>, registrando mais de cinquenta depoimentos na primeira e mais de quinze na segunda. Mantém duas páginas na internet, uma vinculada ao Governo do Estado<sup>36</sup> e a outra na rede social do *Facebook*<sup>37</sup>. Nelas, podemos encontrar: regimento, constituição de membros, os grupos de trabalho, atas, publicações, datas de audiências, divulgação e informes.

Os depoimentos registrados no projeto Compartilhando Memórias e nas audiências e oitivas da CEVPM-PB apresentam informações sobre acontecimentos em vários municípios paraibanos, dos quais destacamos alguns ocorridos em Areia, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, João Pessoa, Rio Tinto e Sapé.

### Impactos da Ditadura Militar na Paraíba

Município	Acontecimentos
Areia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cassação de mandato eletivo de deputado estadual e demissão do cargo de educador da Escola de Agronomia do Nordeste: Francisco de Assis Lemos de Souza (PSB), em 1964.</li> <li>• Perseguição a estudantes secundaristas e universitários</li> </ul>
Cajazeiras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• atentado com bomba-relógio no Cine-Teatro Apolo XI, que matou 2 pessoas: Altino Soares e Manuel Conrado; e deixou 3 feridas: Geraldo Galvão de Souza, Geraldo Justino Conrado e Altino Saturnino da Silva, em 02/07/1975.</li> <li>• Possível alvo era D. Zacarias Rolim de Moura, bispo conservador da Diocese de Cajazeiras. Inquérito contra a</li> </ul>

<sup>35</sup> Essas são conhecidas como “oitivas”, e se dão quando os depoentes solicitam uma maior privacidade para revisitarem as suas memórias.

<sup>36</sup> Disponível em: <http://www.cev.pb.gov.br/index.php/inicio/>

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Comiss%C3%A3o-Estadual-da-Verdade-e-da-Preserva%C3%A7%C3%A3o-da-Mem%C3%B3ria-da-Para%C3%ADba/514365201954849?fref=ts>

	<p>Rádio Difusora de Cajazeiras, por dar espaço na programação à Vigília de Protesto pela não realização das eleições municipais, entre os dias 15 e 16/11/1980.</p>
<b>Campina Grande</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cassação de mandato eletivo do prefeito Newton Vieira Rique (1964)</li> <li>• Cassação de mandato eletivo do prefeito Ronaldo Cunha Lima e o vice-prefeito Orlando Almeida (1969)</li> <li>• Cassação de mandato eletivo de deputado estadual: Langstein de Almeida e dos suplentes Agassiz Amorim de Almeida e Antônio Figueiredo Agra (1964)</li> <li>• Cassação de mandato eletivo de deputado federal: Vital do Rego (1964)</li> <li>• Perseguição ao sindicalista José Pereira dos Santos, conhecido como <b>Peba</b>.</li> <li>• Perseguição a estudantes universitários da UFPB, em 1969, impedidos de se matricular. Perseguição a educadores(as) da Faculdade de Economia e da Escola Politécnica em 1969.</li> <li>• Educandos da Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE), atualmente Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), punidos com suspensões temporárias ou definitivas, em 28/02/1969.</li> <li>• Identificação de locais de tortura em granjas privadas</li> </ul>
<b>Catolé do Rocha</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Guerrilha de Catolé, em 1969, iniciativa de 19 jovens estudantes para treinamento na Serra do Capim-Açu, 3 cumpriram pena no Presídio do Roger, em João Pessoa: Ariosvaldo da Silva Diniz (Ari), Ubiratan Cortez Costa (Bira) e Francisco Alves Dantas (Cacheado).</li> <li>• Morte de João Roberto Borges de Souza, estudante de Medicina, em açude na comunidade Olho d'Água, em 10/10/1969.</li> </ul>
<b>João Pessoa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cassação de mandatos eletivos dos vereadores Antônio Augusto de Arroxelas Macedo, do PSB, dos suplentes José Gomes da Silva (Zé Moscou) e Leonardo Leal (1964).</li> <li>• Perseguição a lideranças sindicais, entre eles Luiz Hugo Guimarães, presidente do Sindicato dos Bancários, que cumpriu prisão na ilha de Fernando de Noronha (1964).</li> <li>• Perseguição a estudantes secundaristas: Antonio Soares Lima (Help), José Emilson Ribeiro da Silva e Washington Rocha.</li> <li>• Exonerações na UFPB: do reitor Mário Moacyr Porto (1964) e</li> </ul>

	<p>do diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, educador Paulo Pires (1969).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Perseguição a educadores(as) da UFPB, com suspensão de pagamento e ou de contrato.</li> <li>• Perseguição a estudantes universitários da UFPB, impedidos de se matricular nas: Faculdade de Ciências Econômicas; Faculdade de Direito; Escola de Engenharia; Escola de Serviço Social; Faculdade de Filosofia; Faculdade de Medicina; Faculdade de Farmácia e Bioquímica; Escola de Enfermagem.</li> <li>• Identificação de locais de tortura em prédios públicos</li> <li>• Repressão a greve de educadores(as) da rede estadual (década de 1980)</li> </ul>
<b>Rio Tinto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cassação de mandato eletivo do prefeito Antônio Fernandes de Andrade (Bolinha), também presidente do Sindicato dos Têxteis, do vice-prefeito Durval Francisco de Assis, dos vereadores Alcides Pereira da Silva, Manoel Ferreira Ramos e do suplente Paulo Francisco de Assis, todos do PSB (1964).</li> </ul>
<b>Sapé</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• João Pedro Teixeira, presidente Liga Camponesa de Sapé, foi assassinado em 1962.</li> <li>• Cassação de mandato eletivo do vereador João Alfredo Dias (Nego Fuba), organizador da Liga Camponesa de Sapé, militante do PCB, foi preso no 15 RI e é um desaparecido político, desde 1964.</li> <li>• Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro), vice-presidente Liga Camponesa de Sapé, foi preso no 15 RI e é um desaparecido político, desde 1964.</li> <li>• Elizabeth Altina Teixeira, presidente Liga Camponesa de Sapé, viúva de João Pedro Teixeira, foi presa no 1º Grupamento de Engenharia. Viveu na clandestinidade por 17 anos, até a Lei da Anistia.</li> <li>• Perseguição a muitos outros camponeses.</li> <li>• Identificação de locais de tortura em delegacia de polícia</li> </ul>

Tantas vidas, tantas histórias! Já imaginou a importância e pertinência de uma fonte histórica como essa – o depoimento oral? Pois é, este recurso permite conhecer histórias individuais e coletivas que de outra forma estariam perdidas e

silenciadas, registrar esses testemunhos através de entrevistas, de relatos de experiência e na gravação de audiências, permitiram dar outro significado a história de um passado recente do Brasil, passado esse que é importante resgatar para ter o direito à memória e à verdade, especialmente para que vivências tão dolorosas nunca mais aconteçam!



**Referências para ampliar o conhecimento sobre a temática do capítulo.**

ALBERTI, Verena. Fontes orais – histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

CITTADINO, Monique. *Poder local e ditadura militar*. O governo João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru-SP: EDUSC, 2006.

\_\_\_\_\_. *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945/1964)*.

João Pessoa: Universitária/UFPB/Ideia, 1998.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Ditadura Militar na Paraíba: Documentos e Memórias. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo G. A.; SILVA, Rodrigo Freire de C. e. *Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 263-288.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (Orgs.). *Compartilhando Memórias*. Repressão e resistência na Paraíba. Vol. 2 – Simão Almeida e José Emilson Ribeiro da Silva. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012a.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (Orgs.). *Compartilhando Memórias*. Repressão e

resistência na Paraíba. Vol. 4 – José Adeildo Ramos e Samuel Firmino de Oliveira. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012b.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MELO, Ana Lúcia Gomes de; et al (Orgs.). *Católé do Rocha em muitas lentes*. Coletânea. João Pessoa: Gráfica JB, 2013.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe. In: *Revista Perspectiva Histórica*. Dossiê Ditadura Militar. Salvador-BA, Jul./Dez. 2012, N. 3, p. 37-62.

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória. *Relatório da Comissão Estadual da Verdade*. João Pessoa: A União, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1989. p. 3-15.

SILVA, Waldir Porfírio. *Bandeiras Vermelhas*. A presença dos comunistas na Paraíba (1900-1960). João Pessoa: Textoarte, 2003.



*Sugestão  
de  
Atividade*

**OBJETIVO:** Identificar as possibilidades de trabalhar com depoimentos de pessoas que guardam lembranças sobre o período da Ditadura Militar no Brasil, seus desdobramentos e consequências para a garantia dos **“Direitos à Memória e à Verdade... e educar para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça!”**

## **ATIVIDADES:**

1. Neste texto são apresentados nomes de pessoas que sofreram com a repressão da Ditadura Militar. Sugere-se buscar conhecer as pessoas citadas ou familiares, ouvir os mais velhos sobre acontecimentos na sua cidade naquele período. A partir dos depoimentos e dessas memórias, os(as) alunos(as) podem relatar a experiência em sala de aula e se promover um debate sobre a temática do **“Direito à Memória e à Verdade e como educar para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça!”**.

2. Educador(a), na perspectiva do que apresentamos no terceiro capítulo da primeira parte deste livro, intitulado de **Sequência Didática - Uma Forma de Planejar a Prática Docente para a abordagem do Direito à Memória e à Verdade no Brasil**, realizando exercícios de entrevistas com pessoas da comunidade, elabore junto com seus(suas) educandos(as), uma proposta de SD temática sobre **“Direitos à memória e à verdade... educar para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça!”**.

## DESENHO





No mundo inteiro são encontrados registros pictóricos de autoria dos seres humanos de tempos remotos, desde o período que se convencionou chamar de pré-história. São registros representativos do cotidiano e da imaginação livre de

quem os fez, alguns deles até hoje são objeto de estudos de cientistas das mais variadas áreas do conhecimento: arqueólogos, antropólogos, historiadores, geógrafos e geólogos, entre outros. São pistas para o conhecimento do passado, como exemplo, aqui na Paraíba temos as itaquatiaras do Ingá no município homônimo, que são inscrições feitas diretamente no lajedo e que já foi objeto de diversas interpretações.

Homens e mulheres ao longo da história buscam registrar por meio de imagens aquilo que para eles é significativo e transmite alguma mensagem para outras pessoas. Foi assim na antiguidade, no medievo, no movimento conhecido como Renascimento, na modernidade e até os dias de hoje.

A arte de pintar e desenhar, neste percurso, enfrentou a reprodução de imagens via fotografia, da produção gráfica e, atualmente, dos recursos que a informática e a computação gráfica proporcionam através do *powerpoint* ou de programas como *photoshop*, *CorelDraw*, *AutoCAD*, compondo imagens em

resoluções de pixels, multiplicando as possibilidades de registros imagéticos.

Mas, como nós educadores(as) que não dominamos e muitas vezes não temos recursos técnicos para lidar com toda esta tecnologia, nem pessoais nem nas escolas, poderemos lidar, por exemplo, com a arte do desenho?

Considerando que se trata de uma arte que lida com elementos bidimensionais – linhas, pontos e formas – no processo de produzir uma imagem, o desenho é produto da imaginação e da técnica, aplicada em uma superfície (papel, tela, cerâmica etc.) que é marcada e nela pode ser utilizada ferramentas variadas, como por exemplo, um pincel, um bico de pena, um lápis, uma caneta, um carvão, um giz.

O desenho foi a expressão artística que selecionamos para concluir este livro. Uma razão especial se constituiu para tanto. Como pudemos observar ao longo de nove capítulos desenvolvidos na segunda parte deste livro, priorizamos pelo enfoque da temática – **DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE**, a partir da realidade vivida no espaço do estado da Paraíba, com atenção especial aos municípios de Areia, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, João Pessoa, Rio Tinto e Sapé.

Buscamos na proposta inicial do livro, além das definições anteriormente assentadas, convidar um artista paraibano para realizar a ilustração da obra a ser produzida. Essa escolha, feliz escolha, recaiu no artista plástico Flávio Tavares que já havia realizado um trabalho para a Comissão de Direitos Humanos da UFPB. Na ocasião, ele criou desenhos para ilustrar um projeto que se desenvolvia, em uma temática aproximada a deste livro. Assim, o convidamos a realizar mais

este trabalho, o que de bom grado e com atenção foi aceito como desafio pelo artista.

Assim, o que vamos desenvolver daqui por diante é uma das possibilidades de trabalho com desenho em sala de aula. Elas são múltiplas e lúdicas o que favorece o trabalho metodológico, podemos partir inclusive de uma proposta que possa utilizar os dotes dos(as) alunos(as), através de exercícios e tarefas que envolvam a própria criação deles(as), no entanto, vamos partir do trabalho de um renomado artista da terra paraibana.

A primeira coisa a fazer então é conhecê-lo um pouco. Faremos isto, reproduzindo parte da sua biografia, escrita por Eudes Rocha e que está disponível no próprio site do artista, no endereço eletrônico: <<http://flaviotavares.com.br>>.

*Nascido em João Pessoa (...) Flávio Roberto Tavares de Melo, neto e filho de artistas – seu avô paterno, Pedro Damião, era um notável fotógrafo e seu pai, Arnaldo, além de renomado médico, dedicava-se, nas horas vagas, ao desenho – a bico-de-pena –, tendo ilustrado diversos livros e, ao longo de décadas, produzido centenas de vinhetas para jornais do nosso Estado. Em criança, Flávio já mostrava genuína intimidade com o desenho e a pintura, sendo inicialmente orientado pelo Dr. Arnaldo e, desde então, não parou de exercitar-se, de indagar e experimentar. Frequentou o curso de pintura oferecido pelo artista Raul Córdula, no Setor de Arte da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e, ainda aos 18 anos, passou a absorver os ensinamentos do pintor e gravador Hermano José, que àquela época já era um laureado artista.*

*Tinha pouco mais de vinte anos e já havia exposto no Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, onde, em 1976, lançou o álbum de desenhos O Pavão sem Mistério com o texto de apresentação do ilustre cartunista Ziraldo. Nesse mesmo período, estudaria pintura nos Estados Unidos da América (...) e (...) na Guiana Francesa. Em todos esses lugares, aproveita para realizar exposições.*

*A seguir, ingressa no mercado de arte da Alemanha (...). Poucos anos mais tarde, Tavares exporia em Jerusalém (Israel) e, desde então, voltaria a realizar mais quatro mostras na Alemanha, (...).*

*Laureado diversas vezes, Flávio Tavares participou de incontáveis e importantes mostras em grandes cidades do Brasil e do mundo, incursionando amplamente pelo universo das artes, tendo se expressado com sucesso nas mais diversas técnicas (...) e, não bastasse tudo isso, pintou cenários para peças teatrais, além de ter ministrado vários cursos, workshops, (...) e, ainda, produzindo mais de dez painéis e murais na Paraíba e em outros estados do Nordeste brasileiro.*

***Artista sintonizado com seu tempo, Flávio Tavares iria produzir uma série de desenhos criticando a Ditadura Militar nos “anos de chumbo” no Brasil (1964-1984), e ainda hoje produz charges que aludem aos problemas políticos e sociais da Paraíba, do Brasil e do mundo, sem perder a verve e sempre com um traço irrepreensível. É bem verdade que nos desenhos preto no branco essas mensagens ficam mais evidentes, mas em suas pinturas, por vezes, detectamos numa mesma tela dois planos aparentemente dissociados e cuja simbiose resultará num discurso pictórico cheio de crítica social, política ou ainda de denúncias (...)***

A aproximação de Flávio Tavares com as questões políticas iniciou-se por influência dos seus irmãos mais velhos José Arnaldo e Sérgio. Um dos episódios, que o levou à prisão, é apresentado em depoimento da seguinte forma:

*Deixava muita distância do entendimento dos jovens como eu, entre 15 ou 16 anos, porque a gente acompanhava o que os irmãos faziam. Nessa história da casa do Coronel, que a gente pichou, eu e Eric Rosas, de madrugada saímos rastejando com lata de tinta, não tinha spray na época não. Aí bolamos uma frase: Castelo é Branco, mas a fome é negra. Mas na saída fomos presos. (...). No dia seguinte tinha um corredor polonês para ver os comunistas presos. Quando nós estávamos falando com o coronel, papai chegou às 10:30 da manhã, feito uma fera e ele era muito irreverente. Ele disse: “Coronel Henrique Primo, deixe esses dois presos, porque lá em casa até o papagaio é comunista”. Em vez de melhorar a situação, piorou muito. O coronel disse: “Dr. Arnaldo, você tem certeza que o papagaio de lá é comunista?” Ele disse: “Só não é vermelho.”*

Neste depoimento, Flávio Tavares relata uma experiência de prisão por uma contestação à Ditadura Militar, mas, ao mesmo tempo lembra da relação do seu pai, o médico Arnaldo Tavares, que já havia tratado do coronel Henrique Primo, com esse diálogo meio cômico, mas que nem por isso o livrou de ser fichado na DOPS, mesmo sendo de menor idade. Em outro momento, ele comenta diversas atividades de apoio<sup>38</sup> ao movimento nas ruas de João Pessoa:

*Eu cheguei num dia a fazer em média de 40 retratos grandes de Che Guevara sem nem olhar para o retrato. Aquela foto famosa de Korda, eu fazia de olho fechado e os estudantes saiam com aqueles retratos...*

Posteriormente, ele foi convidado para idealizar cenários e cartazes para peças teatrais no Rio de Janeiro, a exemplo da diretora Maria Adelaide Amaral com a peça chamada “A Resistência”, e do diretor Fernando Peixoto com a peça “Um grito parado no ar”. Além de colaborar com o movimento “Tortura nunca mais”, como tantos outros artistas, doando quadros para ajudar financeiramente na manutenção desse movimento.

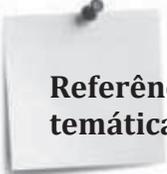
Artista reconhecido no estado e no mundo, distribui sua arte entre: desenho, gravura, pintura, painéis e até esculturas. A sensibilidade para a temática deste livro é evidente em outros trabalhos que já realizou, o que o aproxima da nossa proposta de trabalho junto a educadores(as) e alunos(as), pelo seu

---

<sup>38</sup> Flávio Tavares menciona a reprodução em desenho que fazia da obra do fotógrafo cubano Alberto Díaz, conhecido como Korda, com a imagem de um dos líderes da Revolução Cubana – o argentino Ernesto Che Guevara.

engajamento político, com sentimento e consciência que o artista pode ter com as causas de defesa dos direitos humanos.

Por exemplo, disponibilizamos em tamanho reduzido todos os desenhos feitos **com exclusividade** por Flávio Tavares para este livro “**Direito à Memória e à Verdade: Saberes e práticas docentes**”. Ao longo do livro parte da produção feita por ele foi utilizada na abertura de cada capítulo, os desenhos falam por si só, são imagens que podem inclusive ser utilizadas sem texto, mas que remetem ao contexto da época tratada. É neste sentido que propomos o seu uso não só como ilustração do capítulo, mas, sobretudo, como instigador de reflexões para abordagem da temática.



#### **Referências para ampliar o conhecimento sobre a temática do capítulo.**

LACERDA, Aroldo Dias. Desenho na escola e diversidade cultural. In: RICCI, Claudia Sapag e PEREIRA, Júnia Sales. (Orgs.). *Produção de materiais didáticos para a diversidade: Patrimônio e práticas de memória numa perspectiva interdisciplinar*. Livro II. Belo Horizonte: UFMG/FAE/Labepeh; UFMG/Caed; Brasília: Secad/MEC, 2010. p. 87-108.

CAMPOS, Helena Guimarães e FARIA, Ricardo de Moura. A linguagem visual e audiovisual no ensino de História. In: CAMPOS, Helena Guimarães e FARIA, Ricardo de Moura. *História e Linguagens*. São Paulo: FTD, 2009. p. 38-61.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1999.

BUENO, J. *Representações iconográficas em livros didáticos de história*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BITTENCOURT, C. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C. (Org.). *O saber histórico em sala de aula*. 7ed. São Paulo: Contexto, 2002.

### **Relação de entrevistas com o artista Flávio Tavares**

Entrevista com Flávio Tavares “João Pessoa a Memória da Cidade. 2008”

Parte 1 – 00:25:30h

<<https://www.youtube.com/watch?v=ILHvBnqwdT8>>

Parte 2 – 00:11:12h

<<https://www.youtube.com/watch?v=ikl-olhKOMg>>

Matéria do Programa Paraíba Meio Dia. 2000

<[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=19&v=gV7jIQZZFKY](https://www.youtube.com/watch?time_continue=19&v=gV7jIQZZFKY)> – 2000 (00:08:01)

Entrevista com o artista plástico paraibano Flávio Tavares ao programa Casa Master. 2011.

Parte 1. 00:08:39h

<<https://www.youtube.com/watch?v=GdOOItwzRzA>>

Parte 2. 00:12:26

<<https://www.youtube.com/watch?v=XcTLlTIMn9I>>

Documentário com Flávio Tavares, intitulado de “O Caçador de Miragens: Flávio Tavares”. Vídeo de Elisa Cabral. 2012. 10 minutos.

<<https://www.youtube.com/watch?v=pfQhft-aq2E>>

Programa Contemporâneo com o artista Flávio Tavares. 2012.

Parte1

<<https://www.youtube.com/watch?v=YvFHPPbIfNM>  
00:09:31h>

Parte 2

<<https://www.youtube.com/watch?v=u6rqzl11-CQ>  
00:08:21h>

Parte 3

<<https://www.youtube.com/watch?v=048azEhjI4s> 00:10:42h>



*Sugestão  
de  
Atividade*

**OBJETIVO:** Identificar o desenho como recurso didático a partir da representação da realidade, com criatividade e sensibilidade para tratar de questões vivenciadas no cotidiano ou com base em depoimentos sobre a Ditadura Militar no Brasil, seus desdobramentos e consequências para a garantia dos **“Direitos à Memória e à Verdade... e educar para que nunca mais aconteça!”**

## ATIVIDADES:

1. Com base nos desenhos do artista plástico Flávio Tavares que remetem ao contexto da época da Ditadura Militar no Brasil e a opressão sofrida por vários segmentos sociais, propor a elaboração de redação e comentários sobre os temas suscitados, além de outros sugeridos pelos(as) educandos(as).
2. Incentivar os(as) alunos(as) a fazer uma leitura das imagens vinculando-as ao regime militar, às resistências e à democracia, concluindo com a formulação de um título e o registro do que mais lhe chamou atenção, isto para cada uma delas.
3. Educador(a), na perspectiva do que apresentamos no terceiro capítulo da primeira parte deste livro, intitulado de **Sequência Didática - Uma Forma de Planejar a Prática Docente para a abordagem do Direito à Memória e à Verdade no Brasil**, e utilizando elementos da arte como a pintura e o desenho, elabore junto com seus(suas) educandos(as), uma proposta de SD temática sobre **“Direitos à memória e à verdade... educar para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça!”**.

Desenho	Títulos/provocações
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A opressão e a falta de liberdade em regimes autoritários</li> <li>• Acesso à justiça</li> <li>• Prisões arbitrárias</li> <li>• Comissões de Justiça e Paz</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As lembranças de um passado doloroso</li> <li>• O medo da denúncia</li> <li>• Viver clandestinamente</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A esperança de dias melhores</li> <li>• A rede de solidariedade</li> <li>• O direito de sonhar</li> </ul>

Desenho	Títulos/provocações
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O que significa Anistia?</li> <li>• A anistia aos presos políticos com a libertação das prisões</li> <li>• A anistia e o sentimento de liberdade</li> <li>• O valor da liberdade</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A tortura exercida por agentes do Estado</li> <li>• A dor pela tortura física e psicológica</li> <li>• O uso abusivo da força para impedir o homem de pensar e agir com liberdade</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As condições de trabalho no campo</li> <li>• A opressão dos latifundiários sobre os trabalhadores rurais</li> </ul>

Desenho	Temas
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A dor diante de sofrimentos impostos pelas precárias condições de vida</li> <li>• A busca de conforto espiritual na religião</li> <li>• Solidariedade e dignidade humana</li> <li>• Valores humanos e defesa da democracia</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O cinema como forma de conhecimento sobre as lutas populares</li> <li>• O registro da história sob diversos olhares</li> <li>• O Direito à memória e à verdade</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As precárias condições de vida no campo</li> <li>• As pressões para a migração rural</li> <li>• A perseguição aos camponeses</li> </ul>

Desenho	Títulos/provocações
 <p>A black and white cartoon showing a teacher standing at the front of a classroom, pointing at a chalkboard. The chalkboard has some illegible text. A student is visible in the background, and there are papers and books on a desk in the foreground.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A importância do estudo e da leitura para conhecer a história – do local ao global</li> <li>• Promoção do direito à memória e à verdade</li> <li>• Educando para a vida democrática</li> </ul>
 <p>A black and white cartoon showing two men sitting on a bench in what appears to be a public space or a doorway. One man is wearing a hat and a jacket, and the other is wearing a suit. They are looking towards the viewer.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A família e suas condições de vida</li> <li>• A realidade da vida das camadas populares</li> </ul>
 <p>A black and white cartoon showing a man in a military uniform sitting on a bench. He is wearing a beret and a jacket with a name tag. He is looking towards the viewer. There are some papers or documents on the bench next to him.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A opressão da Ditadura Militar sobre os seus opositores</li> <li>• Pessoas oprimidas e sem direitos</li> <li>• Quando a dignidade humana não recebe a proteção do Estado</li> <li>• O direito à integridade física e moral</li> </ul>

Desenho	Títulos/provocações
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As condições de opressão podem ser superadas pela luta</li> <li>• As possibilidades da construção de tempos melhores</li> <li>• Tomar consciência e se organizar</li> <li>• Resistência e luta em busca da liberdade</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A opressão pode ser vencida e superada</li> <li>• A liberdade se conquista</li> <li>• O voo dos pássaros e de uma geração</li> <li>• A democracia conquistada</li> </ul>



## CONSIDERAÇÕES FINAIS



*Felipe Thompson 2014*

Com a produção deste livro esperamos contribuir para a reflexão sobre os acontecimentos de uma história local, afinada com as questões nacionais, durante um período de muitas lutas pelo direito à vida e à livre expressão do pensamento. Essa história está em pleno processo de construção com o acesso às fontes oficiais, até bem pouco tempo sob sigilo, aos depoimentos dos que reagiram ao regime e foram reprimidos, e que também estavam silenciados.

Os aspectos abordados no campo da história dos sete municípios paraibanos se constituem em uma contribuição inicial, pois muito ainda é preciso investigar, pesquisar e divulgar.

Com relação a proposta pedagógica, a nossa sugestão de se trabalhar com as sequências didáticas abre amplas possibilidades a partir das contribuições dos envolvidos no processo educativo, formal e não formal. O(A) educador(a) e o(a) educando(a), podem com base em fontes de pesquisa e em depoimentos de pessoas da sua comunidade ampliar a reflexão sobre o período da Ditadura Militar e a resistência a esse regime, a partir do olhar do local e suas relações com o regional e nacional.

Vale ressaltar que para este livro tanto o conhecimento sobre o período da Ditadura Militar como a utilização de conteúdos, objetivos e atividades didáticas estão a serviço de uma educação para o nunca mais, ou seja: ***para que nunca mais se esqueça, para que nunca mais aconteça!***

## **SOBRE O(AS) AUTOR(AS)**

### **Me. Carmélio Reynaldo Ferreira**

Professor Adjunto do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba. Leciona as disciplinas “Radiojornalismo” e “Jornalismo e Cidadania” e dedica-se à pesquisa sobre a música popular brasileira.

### **Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira**

Professora Titular do Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas; coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba. Membro da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

### **Ma. Márcia de Albuquerque Alves**

Coordenadora de Assuntos Históricos, Artísticos e Culturais – CAHAC do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP.

### **Dra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide**

Professora do Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas; vice coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba. Membro da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa.

### **Dra. Vilma de Lurdes Barbosa e Melo**

Professora do Departamento de Metodologia da Educação e no Programa de Pós-Graduação em História, membro do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba.



**Impresso nas oficinas da  
Gráfica e Editora TEMPO, Natal-RN.  
2017**